

FACULDADE CÁSPER LÍBERO

Amanda Luiza dos Santos Pereira

Rede social digital como meio:
mediações simbólica e tecnológica

São Paulo
2012

AMANDA LUIZA DOS SANTOS PEREIRA

Rede social digital como meio:
mediações simbólica e tecnológica

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu, mestrado em Comunicação, na linha de pesquisa “Processos Midiáticos: Tecnologia e Mercado”, da Faculdade Cásper Líbero, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Cazeloto

São Paulo
2012

Pereira, Amanda Luiza dos Santos

Rede social digital como meio: mediações simbólica e tecnológica / Amanda Luiza dos Santos Pereira. -- São Paulo, 2012.

102 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Cazeloto

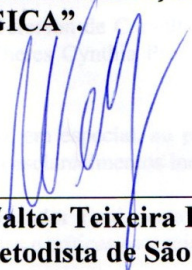
Dissertação (mestrado) – Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação

1. Aparato artificial. 2. Estruturação tecnológica. 3. Mediação simbólica.
4. Teoria do Meio. I. Cazeloto, Edilson. II. Faculdade Cásper Líbero, Programa de Mestrado em Comunicação. III. Título.

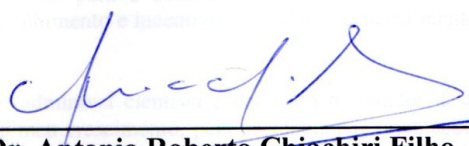
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTORA: AMANDA LUIZA DOS SANTOS PEREIRA

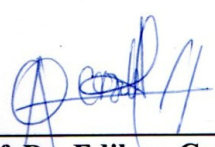
**“REDE SOCIAL DIGITAL COMO MEIO: MEDIAÇÕES SIMBÓLICA
E TECNOLÓGICA”.**



Prof. Dr. Walter Teixeira Lima Júnior
Universidade Metodista de São Paulo – UMESP



Prof. Dr. Antonio Roberto Chiachiri Filho
Faculdade Cásper Líbero



Prof. Dr. Edilson Cazeloto
Faculdade Cásper Líbero

Data da Defesa: - 24 de setembro de 2012.

AGRADECIMENTOS

Nenhum agradecimento compatível a este espaço poderia abranger e expressar com exatidão todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a elaboração deste trabalho e o quanto cada gesto, troca de ideias, crítica e presença significam para mim. Por isso, agradeço primeiramente àqueles que, ainda que não sejam contemplados nominalmente aqui, fizeram parte da minha trajetória.

Ao Fábio Luís, parceiro intelectual e amado marido, pelo companheirismo e apoio no decorrer da jornada acadêmica e da vida.

Aos colegas de mestrado, especialmente o trio Jeferson de Carvalho, Rafael Vergili e Tiago César Agostinho, bem como as fantásticas mulheres Cynthia Provedel e Janaíra Dantas da Silva França.

Aos professores do programa de Pós-Graduação, em especial, ao prof. Dr. José Eugenio de Oliveira Menezes, pela disposição e gentileza em esclarecimentos indispensáveis.

Ao prof. Dr. Edilson Cazeloto, desafiador orientador final deste trabalho, por aceitar me acompanhar a partir da qualificação com conversas e críticas essenciais.

Ao prof. Dr. Antonio Roberto Chiachiri Filho, para o qual nenhum agradecimento será suficientemente justo pelas contribuições, acolhimento e incentivo em aulas e, especialmente, na etapa final deste trabalho.

Ao prof. Dr. Walter Teixeira Lima Junior, admirável cientista e dedicado orientador deste trabalho até a qualificação, por acreditar no meu crescimento, pela paciência nas orientações para além deste estudo e do projeto Neofluxo, pela contribuição no processo de qualificação e, finalmente, por viabilizar a minha aproximação com a ciência e com a pesquisa.

RESUMO

A dissertação é um estudo de Comunicação Social compreendida como processo entre indivíduos, grupos e instituições no qual há mediação fundamentada, principalmente, em símbolos e dispositivos tecnológicos contextualizados culturalmente pelo que se denomina contemporaneidade. Dentre as diversas formas da Comunicação Social e mediações no contexto mencionado, enfatiza-se o processo comunicacional que ocorre sustentado pelas e nas redes sociais, investigado a partir de indícios viabilizados pela sua localização digital e, por isso, denominadas neste trabalho como Redes Sociais Digitais, buscando-se uma alternativa à redução conceitual que não seja apenas a que se faz necessária à prática científica, por essência limitada, e o uso exacerbado de metáforas. Ainda que se considerem diversas evidências empíricas, este estudo é prioritariamente teórico no sentido de buscar articular pensamentos de diferentes áreas (Comunicação Social, Antropologia, Filosofia da Tecnologia e ramificações de tecnologia, tais como Ciência da Computação e Sistemas de Informação), considerando-se a limitação inerente à investigação que demanda um período de levantamentos e análises que não se equivalet à brevidade temporal de reconfiguração e acontecimento do fenômeno. A pesquisa documental indireta utiliza o modelo metodológico de Lopes (2005) de pesquisa em Comunicação, elaborando-se a estrutura de estudo em níveis epistemológico, teórico, metódico e técnico que baseiam a opção pelo tratamento da construção simbólica e das condições dos aparatos tecnológicos articulados através do eixo Rede Social Digital como meio. O propósito é verificar a elasticidade de Redes Sociais Digitais enquanto conceitos enquadrados teoricamente pelo processo comunicativo e valendo-se das complementações de outros domínios necessárias ao objeto a fim de abranger suas dimensões técnica/tecnológica e simbólica.

Palavras-chave: Aparato artificial. Estruturação tecnológica. Mediação simbólica. Teoria do Meio.

ABSTRACT

The dissertation is a study of Social Communication, here understood as a process between individuals, groups and institutions in which mediation is mainly based on symbols and technological devices culturally contextualized by what is called contemporaneity. Among the various forms of Social Communication and mediation in the mentioned context, we emphasize the communication process that occurs and is sustained by and in the social networks, investigated from evidences made possible by its digital location and therefore named in this work as Digital Social Networks, seeking an alternative to the conceptual reduction that is not only needed to scientific practice, naturally limited, and the exacerbated use of metaphors. Even considering various empirical evidence, this study is substantially theoretical and seeks to articulate thoughts in different areas (Social Communication, Anthropology, Philosophy of Technology and ramifications of technology, such as Computer Science and Information Systems), considering the limitation inherent to the research that requires a period of surveys and analyzes that are not equivalent to the temporal brevity of reconfiguration and occurrence of the phenomenon. The indirect documentary research uses the methodological model of Lopes (2005) for research in Communication, preparing the study structure at epistemological, theoretical, methodical and technical levels that are the base option for the treatment of symbolic construction and conditions of technological devices articulated through the axis Digital Social Network as medium. The purpose is to verify the elasticity of Digital Social Networks concepts while theoretically framed by the communicative process and upon the additions of other necessary fields to the object to cover its technical / technological and symbolic dimensions.

Key words: Artificial device. Technological structuration. Symbolic mediation. Medium Theory.

RÉSUMÉ

La thèse est une étude dans le champ de la Communication Sociale, y comprise comme un processus entre les individus, les groupes et les institutions dans lesquelles il y a une médiation basée surtout sur les symboles et des dispositifs technologiques dans le contexte culturel de ce qu'on appelle contemporanéité. Parmi les différentes formes de la Communication Sociale et des médiations dans le contexte mentionné, nous insistons sur le processus de communication soutenu par et dans les réseaux sociaux. Ce phénomène est étudié à partir des preuves étudiées, surtout par son emplacement numérique et donc nommé dans ce travail comme Réseaux Sociaux Numériques, en cherchant une alternative à la réduction conceptuelle qui ne soit pas seulement ce qui est nécessaire à la pratique scientifique, en substance limitée, et l'utilisation de métaphores exacerbées. Même en considérant diverses données empiriques, cette étude est essentiellement théorique dans le sens de aller à la recherche d'une articulation de la pensée dans différents domaines (Communication Sociale, l'Anthropologie, la Philosophie de la Technologie et les ramifications de la technologie, comme l'Informatique et les Systèmes d'Information), en tenant compte de la limitation inhérente à la recherche qui nécessite une période d'enquêtes et analyses qui ne sont pas équivalentes à la brièveté temporelle de la reconfiguration et évolution du phénomène. La recherche documentaire indirecte utilise le modèle méthodologique de Lopes (2005) de recherche en Communication, qui construit la structure de l'étude en niveaux épistémologique, théorique, méthodologique et technique qui ont pour base le choix pour le traitement de la construction symbolique et les conditions des dispositifs technologiques articulés dans l'axe des Réseaux Sociaux Numériques comme moyen. Le but est de vérifier l'élasticité des Réseaux Sociaux Numériques comme concepts théoriquement encadrés par le processus de communication et en s'appuyant sur les ajouts d'autres domaines nécessaires à l'objet pour contenir ses dimensions technique / technologique et symbolique.

Mots-clés: Dispositif artificiel. Structure technologique. Médiation symbolique. Théorie du Medium.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Instâncias da pesquisa	18
Figura 2 - Camadas do modelo OSI	36
Figura 3 - Camadas do modelo TCP/IP	37
Figura 4 - Topologias de redes de Paul Baran: Centralizada, Descentralizada e Distribuída..	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO-----	9
2 MODELO METODOLÓGICO DE LOPES APLICADO AO ESTUDO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS COMO MEIO-----	15
2.1 Instância epistemológica-----	19
2.2 Instância teórica-----	21
2.3 Instância metódica-----	24
2.4 Instância técnica-----	27
3 CARACTERÍSTICAS DA TECNOLOGIA EM REDES SOCIAIS DIGITAIS-----	29
3.1 Essência tecnológica-----	31
3.2 Estrutura das redes-----	33
3.3 Redes ou Redes Sociais Digitais-----	38
4 TEORIA RELACIONAL E REDE SIMBÓLICA-----	45
4.1 Tipologia dos meios-----	47
4.2 Particularidades da rede simbólica-----	50
4.3 Artificialidade das Redes Sociais Digitais-----	52
5 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DA TEORIA DO MEIO-----	56
5.1 A questão da mediação-----	58
5.2 Mediologia-----	60
5.3 As redes são as mensagens-----	62
5.4 Meio de comunicação-----	64
5.5 Elementos para análise do meio de comunicação-----	71
6 REDE SOCIAL DIGITAL COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO-----	75
6.1 Entre velhos e novos meios-----	75
6.2 Software Cultural e Estudos de Software-----	80
6.3 O meio rede social digital-----	85
6.4 Limites e possibilidades conceituais da Rede Social Digital-----	87
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	96

1 INTRODUÇÃO

A temática macro desta pesquisa é a intersecção entre Comunicação Social e Tecnologia que parte da acepção, fundamentada em debate epistemológico e metodológico de que o processo comunicacional é, inevitavelmente, atravessado pelo desenvolvimento tecnológico dos meios e/ou seus produtos, tendo em comum a produção e desenvolvimento originados por atividade humana. Além disso, tais meios e/ou produtos têm implicações nas capacidades perceptivas dos indivíduos e no nível simbólico.

Evitando-se abordagem instrumentalista das tecnologias, considera-se que as mesmas ampliam e/ou aceleram atividades comunicativas humanas. Desta forma, a compreensão desse processo, orientada pela identificação de sequencialidade (dela, derivando-se alguma espécie de causalidade), fica inviabilizada, pois o processo como um todo tende a ocorrer em um só momento e, em alguma instância, já se dá concebido pela modificação perceptiva e simbólica.

Entretanto, na delimitação aplicada ao estudo, a questão da capacidade perceptiva é intrínseca e não discutida diretamente, mas perpassa os referenciais selecionados, especialmente os incluídos na Teoria do Meio, enquanto a questão simbólica é diretamente tratada.

O principal elemento de delimitação do tema é a rede social, de modo que se equilibre, neste contexto, a relevância dos recursos tecnológicos em seus avanços e potencialidades e a importância das construções culturais/simbólicas.

Sabendo-se das inúmeras possibilidades de abordar a temática, buscou-se centralizar a discussão em obras que caracterizem, no âmbito da pertinência/pertencimento, a intersecção comunicação-tecnologia, privilegiando-se a identificação de pontos de articulação entre as obras selecionadas, no que se refere às premissas básicas com as quais trabalham.

A reflexão em comunicação e tecnologia é permeada pela polissemia. Em tecnologia tem-se, por exemplo, Lima (2007, p. 10) que pretende em seu ensaio de modo geral “[...] abordar a polissemia da problemática tecnológica por meio do conceito de técnica e de tecnologia e do levantamento das implicações filosóficas, engendradas por esses conceitos em questões de ordem política, econômica, social e cultural”. E em relação aos entendimentos sobre comunicação, há, por exemplo, Cornu (2004), que no recorte orientado pelo campo das neurociências, indica acepções de comunicação que não refletem de modo total/suficiente as concepções comuns aos estudos de Teorias da Comunicação.

Entendendo que o recorte refletido nos referenciais selecionados necessariamente gera o estabelecimento do sentido do objeto, não se pretende eleger tal sentido como absoluto, especialmente em se tratando de termos passíveis de tantas acepções e percebendo-se que a preocupação com a comunicação e tecnologia perpassa todo conjunto das Ciências Humanas, além de estar presente em outros tantos campos.

O objetivo de estabelecer sentido é tão somente garantir que fique claro o que se está estudando e subsidiar as escolhas teóricas e metodológicas realizadas, buscando-se manter a centralidade no mesmo objeto em todo o estudo, bem como possibilitar o levantamento de questionamentos que contribuam para as construções científicas.

Por outro lado, isso não significa que o sentido mencionado seja erguido de modo totalmente autônomo. Assim, a possibilidade de apoio (ou fundamental apoio) em outros campos é bem-vinda, desde que se tenha em vista também a crítica de Sokal e Bricmont (2006), principalmente em relação às metáforas¹ e, finalmente, às analogias:

Não nos opomos, de modo algum, ao esforço de estabelecer analogias entre os diversos domínios do pensamento humano; de fato, a observação de uma analogia válida entre duas teorias atuais pode, com frequência, ser muito útil ao desenvolvimento subsequente de ambas. Neste caso, contudo, pensamos que as analogias são entre teorias bem estabelecidas (nas ciências naturais) e teorias demasiado vagas para serem testadas empiricamente (por exemplo, psicanálise lacaniana). Não se pode deixar de suspeitar que a função destas analogias é ocultar a fragilidade da teoria mais vaga (SOKAL e BRICMONT, 2006, p. 24).

Em função do que foi exposto, estruturou-se o quadro teórico básico de referência deste trabalho da seguinte maneira:

- Modelo metodológico: utiliza-se como ponto de partida a proposta de Lopes (2005) em *Pesquisa em comunicação* para a elaboração da metodologia empreendida no trabalho, porque além de discutir e resumir aspectos teóricos e institucionais da Comunicação, a autora (2005) trata objetivamente dos pormenores metodológicos necessários à pesquisa;

¹ De modo adequado “uma metáfora é usualmente empregada para esclarecer um conceito pouco familiar relacionando-o com outro conceito mais familiar, não o contrário” e, quando correspondente à crítica dos autores trata-se na verdade de opção inócua e superficial, sobre a qual questionam, dentre outros pontos, se em alguns casos “a finalidade da metáfora não seria então apresentar como profunda uma observação filosófica ou sociológica bastante banal, revestindo-a elegantemente de jargão pretensamente científico?”(SOKAL e BRICMONT, 2006, p. 24).

- Tecnologia: a fim de evitar o posicionamento instrumentalista, recorre-se primeiramente à Filosofia da Tecnologia em Feenberg (diversos), visto que tal autor mapeia as perspectivas predominantes em tal campo e privilegia caracterizações da tecnologia. Nesse sentido, converge com Arthur (2009), em *The nature of technology*, cuja preocupação com princípios da tecnologia é o centro das reflexões;
- Configurações simbólicas: a adição da Antropologia se dá porque o objeto deste trabalho está circunscrito culturalmente no que se denomina contemporaneidade e conjuntamente porque os diversos referenciais selecionados estabelecem, direta ou indiretamente, diálogos mais fortes com tal área. *Cultura: um conceito antropológico*, de Laraia (2003), é utilizado porque abarca o desenvolvimento histórico do conceito de cultura e fornece um panorama dos posicionamentos teóricos da área. Já *A Invenção da Cultura*, de Wagner (2010), foi incluída em função da atualidade das argumentações do autor (ainda que a primeira edição da obra seja de 1975) em relação à noção de cultura e de símbolo, bem como pelo privilégio de discussões epistemológicas e teórico-metodológicas.

Em alternativa à perspectiva semiótica de Peirce e buscando-se adequação ao campo da comunicação em um posicionamento crítico, optou-se por Pross (1980), que além de tratar da questão simbólica e dos meios dialoga com a antropologia e com a filosofia, concordando em fundamento com diversos outros autores. E, finalmente, mantendo-se o viés crítico e uma perspectiva dual com Pross, selecionou-se Flusser (2007), que também origina a noção de Comunicação Social que é o ponto de partida do trabalho;

- Redes: antes de organizar o diálogo direto com a noção de meio de comunicação e, a partir dos esclarecimentos básicos acerca de tecnologia e configurações simbólicas, Franco (2008; 2009a; 2009b), Galloway (2004; 2010) e Moraes (2010) colaboram para o estabelecimento da noção inicial de redes sociais digitais;
- Meios de comunicação: reconhecendo-se que há coincidências argumentativas entre os referenciais selecionados para este estudo e outros que são suprimidos (como, por exemplo, os estudos mediológicos de Régis Debray), volta-se

principalmente aos fundamentos advindos da Teoria do Meio, retomando-se principalmente Innis, McLuhan e Meyrowitz;

- Dualidade, complementação e divergências: com o objetivo de verificar a elasticidade da composição da pesquisa, são trazidos à superfície questões duais, complementares e propostas divergentes, sobretudo aquelas em que as premissas filosóficas e teóricas sejam coincidentes e, por isso, principalmente as questões levantadas por Manovich (2001 e 2008).

Tal como será detalhado no decorrer do trabalho, a Internet não é concebida como meio e é por isso que o principal elemento delimitador da temática é a rede social. Chegou-se nesta determinação como consequência do entendimento de que cabe ao pesquisador estabelecer adequadamente seu objeto de estudo frente às reconfigurações do fenômeno² estudado e do campo no qual a pesquisa está inserida, diferenciando as condições de mudanças como, por exemplo, indicando se há uma ruptura ou, em menor grau, a assimilação de um novo tipo de fenômeno (KUHN, 2006), não se abstendo das configurações estruturais da área do estudo.

Tendo em vista tais condições de estabelecimento do objeto, não seria possível no âmbito desta pesquisa justificar uma discussão sobre Internet na medida em que, no recorte aqui aplicado, ainda que a compreensão desta tecnologia seja essencial, não se ignora, por exemplo, a identificação de similaridades entre o desenvolvimento do telégrafo e da internet, especialmente no que se refere aos seus efeitos (COSTELLA, 2002; STANDAGE, 2007).

A partir de tais autores, sabe-se que inúmeros fenômenos pensados como inovações a partir da Internet são, de maneira geral, identificados em outros desenvolvimentos tecnológicos, os quais por vezes não correspondem às tecnologias de comunicação, tal como concebidas neste trabalho³. Nesta linha, há o exemplo da "redução de espaço e tempo" que, apesar de geralmente ser apontada como característica nova, própria da Internet, já poderia ser aplicada com o avanço tecnológico dos transportes.

Observando-se a crítica possibilitada pelas exposições de Costella (2002) e Standage (2007), bem como relembrando as preocupações de Kuhn (2006), tem-se como exemplo do

² Exceto pelo princípio “Fenomenalidade” colocado por Arthur (2009), “fenômeno” e correlatos como “fenomenal”, são conceitos operacionais desta pesquisa, utilizados nos termos de Bunge (2006, p. 147) em que fenômeno diz respeito a “aparecer a alguém. Este é o uso etimologicamente correto e filosófico da palavra [...]”.

³ Considera-se fundamental enfatizar o posicionamento em relação à Comunicação, uma vez que teorias de outras áreas, principalmente da Matemática, se entendidas como parte do recorte aqui aplicado, podem gerar equívocos, pois nelas podem-se entender tecnologias de transporte como de comunicação.

deslocamento da relevância da Internet para outros fenômenos correlatos a convergência digital:

Mesmo com as indústrias sofrendo com a ascensão da Internet como canal de distribuição de conteúdo digital, um outro fenômeno que usou a Internet como trampolim foi emergindo lentamente de uma forma mais sutil, que poderia afetá-los ainda mais do que aquilo que a Internet tinha forjado. Esse fenômeno é a convergência digital (LEE, 2003, p. 12, tradução nossa)⁴.

O deslocamento apontado por Lee (2003) tem origem na proposta de nova mídia de Manovich (2001) e dirige-se particularmente à noção de convergência digital no âmbito da gestão da tecnologia por parte da indústria da mídia (limitando-se à música, televisão, rádio, jornais e filmes), expondo sua dinâmica a partir dos efeitos da ligação entre desenvolvimento computacional, informacional e midiático nas indústrias que servem de recorte.

Tendo isso em vista, o deslocamento aqui proposto está no plano das redes sociais digitais como meio de comunicação, as quais são contextualizadas, dentre outras coisas, pelas configurações/possibilidades tecnológicas atuais das quais Lee (2003) trata quando se refere, por exemplo, aos processos de criação de padrões técnicos comuns para possibilitar intercâmbios entre diferentes tecnologias, perpassados por aspectos de relações sociais, econômicas e políticas.

O enquadramento de Lee (2003) não é parte dos fundamentos principais desta pesquisa porque, ainda que extremamente relevante e com possibilidade de ser relacionado à perspectiva particularmente comunicacional, não possui preocupações diretas com a Comunicação Social.

Buscando-se afastar da priorização das questões ou enviesamento de outros domínios em detrimento do posicionamento comunicacional, volta-se ao tratamento que se dá às redes sociais digitais observando-se que:

As teorias das áreas vizinhas, mesmo quando tratam diretamente de comunicação, o fazem com atribuição de maior relevância a questões habituais da área própria, perante as quais os fenômenos comunicacionais são coadjuvantes – o que não ajuda no esforço de desentranhamento do “objeto comunicacional” e das questões pertinentes para o campo (BRAGA, 2007, p. 3).

Assim, destacam-se duas questões fundamentais oriundas das argumentações expostas até aqui:

⁴ Even as industries were reeling from the rise of the Internet as the de facto distribution channel for digital content, another phenomenon which used the Internet as a stepping stone was slowly emerging in a more subtle way that could impact them even more than what the Internet had wrought. That phenomenon is digital convergence (LEE, 2003, p. 12).

- Rede social digital não é, no âmbito deste estudo, um conceito explicativo de manifestações das relações sociais ou da realidade social contemporânea;
- Nesta investigação, rede social (digital) não é concebida como método de pesquisa para apreensão das diversas práticas sociais.

O capítulo *Modelo metodológico de Lopes aplicado ao estudo das Redes Sociais Digitais como Meio* possui os detalhamentos necessários em relação à escolha, utilização e adaptação do modelo de Lopes (2005) nesta pesquisa e, portanto, também sobre a estrutura que orienta seu desenvolvimento.

Em *Características da tecnologia em redes sociais digitais*, centralizam-se as questões técnicas/tecnológicas do objeto de estudo, enquanto em *Teoria Relacional e Rede Simbólica*, há ênfase no delineamento do recorte do universo simbólico para a investigação particular.

Tendo como ênfase os teóricos do Meio, *Convergências e divergências da Teoria do Meio* é o capítulo no qual se reflete sobre a abordagem conceitual de meio de comunicação e sobre elementos analíticos para o estudo do mesmo.

Em *Rede social como Meio de Comunicação* explora-se a visão de Manovich (2001 e 2008), focada na noção de Software Cultural para sequencial enfrentamento com a ideia de proeminência da Rede Social Digital para, finalmente, chegar-se às *Considerações finais* do trabalho.

2 MODELO METODOLÓGICO DE LOPES APLICADO AO ESTUDO DAS REDES SOCIAIS DIGITAIS COMO MEIO

Uma das características fundamentais do estudo da Comunicação é a diversidade de possibilidades de recortes, diálogos com teorias de outras áreas e, até mesmo, de entendimento do termo “comunicação”. Tendo em vista o viés científico, admite-se que:

Ora, o processo comunicativo é, e sempre será, um processo essencialmente psicológico, sociológico, político... Assim colocado, o problema parece insolúvel. Mas do mesmo modo que a dimensão física está presente na dimensão biológica, que por sua vez se encontra presente na dimensão psicológica e esta na dimensão social, sem que isto venha a significar um empecilho ao estabelecimento de qualquer uma das ciências citadas, o estabelecimento da disciplina Comunicação não está inviabilizado, *a priori*, pela complexidade das relações disciplinares de seu objeto de estudo (MARTINO, 2007, p. 35).

Essa reflexão influencia diretamente o objeto de estudo não só porque se relaciona com sua construção, mas também porque implica pensar o trabalho em Comunicação de modo a refutá-la como “zona de passagem, passando a se constituir numa zona de articulação de conhecimento, na forma de um campo específico, mediante dispositivos estratégicos dotado de singularidades” (FAUSTO NETO, 2002, p. 24-25). Nesse raciocínio, a preocupação com a legitimidade dos estudos em Comunicação se reflete no reconhecimento da dimensão técnica da comunicação como uma das principais variáveis da estruturação do campo.

Um dos debates de cunho científico que mais influenciou a elaboração deste trabalho é o que se direciona à relação entre evidência empírica e reflexão teórica, uma vez que é inevitável quando a temática de estudo inclui de maneira manifesta tecnologia.

De modo geral, as tecnologias colaboram com a aproximação do fenômeno que é parte do objeto porque dependem ou implicam em algum tipo de materialidade. Esse relevo da tecnologia como fator que viabiliza de modo inequívoco a evidência empírica, se reduzido como ferramenta metodológica, relega as discussões sobre o tecnológico ao nível secundário. Consequentemente, a compreensão sobre até que ponto uma qualidade tecnológica é característica de um objeto comunicacional, isto é, faz parte dele, não se realiza.

Partindo-se da proposta de Arthur (2009) de que a tecnologia possui níveis materiais (estruturas físicas) e imateriais (em que se mistura com as técnicas e é, em geral, latente), entende-se que, ao menos em princípio, deve-se evitar a concepção do nível tecnológico como

secundário, tanto quanto se refuta a redução da comunicação à tecnologia. Dito de outra forma, busca-se manter a problemática tecnológica pertinente à questão do meio no enquadramento teórico da comunicação, sem ignorar diálogos pertinentes com outros campos.

Centralizando-se a questão em objeto de Comunicação que envolve tecnologias digitais, identifica-se a complexidade de pensar a essência e a manifestação técnica e tecnológica do e no processo comunicativo, uma vez que o elemento digital produz uma hibridação que não pode ser desfeita.

Tudo isso resulta no modo pelo qual os métodos e as técnicas são selecionados para a elaboração da pesquisa, especialmente quanto contextualizados de acordo com a perspectiva de que a comunicação é um processo em que:

[...] não há momentos iniciais ou finais absolutos. Cada instância singular de comunicação se exerce sobre uma anterior e se volta para uma subsequente. Assim, quando selecionamos por facilidade de observação, determinados momentos e objetos específicos, sua compreensão pede a busca de inferências sobre o que antecede – deixando pistas no observável – e indicações das tentativas de incidência sobre o que o sucede (BRAGA, 2010, p. 414).

A facilidade apontada por Braga (2010) pode ser entendida como rigor, uma vez que se trata de uma opção com implicações diretas nos níveis metodológico e técnico da pesquisa, ou seja, depende de controle endógeno do estudo.

A rigidez própria do viés científico, buscada e orientada pela metodologia, dirige-se à ruptura proposital entre a ciência e o senso comum e/ou as pseudociências (MATTAR NETO, 2008; SAGAN, 1996). Assim, valoriza-se a compreensão do fenômeno utilizando-se os instrumentos metodológicos (os quais também restringem a abordagem do mesmo), pois estes minimizam a limitação da experimentação descomprometida com a teoria⁵. Isso explica porque a existência ou não da perspectiva científica é, de modo razoavelmente consensual, diretamente relacionada à pesquisa empírica:

Entre metafísica e experiência, o cientista introduz um terceiro termo, a teoria, da qual o dado empírico será indissociável. A ciência se fundamenta na dinâmica dessas duas instâncias: se a teoria estrutura e dá sentido ao dado empírico, por sua vez, este seleciona e regula o jogo das teorias concorrentes (MARTINO, 2010, p. 142).

⁵ Ainda que neste trabalho específico não esteja prevista a pesquisa empírica, tal preocupação justifica-se na medida em que ele se insere em um campo e, portanto, compartilha das preocupações mais gerais, dentre as quais está a relação entre o empírico e o teórico.

Observando-se a questão da teoria, mais uma vez há a dificuldade para a reflexão e posicionamento de comunicação como objeto, campo ou ciência, oriunda de sua elasticidade que, dentre outras coisas, inviabiliza a utilização do singular para dirigir-se à construção teórica da área (MATTELART e MATTELART, 2005).

No estudo de Martino (2008a), foram analisados livros de teorias da Comunicação enfatizando autores estabelecidos na área, tais como Mattelart. Apontou-se, por exemplo, que apenas 2% das diversas teorias identificadas em todos os livros coincidem, quando de esclarecimentos mais profundos do que um parágrafo. Com o mesmo tipo de estudo, Luís Mauro Sá Martino (2010) adiciona à análise o caráter institucional das escolhas de teorias que são abordadas ou não nesse tipo de livro.

Ao pesquisador, a indicação da falta de coesão entre os textos acerca das teorias e, por conseguinte, as divergências sobre a concepção de comunicação se colocam como problemas a serem “resolvidos”⁶ na construção do objeto. A dificuldade reside especialmente no fato de que as pontuações sobre a comunicação são um ponto de partida do trabalho e, portanto, não são trazidas à superfície diretamente e, sendo assim, tendem a oscilar tanto quanto o objeto de estudo.

Do mesmo modo, considera-se particularmente difícil identificar a diferença das faces institucional e epistemológica (e respectivos valores para o estudo) que circunscrevem os trabalhos. Ainda assim, no caso desta pesquisa, prefere-se o entendimento de que:

[...] o objeto de estudo não deve ser oposto à diversidade teórica, já que ele é o elemento de emergência e de inteligibilidade desta diversidade. Não há sentido, portanto, nas discussões que nos empurram para um posicionamento entre: ficamos com o objeto ou com a diversidade? Ou ainda nos cobram uma posição política: de qual lado você está? (MARTINO, 2003, p. 69).

Decorre-se desse ponto que o objeto de estudo é fundamental ao debate epistemológico do trabalho, entendendo-se que:

A ênfase na primazia do critério epistemológico da opção e do uso de determinados métodos e técnicas ressalta a importância do exercício da vigilância e da atitude crítica. Dessa forma, será possível ao pesquisador justificar a estratégia metodológica adotada a partir do que ela realmente é: uma *opção específica* para uma particular pesquisa em ato. Abre-se com isso a possibilidade de combinar diferentes metodologias, sem abandonar determinado marco teórico e sem que isso redunde num ecletismo infundado. A teoria é que dota de rigor lógico a seleção e a

⁶ Entre aspas para demarcar que não se cogita ingenuamente a possibilidade de esgotar questões epistemológicas ou institucionais, mas aponta-se para a necessidade de o pesquisador se posicionar, ainda que parcialmente, sobre o assunto.

combinação dos métodos. Também se torna evidente o caráter estratégico dessa combinação feita em função de uma problemática teórica, o que reafirma o caráter superável e aberto da metodologia dentro de uma pesquisa (LOPES, 2005, p. 104).

Em consequência, esta vigilância epistemológica precipita o direcionamento de atenção à implicação dessas questões na identificação da suficiência da construção do objeto de estudo e, mais diretamente, seu respectivo quadro analítico, bem como se relaciona com seleções de limites e técnicas da pesquisa.

Em razão de tudo o que foi exposto até aqui e embasado por diferentes autores, optou-se pela utilização do modelo metodológico proposto por Lopes (2005) como base de desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que tal autora (2005) condensa todas as preocupações mencionadas e indica, como demonstrado na citação direta acima, o privilégio do controle endógeno ao estudo coerente com este trabalho em especial.

O modelo proposto por Lopes (2005) é estruturado em instâncias e fases, cuja representação das primeiras é demonstrada na Figura 1 - Instâncias da pesquisa:



Figura 1 - Instâncias da pesquisa
(LOPES, 2005, p. 120)

Como explicação geral do modelo tem-se que:

Essa estrutura em níveis e fases é tecida concomitantemente na prática de uma pesquisa. É para fins de operacionalização do modelo que vamos distinguir os momentos de construção/reconstrução da *estrutura*, ou seja, da articulação dos diferentes *níveis metodológicos*, e de construção/reconstrução do *processo*, da articulação das diferentes *fases metodológicas* no interior da pesquisa (LOPES, 2005, p. 119).

Explicando-se brevemente, a instância epistemológica orienta a vigilância crítica do trabalho, enquanto a teórica deve “[...] ser o *meio* de ruptura epistemológico em face das pré-noções do senso comum [...]” (LOPES, 2005, p. 124, grifo do autor), esclarecendo quanto às bases da formulação teórica do objeto e das explicitações conceituais. A instância metódica “é o lugar de enunciação das regras de estruturação do objeto científico, impondo a este certa figura, certa ordem entre seus elementos” (LOPES, 2005, p. 126) e a técnica “compreende os procedimento de coleta das informações e das transformações destas em dados pertinentes à problemática geral” (LOPES, 2005, p. 128).

Segue-se agora para apontamentos elaborados a partir da reflexão sobre cada instância em seu imbricamento com o desenvolvimento/fases deste estudo e de que maneira o modelo proposto por Lopes (2005) foi apropriado.

2.1 Instância epistemológica

Na proposta do modelo aplicado ao estudo, faz parte desta instância “[...] a ruptura epistemológica entre o objeto científico e o objeto real ou concreto. Tratando-se do universo social, a ilusão de transparência do objeto real deve ser criticada e as relações mais aparentes, que são as mais familiares, devem ser afastadas” (LOPES, 2005, p. 121).

Uma vez que o objeto de pesquisa não existe concretamente e não corresponde inteiramente aos aportes teóricos que se utiliza na reflexão, a coerência das articulações conceituais que se desenvolvem no decorrer da investigação é um ponto de atenção particular. Daí derivou-se o zelo em relação à coincidência de premissas dos autores e obras selecionados.

Não se trata de se restringir a argumentos idênticos construídos de diferentes formas, mas de preferir referenciais que abordem partes da mesma questão ou admitam a mesma

elasticidade conceitual. No âmbito deste estudo, isso implica em privilegiar aspectos estruturais do objeto seja em função de discussão filosófica inerente ou da descrição do concreto considerando-se prioritariamente suas qualidades. Assim, viabiliza-se a apropriação dos pensamentos especificamente para o que se propõe estudar.

Portanto, esta é a principal instância no que concerne ao sentido do objeto de estudo, já que tal objeto é uma forma de pensar o fenômeno. Por isso, “ao longo de toda a pesquisa essa instância se traduz em movimentos ou operações destinadas à explicitação dos obstáculos epistemológicos da pesquisa e sua autocorreção e à construção do objeto científico” (LOPES, 2005, p. 121).

No contexto desta pesquisa, a dinâmica de autocorreção apontada pela autora (2005) refere-se à constante reavaliação do objeto de estudo, pois desde a incipiente formulação do projeto de dissertação, a construção elaborada é questionada mediante o estudo de diferentes perspectivas que afetam a investigação direta ou indiretamente.

Dessa maneira, é esperado que o desenvolvimento das fases da dissertação seja permeado por dúvidas, fundamentalmente de ordem epistemológica, cuja influência nas outras instâncias é intrínseca: (Epistemológico) o estudo está suficientemente adequado ao domínio que se dirige? (Teórico) O quadro teórico de referência é pertinente para a análise pretendida? (Metodológico) As opções metodológicas se adéquam ao referencial e ao campo no qual a pesquisa está circunscrita? (Técnico) O trabalho é realizável?

As justificativas de delimitação apresentadas na Introdução não respondem à questão própria dessa instância, justamente porque ela precisa ser repensada constantemente para que seja possível manter o objeto como planejado.

Esta proposta, tal como sinaliza França (2001) ao discorrer sobre a especificidade da Comunicação, demanda colocar em relevo o modo pelo qual o entendimento sobre o que é Comunicação é, enquanto domínio e objeto, transposto ao trabalho.

Considerando especialmente a totalidade dos textos em Lopes (2003) argumenta-se que, ao menos para este estudo, o debate está mais centrado no domínio do que no objeto, pois se trata de utilizar o processo comunicacional como centro explicativo das relações entre indivíduos, grupos e instituições, isto é, buscando-se por uma explicação do fenômeno que não é dada por outro saber.

Recuperando-se a indicação de Martino (2007, p. 35) de que “Ora, o processo comunicativo é, e sempre será, um processo essencialmente psicológico, sociológico, político... Assim colocado, o problema parece insolúvel [...]”, compreende-se que as interlocuções com outros domínios são inevitáveis e não se confundem com indefinição do

saber que orienta a pesquisa. Assim, o que marca neste trabalho a colocação do objeto no âmbito da Comunicação é que, apesar da admissão de interlocuções, o social que complementa a denominação é apreendido através de uma forma particular: o meio de comunicação.

Mais uma vez, não se trata de argumentar que este é o sentido total da Comunicação enquanto domínio disciplinar e de construção do objeto, mas de explicitar o motivo e a maneira pela qual é tomada neste estudo. Isso porque é preciso demarcar que o fazer ciência, seja na reflexão teórica ou na pesquisa empírica, sempre resultará em algum tipo de redução/limitação que o viabiliza.

Dessa forma, emprestar noções e conceitos de outros domínios não caracteriza este estudo como interdisciplinar ou similares porque, apesar das interlocuções demandadas pela elaboração teórica de rede social digital, o viés é disciplinarmente Comunicação Social, a mediação dos meios, dos quais se selecionou duas faces: a técnica/tecnológica e a simbólica.

Está inerente nesse posicionamento outro problema que deve ser conduzido à superfície do estudo: posicionar-se em relação ao domínio implica em uma opção determinada de instância epistemológica dentre muitas possíveis (MARTINO, 2003), na qual a ênfase está na essência/estrutura e, portanto, conduz à constante preocupação com critérios e princípios dos conceitos articulados, bem como à revisão de todos estes elementos a cada inclusão conceitual.

2.2 Instância teórica

Fausto Neto (2002, p. 26), apesar de reconhecer as divergências sobre o conceito de Comunicação, indica que frequentemente os estudos “[...] destacam a instância técnica como uma das causas dominantes de seu aparecimento e da sua institucionalização; apontam algumas de suas relações com outros campos, dando ênfase, contudo, a seu aspecto de articulação [...]”.

Por isso, a redução da tecnologia como ferramenta para possibilitar a evidência empírica parece não se adequar aos delineamentos científicos atuais (MATTAR NETO, 2008). Tal suposição não significa desprivilegiar a importância da presença humana no fenômeno comunicativo, mas trata-se de reconhecer que a dimensão tecnológica, ou especificamente a natureza da tecnologia, também precisa ser abordada na reflexão teórica.

Entende-se como considerar a natureza das técnicas e tecnologias, dentre outras coisas, buscar compreender os fundamentos básicos de suas noções e, portanto, implica na opção de incluir Filosofia da Tecnologia, até para evitar concepções místicas que não tenha compromisso com o rigor científico:

FILOSOFIA DA TECNOLOGIA – O estudo ontológico, epistemológico e ético da tecnologia. Amostra de problemas: O que é um artefato? Quais são as semelhanças e as diferenças entre tecnologia e ciência? [...] Alguns filósofos da tecnologia confundem a tecnologia com artefato, e são ou tecnófilos ou tecnófobos. A tecnologia é um artefato apenas no sentido de ser um produto de uma feitura mais do que de um achado. E, como há boas e más tecnologias, tanto a tecnofilia quanto a tecnofobia são injustificadas (BUNGE, 2006, p. 153-154).

A dificuldade em relação à abordagem da tecnologia na reflexão teórica é basicamente a mesma da discussão sobre o que é Comunicação: é custoso saber se o centro dos argumentos abrange os questionamentos epistemológicos, institucionais e, ainda, até que ponto estão fundamentados em uma relação equilibrada entre as evidências empíricas e o constructo teórico.

Isso se materializa na identificação de que diversos textos fazem uso de diferentes termos para indicar as mesmas coisas ou artefatos similares: Internet quando Spyer (2011, p. 23) sinaliza em nota de rodapé que utiliza o termo como sinônimo de mídias sociais no livro em que se preferiu a segunda terminologia, comunidades virtuais (SANGWAN, 2005)⁷, redes sociais (FRANCO, 2008) e mídias sociais conectadas (LIMA JUNIOR, 2009), dentre outros.

Preocupando-se com a natureza da tecnologia, relaciona-se a diversidade de termos para tratar do mesmo problema com a característica própria das tecnologias de se sobreporem: voltando-se mais uma vez para Arthur (2009), afirma-se que as tecnologias são essencialmente e se desenvolvem a partir de combinações de aparatos e processos anteriores em um *continuum* de acumulação que as estruturam, podendo ser concebidas como meio para alcance de propósitos humanos, conjunto de práticas e componentes e, ainda, coleção de dispositivos e práticas advindas da engenharia disponíveis em dada cultura.

A partir dessa noção, tem-se a possibilidade da opção de diálogo não apenas com a abordagem filosófica, mas adicionalmente com a antropológica, formando-se uma combinação que satisfaz as discussões iniciais (do entendimento sobre a pesquisa e, principalmente, seu nível teórico) e pode ser também admitida no recorte de Comunicação.

⁷ Apesar do termo ter sido cunhado por Howard Rheingold, em 1993, no livro *The virtual community: homesteading on the eletronic frontier*, Sangwan (2005) é importante ao contexto desta dissertação, uma vez insiste na Comunicação Social como centro do debate.

Em detalhes, plausível ao debate inicial porque se trata de compreender que o problema da teoria:

[...] mais que uma questão lógica, é uma questão antropológica. E mais: que o homem como um todo é um ser muito mais completo e complexo que um simples ente dotado de razão. Antes de ser um animal racional ambulante, o homem é um ser que permanentemente busca um sentido para si e para o mundo em que se vê envolvido. Que o homem, protagonista de todo ato teórico, não é um ser que só possui cabeça [...] (PEREIRA, 2006, p. 13-14).

E ao recorte de Comunicação porque para os objetivos da elaboração aqui realizada, a manutenção da perspectiva comunicacional equivale ao que é tratado por Martino (2010) como uma particularidade do dado empírico em Ciências Sociais:

Tomar a realidade como simbólica faz com que as ciências sociais intensifiquem o elemento conceitual, ao contrário das ciências naturais que destacam o elemento “material”. Se estas exploram a opção ontológica de um mundo natural, objetivo, extra-humano, colocando “entre parênteses” o problema da característica condicionada do conhecimento humano (história, sociedade, cultura), as ciências humanas, por sua vez, fazem a opção ontológica inversa, exploram seu objeto, o Homem, naquilo que o constitui, ou seja, a dimensão simbólica (MARTINO, 2010, p. 150).

Entretanto, se faz necessário indicar que, novamente, reflete-se a questão das evidências empíricas, pois estas podem ser tomadas a partir de diversas interpretações e, portanto:

A observação não somente é estruturada pela teoria, mas também converte o dado empírico em linguagem, através da descrição (tradução dos “fatos” em linguagem teórica). Esta desrealização deve ser compensada pela reflexão epistemológica, tanto no nível da teoria – refletindo e ajudando a encontrar significação teórica de cada teoria (vínculo que estabelece com a evidência empírica) –, como também no plano geral da sistematização dos conhecimentos (proposição de um objeto de estudo para o campo comunicacional como um todo) (MARTINO, 2010, p. 151).

Abstendo-se momentaneamente da discussão acerca das evidências empíricas neste trabalho e retomando as escolhas teóricas realizadas, buscaram-se referenciais que concordassem particularmente em itens filosóficos que abrangem o homem e o que este produz como comunicação e tecnologia.

A preocupação com tais escolhas é também perpassada pela necessidade de estabelecer sentido suficiente ao trabalho para que fique claro o que se está estudando e a partir de quais posicionamentos. Dessa forma, tem-se que nas explicitações conceituais desse trabalho:

- Os conceitos são entendidos como instrumentos de apreensão e construção do objeto de estudo e, por conseguinte, como aproximação do fenômeno;
- Toda sustentação de cunho epistemológico, exceto por questões mais gerais da ciência, está no campo da Comunicação, especialmente em referenciais diretamente ligados à epistemologia ou, de modo indireto, que tratam de teorias de Comunicação;
- Os conceitos de Cultura, Comunicação, Meio, Dimensão Simbólica, Tecnologia e Rede são articulados inicialmente nos campos que os tratam centralmente, ou seja, Antropologia, Comunicação Social, Ciência da Computação e Sistemas de Informação, sempre se relacionando a preocupações filosóficas.

2.3 Instância metódica

Este estudo é uma pesquisa documental indireta e, portanto, os seus elementos metódicos constitutivos de maior importância são as escolhas teóricas e respectivas articulações conceituais, além da estrutura que a originou.

Em relação ao que se tomou como estrutura orientadora de estudo, resgata-se de Fausto Neto (2002) que a instância técnica da Comunicação Social é evidente e inerente no âmbito da mídia. Nesse sentido, a mídia como fenômeno próprio da Comunicação Social exige a indicação do posicionamento a partir do qual se pretende apreender o fenômeno e o reconhecimento dos limites que o quadro teórico e os métodos selecionados impõem à pesquisa que se pretende científica (LOPES, 2005).

Fenômenos novos e/ou fenômenos aos quais são atribuídas novas terminologias, à exemplo de Novas Mídias como disciplina, sugerem que as práticas e reflexões teóricas se reconfiguram e/ou devem se reconfigurar, viabilizando o entendimento da comunicação no que se denominou contemporaneidade.

Nesse contexto, aparatos técnicos de informação e de comunicação em seus planos, formas e evidências (computadores, redes, protocolos, softwares etc.) influenciam neste estudo o questionamento da posição da mídia, ou seja, o que é, no plano dos diversos desenvolvimentos tecnológicos, mídia. Mais detalhadamente, há preocupação em diferenciar

técnicas e tecnologias daquilo que elas fazem parte e são o elemento mais evidente na apreensão do fenômeno.

Tal como anteriormente mencionado, identificou-se que as denominações, ao que parece em princípio ser o mesmo objeto, resguardando-se algumas variações, são diversas: internet, mídia social conectada, comunidade virtual etc. O elemento comum mais proeminente é a existência do digital que, por conseguinte, é delimitador desta pesquisa.

Em complementação a tal delimitação, estipulou-se, em função do aporte utilizado e em favor da viabilização da investigação, o enquadramento do estudo em redes sociais. Trata-se então de avaliar especificamente se as redes correspondem a um novo meio e se, dentre novas características, há a condição de apropriar-se de qualidades de outros meios em suas instâncias técnica/tecnológica e simbólica. E, ainda, se há concatenações e ampliações qualitativas propulsionadas por elementos técnicos e simbólicos constitutivos das redes sociais digitais que alteram o processo ou a estrutura da comunicação quando ocorre em tais ambientes como, por exemplo, as condições e recepção de mensagens.

Sendo assim, a aceção dos meios como aparatos artificiais é tratada como premissa e, neste recorte, entende-se a comunicação como atividade inerente ao homem que, em algumas formas e instâncias, especialmente como Comunicação Social, possui caráter artificial já que “baseia-se em artifícios, descobertas, ferramentas e instrumentos, a saber, em símbolos organizados em códigos” (FLUSSER, 2007, p. 89).

Quanto às diversas alterações passíveis de investigação, optou-se pela averiguação da ordem destas, tendo-se como hipótese que: **(1)** As redes sociais digitais são um novo tipo de meio no qual **(2)** as possibilidades comunicativas são emolduradas (possuem limites dados)⁸ pela estrutura técnica/tecnológica **(3)** que se entrecruza com a dimensão simbólica da comunicação nas redes sociais digitais.

Arelado às exposições da organização que orienta o desenvolvimento do trabalho, tem-se que as principais articulações conceituais dizem respeito às noções de mídia e redes sociais digitais.

Uma vez que essa abordagem se realiza em função de preocupações técnicas e culturais entendidas como inseparáveis no objeto de estudo, mas que não implicam em discussões de cunho político e econômico, a questão da mídia é avaliada a partir das perspectivas da Teoria do Meio (MEYROWITZ, 2001; SOUSA, 2009) e de aportes teóricos que apresentam coincidências (no que diz respeito ao enquadramento da técnica e da

⁸ Enfatiza-se aqui que o sentido de emoldurar é de delimitar e não determinar.

tecnologia) relevantes e/ou aproximados como Manovich (especialmente, 2008) e Galloway (que também é incluído na questão das redes).

Entretanto, essa aproximação não significa concordância argumentativa, o que é produtivo no âmbito deste trabalho e viabiliza a verificação das hipóteses formuladas justamente porque os autores fazem propostas que se diferenciam entre si.

Além disso, ainda para a discussão acerca de mídia, apoia-se também nas elaborações de Pross (1980) (visto aqui direta e indiretamente), em função da sua ênfase na dimensão simbólica e na atenção que disponibiliza a noção de meio.

A questão do simbólico tem como principal base as argumentações de Pross, complementadas pelas considerações de Cassirer (1994) e observando-se a demanda por esclarecimentos do contexto maior do qual faz parte, isto é, da cultura. O conceito de Cultura, entretanto, não é propriamente discutido, mas trazido diretamente do domínio da Antropologia por meio de Laraia (2003) e Wagner (2010).

As redes sociais digitais são estudadas com atenção à Franco (diversos) e Galloway (2004 e 2010), com complementações em função da necessidade de descrever as estruturas técnicas (MORAES, 2010) e entendimentos divergentes, bem como das estruturas tecnológicas Feenberg (diversos) e Arthur (2009).

Entende-se que a hibridação teórica invariavelmente origina também uma composição metodológica específica que, no caso deste estudo, tendo em vista sua viabilização, reforçou a opção pela não realização de pesquisa empírica. Afinal, os alicerces das estratégias da pesquisa tanto a viabilizam, quanto a limitam, sendo a limitação de apreensão do fenômeno uma característica inerente de qualquer estudo que se pretenda científico.

Com essa estruturação metódica espera-se que a composição de referenciais, ou seja, a articulação conceitual geral possibilite considerações úteis sobre a relação entre Comunicação e Tecnologia, tendo em vista que:

[...] o objeto de estudo não deve ser oposto à diversidade teórica, já que ele é o elemento de emergência e de inteligibilidade desta diversidade. Não há sentido, portanto, nas discussões que nos empurram para um posicionamento entre: ficamos com o objeto ou com a diversidade? Ou ainda nos cobram uma posição política: de qual lado você está? (MARTINO, 2003, p. 69).

2.4 Instância técnica

Dentro do modelo de Lopes (2005) a instância técnica possui preponderância da face empírica do objeto de pesquisa. Uma vez que para a realização desta pesquisa estipulou-se como um dos elementos de delimitação a pesquisa documental indireta, este é o item em que houve maior esforço de adaptação da proposta metodológica.

Considerando-se que, no caso deste modelo, a técnica refere-se essencialmente ao modo pelo qual se realiza os nexos dos conceitos do trabalho, tendo em vista também as especificações das dimensões que compõem o objeto de pesquisa, este item foi adequado de modo que fundamenta e/ou representa diretamente os objetivos do trabalho.

Dentre eles, destaca-se verificar as possibilidades de tratamento de Meio e Redes Sociais Digitais enquanto conceitos enquadrados teoricamente pelo processo comunicativo e valendo-se das complementações necessárias ao objeto a fim de abranger suas dimensões técnica/tecnológica e simbólica.

Na perspectiva metodológica geral, sabe-se que objetivo geral pode ser entendido como um produto, uma espécie de materialização do desenvolvimento do trabalho, orientado à verificação da(s) hipótese(s). Por outro lado, objetivos específicos são compreendidos: a) como meios para alcançar o objetivo geral; ou b) detalhamentos do objetivo geral.

Sequencialmente, para cumprir o objetivo destacado, chegou-se de modo específico às orientações de que:

- A opção por não secundarizar a dimensão técnica/tecnológico viabiliza o afastamento necessário do instrumentalismo e do determinismo para que o objeto seja mantido no enquadramento teórico da Comunicação tal como exposto no item anterior deste projeto. Admite-se que ao invés de reduzir o processo comunicativo à esfera técnica, a discussão direta dessa dimensão possibilita elaborações adequadas para a apreensão das estruturas do fenômeno que é parte do objeto;
- O debate epistemológico, exceto por questões mais gerais da ciência, está no campo da Comunicação;
- Os conceitos para os quais se dedica esforços de articulação, mas que são de outros domínios (em função de origem ou adequação ao atual Estado da Arte deles e da Comunicação) constituem objeto de atenção direta quando

fundamentam as principais preocupações da pesquisa: meio e redes sociais digitais em suas dimensões técnica/tecnológica e simbólica, bem como na interdependência entre ambas para a formação do objeto de estudo. Por isso,

- Técnica/Tecnologia e Redes, abordadas pelas perspectivas da Filosofia da Tecnologia, Ciência da Computação e Sistemas de Informação, ou seja, abrangendo aspectos de suas estruturas, são discutidas diretamente;
- Serve-se da noção antropológica de Cultura sem empregar vasta pesquisa documental indireta. Porém, com atenção e indicação das motivações dos referenciais selecionados.
- Ainda que não seja uma reflexão referenciada constantemente no texto da pesquisa, as articulações conceituais devem ser frequentemente confrontadas com o debate epistemológico anterior e inerente ao trabalho de sentido do objeto e domínio da Comunicação, como exposto anteriormente.

3 CARACTERÍSTICAS DA TECNOLOGIA EM REDES SOCIAIS DIGITAIS

O tratamento da face tecnológica de Rede Social Digital enquanto meio abarca a composição técnica desta rede e, por isso, ainda que as explicações detalhadas estejam dispostas neste capítulo, faz-se necessário indicar de início que a noção de rede com a qual se trabalha neste item é oriunda daquela que se estabeleceu como Redes de Computadores, comum aos domínios de Ciência da Computação e Sistemas de Informação, dentre as quais a Internet corresponde a um tipo.

Com isso, busca-se evitar o deslocamento da questão das condições tecnológicas para outras como, por exemplo, a dos efeitos desta composição técnica particular ou da tangência conceitual Informação-Comunicação. Como exemplo direto há a indicação de que:

Ao propor o estudo dos impactos sociais e culturais, e também técnicos, das tecnologias digitais que surgiram com a internet, a Cibercultura abriu um novo campo, reconfigurou os conceitos de tempo e espaço e a comunicação mediada por computador (CMC) trouxe um novo modelo de comunicação, marcado pela bidirecionalidade antes limitada nos processos comunicacionais estabelecidos através dos meios de comunicação de massa (AMARAL, AQUINO, MONTARDO, 2010, p. 15).

Não se despreza a importância do que é apontado pelas autoras (2010), mas mantendo-se o delineamento estipulado, o debate é centralizado no tipo de rede de computador pertinente ao trabalho, cuja base é a Internet e, como indicado anteriormente, implica outros pormenores, tais como as topologias de rede, protocolos e as aplicações, dentre outros.

Neumann (2005), no item *O computador*, do texto escrito em 1956, *O Computador e o Cérebro*, preocupa-se em delinear as características básicas dos computadores, entendendo-se que “o conceito criado por Von Neumann é o mesmo que, há quase sessenta anos, está embarcado em todas as máquinas computacionais, inclusive nos Personal Computers (PC’s), celulares e PDA’s, entre outros” (LIMA JUNIOR, 2007, p. 126).

De maneira geral, ele desenvolve seu raciocínio sob a comparação entre os computadores analógicos e digitais, da qual cabe a indicação de que:

Deve acentuar-se, desde já, que nas máquinas digitais existe apenas, invariavelmente, um único órgão para cada operação básica, ao contrário da maior parte das máquinas analógicas, onde devem existir órgãos suficientes para cada operação básica, consoante as exigências do problema em resolução [...] (NEUMANN, 2005, p. 47).

Assim, enquanto na máquina analógica cálculo e armazenamento ocorrem em um mesmo aparato⁹, na digital um mesmo dispositivo efetua todas as operações e, portanto, precisa de armazenamento alternativo: memória. Trata-se então de processamento, cuja implicação é de que:

O derradeiro patamar de qualquer hierarquia de memória é, necessariamente, o mundo exterior – ou seja, o mundo exterior no que diz respeito à máquina, isto é, parte desse mundo com o qual a máquina pode comunicar directamente, mais propriamente os órgãos de entrada (*input*) e de saída (*output*) da máquina (NEUMANN, 2005, p. 70).

Dessa maneira, a necessidade da relação entre o analógico e o digital no âmbito das máquinas computacionais está na imbricação entre hardware e software que viabiliza o processamento e, por conseguinte, a utilização da máquina por um indivíduo.

No contexto das redes que constituem o objeto, a relação entre materialidade e imaterialidade é tratada no mesmo parâmetro. Porém, é um elemento prioritariamente digital que se sobrepõe como característica fundamental de sua identificação¹⁰. Em função disso, o debate comparativo entre estruturas analógicas e digitais e seus efeitos também é aqui suprimido.

Voltando-se para a noção inicial dos meios como aparatos artificiais, cabe retomar que neste primeiro recorte entende-se a comunicação como atividade inerente ao homem que, em algumas formas e instâncias, especialmente como Comunicação Social, possui caráter artificial (FLUSSER, 2007).

Estes artifícios são ou se entrelaçam às técnicas e tecnologias que, segundo Arthur (2009), são inseparáveis. Isso porque as primeiras fazem parte das últimas, uma vez que as tecnologias são essencialmente e se desenvolvem a partir de combinações de aparatos/processos anteriores em um *continuum* de acumulação que as estruturam, podendo ser concebidas como meio para alcance de propósitos humanos, conjunto de práticas e componentes e, ainda, coleção de dispositivos e práticas advindas da Engenharia disponíveis em dada cultura (ARTHUR, 2009).

Assumindo que os aparatos/processos dos quais se dispõe para a comunicação a influenciam, dirige-se à reflexão sobre em que medida sua estruturação modifica, limita ou

⁹ Por isso o número de dispositivos é o mesmo número de operações que serão efetuadas.

¹⁰ Motivo do “digital” em Rede Social Digital, além da distinção entre processos comunicacionais que podem se dar no modo/ambiente *offline*.

amplia processos comunicacionais e, por conseguinte, também suas análises. Não obstante a ênfase aqui seja o aparato rede social digital, faz-se necessário retornar às questões elementares sobre tecnologia e a disposição técnica de redes.

3.1 Essência tecnológica

A partir da Filosofia da Tecnologia, Feenberg (2003a) demonstra a oposição entre a concepção grega sobre artefatos e a noção contemporânea mais comum, indicando sobre a última que "para nós as essências são convencionais em vez de reais. O significado e os **fins** das coisas são algo que nós criamos e não algo que descobrimos" e "a brecha entre homem e mundo se alarga consequentemente. Nós não estamos em casa no mundo, nós conquistamos o mundo" (FEENBERG, 2003a, grifo do autor). Isto significa que, ao invés de questionar a essência (Aquilo é o quê?), prefere-se o questionamento "como funciona?"¹¹.

A importância da perspectiva grega para o debate proposto pelo autor (2003a) está no seu entendimento sobre um valor intrínseco ao funcionamento de artefatos, discordando-se da compreensão de tecnologia como isenta de valores, isto é, instrumental.

Em Filosofia da Tecnologia, as concepções atuais subdividem-se segundo dois elementos (valor e controle humano), chegando-se às seguintes classificações:

- Instrumentalismo (tecnologia neutra e humanamente controlada);
- Determinismo (tecnologia neutra e autônoma);
- Substantivismo (tecnologia carregada de valor e autônoma);
- Teoria Crítica (tecnologia carregada de valor e humanamente controlada).

A questão da influência/controlado humano é especialmente orientada pela constatação de que tecnologia é produção humana e, portanto, discorda-se da aceção determinista na qual a tecnologia controla o homem ao regular a sociedade de acordo com demandas de progresso e eficiência, bem como do substantivismo, segundo o qual "na medida em que nós usamos a tecnologia, estamos comprometidos com o mundo num movimento de maximização e

¹¹ Esta noção corresponde ao Instrumentalismo e, por isto, nas argumentações que se seguem, tal aceção não é debatida.

controle [...] O elemento de controle humano seria como escolher marcas de sabão no supermercado, trivial e ilusório” (FEENBERG, 2003a):

De acordo com a teoria crítica, os valores incorporados na tecnologia são socialmente específicos e não são representados adequadamente por tais abstrações como a eficiência ou o controle. A tecnologia não molda só um modo de vida, mas muitos possíveis estilos diferentes de vida, cada um dos quais reflete as escolhas diferentes de objetivos e extensões diferentes da mediação tecnológica [...] As molduras são os limites e contêm o que está por dentro. Semelhantemente, a eficiência “molda” todas as possibilidades da tecnologia, mas não determina os valores percebidos dentro daquela moldura (FEENBERG, 2003a).

Dessa maneira, enquanto no substantivismo a eficiência e o controle característico da tecnologia são suficientes em sua abordagem, na Teoria Crítica concebe-se a existência de outro controle (humano) que não é determinado pela tecnologia, ainda que as características dela o delimitem.

Este posicionamento do autor (2003a) é reforçado em outros textos (FEENBERG, 2003b; 2009) essencialmente porque se insiste que o desvinculo entre processos sociais e tecnologia é, no máximo, didático, mas não suficiente ou verdadeiro.

O reconhecimento deste molde por Feenberg (2003a; 2003b) é detalhado em Arthur (2009), cujas preocupações centram-se na essência e na evolução tecnológica, considerando-se que as categorizações desta última suscitem três significados de tecnologia:

Tecnologia singular – máquina à vapor – origina-se como um novo conceito e desenvolve-se por modificar suas partes internas. Tecnologia plural – eletrônicos – surge construindo ao seu redor certos fenômenos e componentes e se desenvolve alterando suas partes e práticas. E tecnologia-geral, todo o conjunto de todas as tecnologias que já existiram no passado e presente, origina-se do uso de fenômenos naturais e constrói-se organicamente com novos elementos formados pela combinação com os antigos (ARTHUR, 2009, p. 29, tradução nossa)¹².

As evoluções, entretanto, são engendradas por princípios tecnológicos: Combinação, Recursividade e Fenomenalidade. Na perspectiva de Arthur (2009), dentre os três princípios é o último, isto é, a identificação de uma relação entre fenômenos e efeitos¹³, que sustenta uma aceção mais expandida de tecnologia como:

¹² A technology-singular – the steam engine – originates as a new concept and develops by modifying its internal parts. A technology-plural – electronics – come into being by building around certain phenomena and components and develops by changing its parts and practices. And technology-general, the whole collection of all technologies that have ever existed past and present, originates from the use of natural phenomena and builds up organically with new elements forming by combination from olds one (ARTHUR, 2009, p. 29).

¹³ Fenômenos, neste contexto específico, dirigem-se às relações causais que resultam na satisfação do propósito mencionado pelo autor. Os efeitos restringem-se ao funcionamento e à eficiência da tecnologia.

[...] um grupo de fenômenos capturados e colocados em prática. A razão pela qual isso é central é que a base do conceito de tecnologia – o que faz a tecnologia simplesmente funcionar – é sempre o uso de algum efeito ou efeitos centrais. Em sua essência, uma tecnologia consiste em fenômenos programados para algum propósito. Eu uso aqui o termo “programado” deliberadamente para significar que os fenômenos que fazem uma tecnologia funcionar são organizados de um modo planejado; eles são orquestrados para o uso (ARTHUR, 2009, p. 51, tradução nossa)¹⁴.

O recorte de Arthur (2009) privilegia a separação didática entre processos sociais e tecnologia, mas aponta para a existência desta relação, enquanto Feenberg (2003a, 2003b e 2009) preocupa-se em evidenciá-la, convergindo com os argumentos de Arthur (2009) no que diz respeito às estruturas tecnológicas específicas que constituem moldes, delineamentos. A partir daí, forma-se um conjunto argumentativo que observa evidências empíricas¹⁵ e reflexões teóricas da Tecnologia, resultando em um núcleo básico do qual se extrai que a tecnologia:

- Possui ordenações delineadoras, no sentido dos “moldes” mencionados por Feenberg (2003a);
- Não é isenta de valores/controle humano inclusive porque serve, em alguma instância, a propósitos, mesmo que estes resultem de apropriações/empregos posteriores dos fenômenos intrínsecos à tecnologia expostos por Arthur (2009).

3.2 Estrutura das redes

No subitem anterior, indicou-se que, apesar de Arthur (2009) considerar o princípio da Fenomenalidade como base da essência tecnológica, há outros dois princípios que estruturam as tecnologias, para os quais se volta agora mais detalhadamente.

¹⁴ [...] a set of phenomena captured and put to use. The reason this is central is that the base concept of the technology – what makes a technology work at all – is always the use of some core effect or effects. In its essence, a technology consists of certain phenomena programmed for some purpose. I use the word “programmed” here deliberately to signify that the phenomena that make a technology work are organized in a planned way; they are orchestrated for use (ARTHUR, 2009, p. 51).

¹⁵ Embora não estejam expostas neste texto, as evidências empíricas com as quais Arthur (2009) trabalha são fundamentais para as análises deste autor que busca elucidar suas exposições como, por exemplo, quando aponta que “oil refining is based on the phenomenon that different components or fractions of vaporized crude oil condense at different temperatures” (ARTHUR, 2009, p. 46).

O princípio de Combinação é mais evidente se observado em uma tecnologia singular, cuja organização sempre se dá em função de um método ou ideia fundamental de funcionamento. Organização, neste caso, refere-se à disposição/combinação de componentes tecnológicos, ou seja, de outras tecnologias singulares.

O método ou ideia central de funcionamento da tecnologia é viabilizado com apoio em componentes que devem executar tarefas subsidiárias como, por exemplo, seu correto funcionamento/regulação e alimento de energia. Para melhor esclarecimento, demonstra-se o exemplo dos programas de computadores, nos quais:

[...] um princípio base é usado - o conceito central ou a lógica por trás do programa. Isso é implementado por um conjunto principal contituído por blocos instrucionais ou funções - apropriadamente chamado de "Main" em algumas linguagens de computador. Estas chamadas em outras subfunções ou subrotinas apoiam o seu funcionamento. Um programa que cria uma janela gráfica em uma tela de computador chama subfunções para criar a janela, definir seu tamanho, sua posição, mostrar o seu título, buscar o seu conteúdo, trazê-lo para a frente de outras janelas e excluí-lo quando terminado (ARTHUR, 2009, p. 34, tradução nossa)¹⁶.

Dessa maneira, os componentes que compõem uma tecnologia singular formam sua arquitetura. Entretanto, o autor (2009) argumenta que somente tecnologias muito simples podem ser estruturadas por componentes individuais. Assim, na maior parte, a arquitetura é fundamentada em grupos, os quais ele denomina módulos.

Já o princípio de Recursividade é explicitado a partir de sua relação com o de Combinação:

Cada conjunto ou subconjunto ou parte tem uma tarefa a ser executada. Se não fosse isso, não estaria lá. Portanto, cada um é um meio para um propósito. Cada um, a partir da minha definição anterior, é uma tecnologia. Isto significa que os conjuntos, subconjuntos e peças individuais são todos executáveis - são todos tecnologias. Por conseguinte, uma tecnologia consiste em blocos de construção que são tecnologias, que consistem em mais blocos de construção que são tecnologias, que consistem em outros blocos que são tecnologias, com o padrão se repetindo em todo o caminho até o nível fundamental de sua composição. Tecnologias, em outras palavras, têm uma estrutura recursiva. Elas consistem de tecnologias dentro de tecnologias por todo o caminho até as partes elementares (ARTHUR, 2009, p. 38, tradução nossa)¹⁷.

¹⁶ [...] a base principle is used - the central concept or logic behind the program. This is implemented by a main set of instructional building blocks or functions - appropriately enough called "Main" in some computer languages. These call on other subfunctions or subroutines to support their workings. A program that sets up a graphic window on a computer display calls on subfunctions to create the window, set its size, set its position, display its title, fetch its content, bring it to the front of other windows, and delete it when it is done with (ARTHUR, 2009, p. 34).

¹⁷ Each assembly or subassembly or part has a task to perform. If it did not would not be there. Each therefore is a means to a purpose. Each therefore, by my earlier definition, is a technology. This means that the assemblies, subassemblies, and individual parts are all executables - are all technologies. It follows that a technology consists

As explicações até aqui são complementadas pelo argumento de que, no que concerne Combinação, Recursividade e Fenomenalidade, “para se realizar na realidade física, um princípio precisa ser expresso na forma de componentes físicos” (ARTHUR, 2009, p. 33, tradução nossa)¹⁸. Considerando também a imbricação entre processos sociais e tecnológicos, salienta-se que as tecnologias são altamente passíveis de alteração, reconfiguração e adaptação aos propósitos humanos e suas mudanças.

Entretanto, adicionando-se a questão da qualidade recursiva, tem-se que as estruturas tecnológicas possuem uma hierarquia/delimitação endógena em suas arquiteturas de modo que “tecnologias de nível superior dirigem ou ‘programam’ (como no programa de computador) tecnologias em níveis inferiores; elas as organizam para executar seus propósitos [...] E os elementos (tecnologias) em níveis mais baixos determinam o que os níveis mais elevados podem realizar” (ARTHUR, 2009, p. 42, tradução nossa)¹⁹.

Nos níveis mais baixos aos quais Arthur (2009) se refere estão as qualidades fundamentais das tecnologias que são suas materialidades. Isso significa que, para acomodar reconfigurações dos níveis mais altos, faz-se necessário modificar também a estrutura física. Novamente, chega-se à questão da limitação/moldura tecnológica que, observando também Neumann (2005), no caso das máquinas computacionais será composta pelo hardware.

No que diz respeito às redes sociais digitais estudadas, como tecnologia singular, elas são compostas basicamente por máquinas computacionais e pela Internet, para as quais as características estruturais indicadas se estendem.

Dado o caráter deste estudo, não cabe tratar tecnicamente em detalhes da relação entre hardware e software das máquinas computacionais, o que poderia resultar em desvio da problematização estipulada, mas demanda-se neste momento direcionar a discussão para a estruturação da Internet.

Um dos elementos fundamentais para a compreensão de Redes de Computadores é o modelo OSI, cuja composição conceitual inclui sete camadas como disposto na figura a seguir:

of building blocks that are technologies, which consist of yet further building blocks that are technologies, with the pattern repeating all the way down to the fundamental level of elemental components. Technologies, in other words, have a recursive structure. They consist of technologies within technologies all the way down to the elemental parts (ARTHUR, 2009, p. 38).

¹⁸ To be brought into physical reality a principle needs to be expressed in the form of physical components (ARTHUR, 2009, p. 33).

¹⁹ Technologies at a higher level direct or “program” (as in a computer program) technologies at lower levels; they organize them to execute their purposes [...] And the elements (technologies) at lower levels determine what the higher levels can accomplish (ARTHUR, 2009, p. 42).

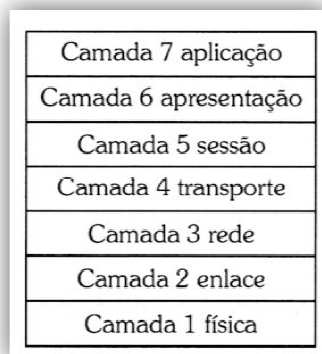


Figura 2 - Camadas do modelo OSI
(MORAES, 2010, p. 63)

Resumidamente, a camada física refere-se às condições materiais, enquanto a de enlace controla os fluxos (transmissão e recepção) no nível do meio físico e relaciona-se com a camada de rede, que “opera basicamente com endereços de rede, que são globais por natureza, como o endereço IP” (MORAES, 2010, p. 65). Já a camada de transporte “é responsável por realizar a troca de pacotes entre os sistemas que estão se comunicando sem se preocupar com o roteamento, que é executado pela camada de rede” (MORAES, 2010, p. 65)²⁰.

A camada Sessão realiza a sincronização de transmissão e recepção, enquanto “a função da camada apresentação é traduzir formatos e sintaxes, para que possam ser compreendidos pelos dois subsistemas que estão se comunicando” e a camada de Aplicação “[...] disponibiliza às aplicações os meios para acessar o ambiente de comunicação realizando, portanto, a interface entre o protocolo de comunicação e o aplicativo utilizado na rede” (MORAES, 2010, p. 66).

As redes sociais digitais aqui discutidas são alicerçadas pela arquitetura TCP/IP, na qual as camadas apresentam algumas modificações em razão de sua implementação e, portanto, na camada de aplicação do modelo TCP/IP estão intrínsecas as camadas sessão e apresentação:

²⁰ A noção de comunicação do autor (2010) não se equivale ao recorte desta dissertação porque seus argumentos derivam de Redes de Computadores especificamente e, portanto, desconsiderando-se qualquer discussão teórico-metodológica ou epistemológica em Comunicação.

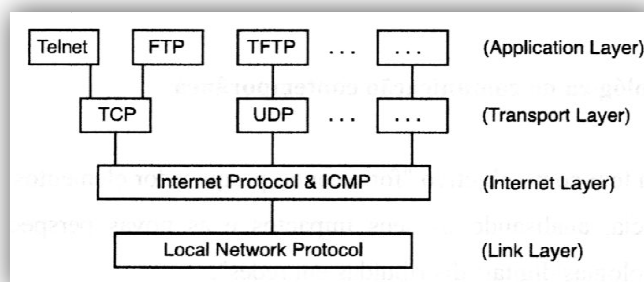


Figura 3 - Camadas do modelo TCP/IP
(GALLOWAY, 2004, p. 39)

Na discussão empreendida por Galloway (2004) especificamente sobre o protocolo TCP/IP, repete-se o argumento de indissociabilidade entre tecnológico e social, mas chama-se a atenção para a proeminência de um ou outro frente aos níveis de funcionamento da Internet como no seguinte exemplo:

Há vários protocolos em jogo durante uma conversa ao telefone . Alguns são técnicos, outros sociais. Por exemplo, o ato de escutar o tom/som da discagem ou o ato de discar um número desejado pode ser considerado alocado em uma “camada” diferente da conversa propriamente dita (GALLOWAY, 2004, p. 40, tradução nossa)²¹.

A face social das redes é, observando-se o item anterior, delineada pelas estruturas tecnológicas das mesmas. No caso das redes sociais digitais, orientadas também pela arquitetura TCP/IP, a última camada (de aplicação) é aquela em que se dá a utilização para as trocas simbólicas de comunicação, isto é, que alicerça sua dimensão social.

Outra questão importante da estrutura das redes nas condições aqui observadas refere-se às topologias:

²¹ There are several protocols at play during a telephone call. Some are technical, some social. For example, the act of listening for a dial tone and dialing the desired phone number can be considered to be in a different “layer” than the conversation itself (GALLOWAY, 2004, p. 40).

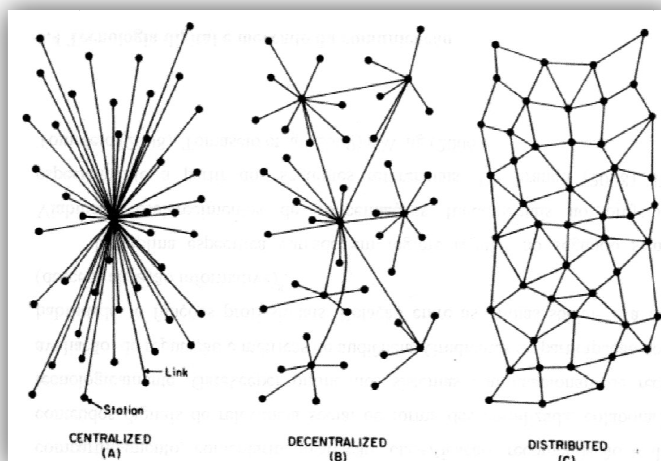


Figura 4 - Topologias de redes de Paul Baran: Centralizada, Descentralizada e Distribuída (FRANCO, 2008)

Franco (2008) explica que o fator primordial para a distinção destas topologias é o grau de descentralização de cada uma delas. A topologia que interessa neste artigo especificamente é a que sustenta as redes sociais digitais e, por conseguinte, desloca para tais redes suas características:

A partir de certo número de conexões em relação ao número de nodos começam a ocorrer na rede fenômenos surpreendentes, que não dependem, ao contrário do que se acredita, do conteúdo das mensagens que trafegam por essas conexões. Quando mais distribuída ou menos centralizada ou descentralizada (i. e., multicentralizada) for a topologia da rede, maiores serão as chances de tais fenômenos ocorrerem. Esses fenômenos [...] não podem ser adequadamente captados e explicados pelas categorias e hipóteses (que compõem as teorias) tradicionais das ciências sociais (FRANCO, 2008, grifo do autor).

3.3 Redes ou Redes Sociais Digitais

Em se tratando de redes (sociais ou não), cabe assinalar que há uma distinção entre objeto, conceito e método que precisa ser discutida a fim de favorecer a proposta específica desta investigação.

Os estudos que implicam redes, sejam como objeto, conceito ou método normalmente admitem²², à exemplo de Barabási (2009), como início e base fundamental a

²² A exceção aqui é o tratamento em Redes Neurais que se inicia no estudo do neurônio, ainda que em alguns trabalhos específicos se aborde todos os tipos de redes indiscriminadamente.

proposta matemática de resolução do problema de Königsberg e, por conseguinte, a Teoria dos Grafos, que foi elaborada por Leonhard Euler em 1736. Frequentemente, segue-se, ainda no ramo da Matemática²³, para os trabalhos de Paul Erdős e Alfréd Rényi, entre 1958 e 1968, cuja problemática básica era a formação das redes, resultando nos fundamentos da Teoria das Redes Randômicas (BARABÁSI, 2009).

O domínio da Matemática, ao menos nos estudos realizados em Ciências Sociais e Humanas, é parcialmente suprimido pela proeminência, no século XX, da ideia de redes sociais na Sociologia, ainda que o uso do termo pela primeira vez seja atribuído a John Barnes (Antropologia), em 1954 (COSTA-FERREIRA, 2011).

Considerando os trabalhos acadêmicos em Comunicação entre 2008 e 2011²⁴, a perspectiva mais comum é a de Boyd e Ellison (2007), segundo as quais SNSs (*Social Networking Sites*) correspondem a um dos tipos de comunicação mediada por computador:

Definimos sites de redes sociais como serviços baseados na web que permitem a indivíduos (1) construírem um perfil público ou semi-público dentro de um sistema limitado, (2) articularem uma lista de outros usuários com os quais compartilham uma conexão e (3) visualizarem e cruzarem suas listas de conexões e outras feitas por outros dentro do sistema. A natureza e nomenclatura destas conexões podem variar de site para site (BOYD; ELLISON, 2007, tradução nossa)²⁵.

Para as autoras (2007), o principal objetivo de tais sites é a articulação e visibilidade das conexões que estruturam as redes sociais dos indivíduos, as quais normalmente são formadas por conexões com motivações variadas e entre indivíduos que já pertencem ao círculo social (fora destas redes, *off-line*). Assim, não significa que SNSs são para se conectar a todos²⁶, mesmo que não seja a intenção de seus desenvolvedores e apesar da especialidade de alguns sites de conectar estranhos com interesses semelhantes ou compartilhamento (à exemplo do Youtube). Explica-se ainda que:

A ascensão dos SNSs indica uma mudança na organização das comunidades online. Enquanto websites dedicados a comunidades de interesses ainda existem e prosperam, SNSs são principalmente organizados em torno de pessoas e não de interesses. Antigas comunidades públicas online como a Usenet e fóruns públicos de

²³ Cujo diálogo posterior mais frequente é com o domínio da física.

²⁴ Trabalhos vinculados a Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* nos níveis de mestrado e doutorado.

²⁵ We define social network sites as web-based services that allow individuals to (1) construct a public or semi-public profile within a bounded system, (2) articulate a list of other users with whom they share a connection, and (3) view and traverse their list of connections and those made by others within the system. The nature and nomenclature of these connections may vary from site to site (BOYD e ELLISON, 2007).

²⁶ Há casos em que as redes são sustentadas justamente por seu caráter seletivo à exemplo da proposta do *Elysians*.

discussões foram estruturados por tópicos de acordo com hierarquias destes, mas os sites de redes sociais são estruturados como redes pessoais (ou “egocêntricas”), com o indivíduo no centro de sua própria comunidade. Isso reflete mais precisamente estruturas sociais sem mediações, nas quais “o mundo é composto por redes, não por grupos” (BOYD; ELLISON, 2007, tradução nossa)²⁷.

Embora os argumentos das autoras (2007) sejam considerados fundamentais em inúmeros trabalhos, eles não são objeto de consenso: Lima Junior (2009) aponta para o termo “mídia social conectada”, Spyer (2011) utiliza o termo Internet como sinônimo de mídias sociais e, em texto anterior, indicou que “Rede social é gente, é interação, é troca social. É um grupo de pessoas, compreendido através de uma metáfora de estrutura, a estrutura de rede” (SPYER, 2009, p. 25).

Até onde cabe a este trabalho estabelecer, pode-se indicar como principal elemento de discordância as interlocuções entre os diferentes domínios que são necessários ao recorte das pesquisas.

A discordância mais direta à perspectiva de Boyd e Ellison (2007) levantada está em Franco (2009a), que argumenta que os SNSs são sites de relacionamento e não redes sociais. Para o autor (2009a) a diferença entre sites de relacionamento²⁸ e redes sociais é que as últimas possuem topografia mais distribuída, cujo relevo está mais na configuração dos fluxos que no lugar onde se localizam os nodos. O ponto de concordância está no entendimento de que o aspecto social da rede é mantido prioritariamente pelos indivíduos que dela fazem parte.

Outra maneira de entender os SNSs é a partir da compreensão de rede social como “[...] uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores. A abordagem de rede tem, assim, seu foco na estrutura social, onde não é possível isolar os atores sociais e nem suas conexões” e, nesse sentido, os SNSs viabilizam “[...] rastros que permitem o reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização de suas redes sociais através desses rastros” (RECUERO, 2009, p. 24).

Por conseguinte, explicita-se o sentido da pesquisa que abarca rede social:

²⁷ The rise of SNSs indicates a shift in the organization of online communities. While websites dedicated to communities of interest still exist and prosper, SNSs are primarily organized around people, not interests. Early public online communities such as Usenet and public discussion forums were structured by topics or according to topical hierarchies, but social network sites are structured as personal (or “egocentric”) networks, with the individual at the center of their own community. This more accurately mirrors unmediated social structures, where “the world is composed of networks, not groups” (BOYD e ELLISON, 2007).

²⁸ Marca sua divergência quando afirma que “Redes sociais não são sites de relacionamento. Com o nome está dizendo, elas são sociais mesmo, não digitais ou virtuais” (FRANCO, 2009a). Novamente, cabe mencionar que o digital neste trabalho tem caráter distintivo específico que não corresponde ao do autor.

O estudo das redes sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas (RECUERO, 2009, p. 24).

Como já explicitado anteriormente, a noção de Redes Sociais Digitais neste trabalho não é uma metáfora ou um método explicativo das relações sociais. Além disso, considera-se que a mediação tecnológica que se dá sob tais redes é inerente ao processo comunicacional e implica pensar o computador interdependente da Internet, observando-se que ambos, dada suas estruturações como tecnologias singulares, abrangem representações/instâncias²⁹ analógicas e digitais, com proeminência arquitetural das últimas.

Na proposta aqui apresentada, o debate acerca da dualidade e divergência entre os conceitos de Informação e Comunicação é propositalmente excluído pelos seguintes motivos:

- Exceto no caso de um trabalho em Comunicação voltado apenas para a distinção entre os dois termos, o aprofundamento necessário para tal objetivo parece ser inviável. Isso porque a diversidade de disciplinas/áreas que tratam de informação e comunicação (Biologia, Matemática, Ciência da Computação e a própria Comunicação, dentre outras) precisaria ser colocada com precisão na discussão;
- Uma vez que em capítulo posterior deste trabalho aborda-se, na medida em que é necessária, a concepção de Comunicação/processo comunicacional frente às teorias tomadas como pertinentes a partir de debate epistemológico, a questão da informação não é central para esta pesquisa, o que não implica desprezar sua pertinência ao domínio da Comunicação nos termos do argumento anterior;
- A apropriação do termo informação pelo domínio da Comunicação advém, como apontam Mattelart e Mattelart (2005), da Teoria matemática e da Cibernética³⁰. Entretanto, cabe refletir sobre as preocupações de Sokal e Bricmont (2006), na medida em que nas propostas que abrangem os trabalhos incluídos em ambas (tais como Shannon, Wiener, Neumann e Turing) a delimitação está nos processos de interação entre máquinas. Ainda que se

²⁹ Representações para indicar a questão física, pertinente à eletrônica.

³⁰ Nesse sentido, discorda-se do argumento de Mattelart e Mattelart (2005), que pressupõe um entendimento de informação e de comunicação tal como criticado por França (2001), afirmando que “com base nas máquinas de comunicar resultantes da guerra, a noção de ‘informação’ adquire seu estatuto de símbolo calculável. Ao fazê-lo, torna-se o lema que assegura o livre intercâmbio conceitual entre as disciplinas”.

observe, por exemplo, em Neumann (2005), o não desprezo da atuação do indivíduo, as noções de informação e processamento com as quais trabalha não incluem sequer a questão de conteúdo (ainda que indiretamente) e, portanto, não se aproximam da comunicação humana e, menos ainda, da Comunicação Social.

A abordagem proposta por Recuero (2009) poderia se impor a este trabalho, caso fossem identificados os seguintes problemas:

- A troca de mensagem entre indivíduos (observando, por conseguinte, as implicações contextuais destes) fosse considerada informação a partir dos trabalhos da Teoria matemática e da Cibernética;
- O meio de comunicação e/ou o processo comunicacional fossem reduzidos aos seus suportes, demandando correção conceitual como apontado por Cazeloto (2009);
- O meio de comunicação ou o processo comunicacional e/ou as trocas de mensagem fossem tomados como suficientes para explicar as diversas possibilidades de trocas sociais. Ou ainda, meio de comunicação e/ou processo comunicacional não fossem o centro deste trabalho, podendo ser reduzidos a índice ou variável de trocas sociais, deslocando, por conseguinte, as áreas de interlocução e a área central do estudo.

Uma das questões que o esclarecimento deste posicionamento suscita está expressa em Franco (2009b), ao advertir sobre a possibilidade de filtrar e obstruir fluxos e desconectar, dado que “há poder, no sentido de poder de mandar nos outros, na exata medida em que há centralização, ou seja, hierarquização” (FRANCO, 2009b). Seguindo tal raciocínio, o poder não é característica fundamental das redes, mas exterior às mesmas, inclusive porque elas não transformam os indivíduos, fora delas, competitivos em cooperativos:

As pessoas podem continuar querendo competir umas com as outras, porém, quando conectadas em uma rede, esse esforço não prevalece como resultado geral na medida em que, na rede, elas não podem impedir que outras pessoas façam o que desejam fazer e nem podem obrigá-las a fazer o que não querem (FRANCO, 2008).

A preferência pela perspectiva de Franco (2008, 2009a e 2009b) está na interlocução que faz, ainda que intrinsecamente, com o desenvolvimento dos estudos de redes em Matemática, Física, Ciência da Computação e Sistemas de Informação.

Dessa forma, utiliza-se seu entendimento como uma noção inicial sob a qual, com o avanço do trabalho, estabelece-se uma compreensão própria de rede social uma vez que ela não é aqui tratada como objeto, conceito ou método nos moldes discutidos neste item, mas sim como meio.

Retomando-se as argumentações acerca da face técnica/tecnológica, sabe-se que as redes, enquanto tecnologia singular, possuem limitações estruturais que abarcam tipos de tecnologias, componentes, módulos e princípios que influenciam o entendimento de sua imbricação com os processos sociais.

A discussão sobre a instância tecnológica, compreendida pelo pensamento próprio da Ciência da Computação e dos Sistemas de Informação, relacionados à Filosofia da Tecnologia, serve de base para o entendimento de que as redes são um conjunto tecnológico formado basicamente por máquinas computacionais e pela Internet.

Como explicam Kurose e Ross (2006) é possível analisar tal estrutura a partir dos componentes e módulos de hardware e software, os quais em sua relação no âmbito das máquinas computacionais e da Internet não justificam o debate analógico *versus* digital, mas demandam esclarecimentos básicos acerca das camadas de redes, especificamente da Internet, da topologia e de um dos principais protocolos de Internet: TCP/IP.

A outra opção oferecida pelos autores (2006) é a ênfase nas aplicações que a estrutura, neste caso especificamente da Internet, permite:

A Internet permite que **aplicações distribuídas** que executam em seus sistemas finais troquem dados entre si. Entre essas aplicações estão a navegação na Web, mensagem instantânea, áudio e vídeo em tempo real, telefonia pela Internet, jogos distribuídos, compartilhamento de arquivos peer-to-peer (P2P), login remoto, correio eletrônico e mais, muito mais (KUROSE; ROSS, 2006, p. 4, grifo do autor).

Na visão dos autores (2006, p. 5), esta opção é importante porque “cada vez mais, os avanços na tecnologia dos componentes da Internet estão sendo guiados pelas necessidades de novas aplicações”. Nesse sentido, reforçam-se os argumentos de Arthur (2009) sobre a estrutura da tecnologia, especialmente em relação aos princípios de Combinação e Recursividade, dado que uma vez que novas aplicações significam alterações em níveis altos, implicam também modificações a partir de níveis baixos que, considerando Kurose e Ross

(2006) e a amplitude de Arthur (2009), devem ocorrer não apenas nos componentes e módulos da Internet, mas também das máquinas computacionais utilizadas.

Portanto, são estes esclarecimentos que orientam o entendimento de rede neste trabalho no que se refere à instância tecnológica, a qual como foi destacada, enquanto meio, admite uma instância social, discutida a partir do próximo capítulo, que a coloca como Rede Social.

Entretanto, o sentido de rede social (digital) não é o mesmo de John Barnes em 1954 ou Boyd e Ellison (2007) ou, ainda, Recuero (2009), visto que o processo social, especificamente comunicacional, no recorte deste estudo, dá-se prioritariamente em uma (ou somente com a inclusão desta) camada determinada da rede: a de Aplicação.

A adição do digital, além de distinguir a perspectiva deste trabalho especialmente em relação à sociologia, é motivada também pela característica da camada de aplicação, a qual estruturalmente se refere aos níveis mais altos e, portanto, prioritariamente digitais, sem desconsiderar a relação inevitável com as materialidades das quais necessita.

No âmbito deste trabalho, mais importante que a compreensão da camada de aplicação como parte do nível mais alto é o entendimento de que nela reside a viabilização da presença do indivíduo nas redes para os processos de caráter comunicativo.

4 TEORIA RELACIONAL E REDE SIMBÓLICA

Uma vez que o objeto de estudo é o processo comunicacional que se dá no âmbito das Redes Sociais, enfatizando-se as faces tecnológicas e simbólicas, cabe a constatação de que tal processo, na condição de fenômeno e objeto, está contextualizado, ou seja, faz parte culturalmente do que se denomina contemporaneidade. Nesse sentido, a compreensão do que é e de como pode ser estudada a cultura deve ser também abarcada.

Outro motivo pelo qual há atenção ao conceito de Cultura é o uso de Harry Pross para as discussões da relação entre semiótica, cultura e meio (apud MENEZES, 2009), em larga medida influenciado por Cassirer (1994), considerando que em ambos identifica-se o enviesamento antropológico.

O conceito de cultura é próprio da antropologia, admitindo-se que:

A antropologia estuda o fenômeno do homem – a mente do homem, seu corpo, sua evolução, origens, instrumentos, arte ou grupos, não simplesmente em si mesmos, mas como elementos ou aspectos de um padrão geral ou de um todo. Para enfatizar esse fato e integrá-lo a seus esforços, os antropólogos tomaram uma palavra de uso corrente para nomear o fenômeno e difundiram seu uso. Essa palavra é *cultura*. Quando eles falam como se houvesse apenas uma cultura, como em “cultura humana”, isso se refere muito amplamente ao fenômeno do homem; por um lado, quando falam sobre “uma cultura” ou sobre “as culturas da África”, a referência é a tradições geográficas e históricas específicas, casos especiais do fenômeno do homem. Assim, a cultura se tornou uma maneira de falar sobre o homem e sobre casos particulares do homem, quando visto sob uma determinada perspectiva. É claro que a palavra “cultura” também tem outras conotações e importantes ambiguidades [...] (WAGNER, 2010, p. 27, grifo do autor).

Isso significa que se por um lado buscam-se reflexões mais gerais, por outro se destaca que na perspectiva antropológica as sociedades não são concebidas como homogêneas, ainda que se compartilhe dentro delas uma série de elementos materiais ou imateriais.

Em obra de caráter introdutório, Laraia (2003) esclarece quanto ao desenvolvimento do campo da Antropologia e, por conseguinte, do conceito de Cultura, bem como mapeia as vertentes teóricas dessa área.

Com o desenvolvimento e estabelecimento do campo da Antropologia, tal como em qualquer pensamento que se pretenda científico, a variedade de entendimentos possíveis sobre o mesmo objeto cresceu de modo que, “[...] uma das tarefas da antropologia moderna tem sido

a reconstrução do conceito de cultura, fragmentado por numerosas formulações” (LARAIA, 2003, p. 59).

Nos posicionamentos que Laraia (2003) destaca, a Cultura é entendida como sistema: Adaptativo (fundamentado em teorias neoevolucionistas), Cognitivo, Estrutural e Simbólico (as três incluídas nas teorias Idealistas de Cultura).

As diferenças entre as quatro vertentes estão nos elementos que consideram mais importantes no estudo da cultura (como fenômeno humano), nos métodos que selecionam e, indiretamente, no que tomam como vetor de diferenciação entre o homem e outros animais³¹.

Ainda assim, todas as correntes são comportadas pela conceituação incipiente de Cultura, já como oriunda de um pensamento antropológico.

Antes das primeiras formulações do ponto de vista científico acerca de cultura, entre o final do século XVIII e início do século XIX, identifica-se a existência de dois termos distintos: *Kultur*, termo germânico que, de acordo com Laraia (2003, p. 25) significava “[...] todos os aspectos espirituais de uma comunidade” e *Civilization*, palavra francesa que “[...] referia-se principalmente às realizações materiais de um povo” (LARAIA, 2003, p. 25).

O conceito de Cultura, tal como utilizado atualmente, foi definido pela primeira vez por Edward Tylor através da síntese de *Kultur* e *Civilization* no termo inglês *Culture*, o qual designava “[...] este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1958 apud LARAIA, 2003, p. 25).

Segundo Laraia (2003, p. 25), “com esta definição Tylor abrangia em uma só palavra todas as possibilidades de realização humana, além de marcar fortemente o caráter de aprendizado da cultura em oposição à ideia de aquisição inata, transmitida por mecanismos biológicos”.

Este posicionamento antropológico implica em sustentar que, ainda que a cultura seja característica essencial do objeto homem, ela não é natural, ela (e tudo o que a constitui) é construída:

³¹ Esta questão da caracterização do homem em oposição aos outros animais é também uma discussão filosófica que influencia a Filosofia da Tecnologia e, como colocado por Dusek (2009), em oposição à ideia de que é a competência para fazer ferramentas ou tecnologias que diferenciam o homem de outros animais, estabeleceu-se a afirmação de que é a linguagem o vetor de diferenciação. No âmbito deste trabalho, tal discussão não é empreendida por diversos motivos, mas especialmente porque, a separação entre linguagem e tecnologia não se impõe como primordial. Isso também explica porque a perspectiva de filósofos, tal como Heidegger não é trazida à superfície, uma vez que o deslocamento para a linguagem é um confronto com perspectivas que privilegiam a tecnologia, entendendo-a como autônoma (DUSEK, 2009), o que já foi discutido neste trabalho.

O homem descobriu, por assim dizer, um novo método para adaptar-se ao seu ambiente. Entre o sistema receptor e o efetuator, que são encontrados em todas as espécies animais, observamos no homem um terceiro elo que podemos descrever como *sistema simbólico*. Essa nova aquisição transforma o conjunto da vida humana. Comparado aos outros animais, o homem não vive apenas em uma realidade mais ampla; vive, pode-se dizer, em uma nova *dimensão* de realidade (CASSIRER, 1994, p. 48, grifo do autor).

O afastamento do entendimento de cultura como algo “natural” e, portanto, inventado pelo homem (WAGNER, 2010) orienta o argumento de que:

[...] podemos afirmar que a cultura é produto humano, mas o humano é também produto da cultura. Não fosse essa extraordinária capacidade de articulação e fabricação de símbolos, provavelmente não teríamos sobrevivido e, se o tivéssemos conseguido, não teríamos diferenças anatômicas tão marcantes frente a nossos parentes mais próximos (GUERRIERO, 2006, p. 22).

Retomando-se a conceituação de Tylor, Cultura é “[...] este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1958 apud LARAIA, 2003, p. 25) e que, em atenção ao termo *Civilization* que também é abarcado, implica em materialidades.

Considerando as proposições sobre tecnologia explicitadas no item anterior, sabe-se que a tecnologia possui faces material e imaterial e, ainda que moldem as atividades humanas, não se perde de vista que são por elas produzidas, pois não é isenta de valor/controle humano. Assim, a tecnologia não é propriamente determinante, mas é parte significativa da cultura.

Somando-se a síntese sobre tecnologia aos argumentos acerca da dimensão simbólica, tem-se que ambas as dimensões são produtos da atividade humana (já que parte da cultura, cujo conceito inicial alarga por meio da indicação do material e do imaterial, sua abrangência para além do símbolo) e também a moldam.

4.1 Tipologia dos meios

Voltando-se novamente para Cassirer (1994) e a dimensão simbólica, admite-se que:

A linguagem, o mito, a arte e a religião são partes desse universo. São os variados fios que tecem a rede simbólica, o emaranhado da experiência humana. Todo o progresso humano em pensamento e experiência é refinado por essa rede, e a

fortalece. O homem não pode mais confrontar-se com a realidade imediatamente; não pode vê-la, por assim dizer, frente a frente. A realidade física parece recuar em proporção ao avanço da atividade simbólica do homem. Em vez de lidar com as próprias coisas o homem está, de certo modo, conversando constantemente consigo mesmo. Envolveu-se de tal modo em formas linguísticas, imagens artísticas, símbolos míticos ou ritos religiosos que não consegue ver ou conhecer coisa alguma a não ser pela interposição desse meio artificial (CASSIRER, 1994, p. 48-49).

Este meio artificial composto pela dimensão simbólica na qual o homem se coloca para se relacionar com o mundo, com o outro e consigo mesmo inclui a comunicação no sentido atribuído por Flusser (2007), como processo artificial.

Pross³² (apud MENEZES, 2007) propõe uma tipologia dos processos de mediação, na qual se distingue mídia primária, secundária e terciária.

A mídia primária, sistema de mediação baseado no corpo, funda qualquer comunicação humana, inclusive porque os aparatos artificiais apenas ampliam a capacidade do corpo no que se refere ao tempo e ao espaço.

Um elemento de similaridade entre a mídia primária e as outras é a essencial influência da cultura que, no caso da primária, molda significados e intencionalidades, na forma de um pré-requisito de ação. Em contrapartida, como ponto diferencial, enquanto meio, demanda a presença dos corpos emissores e receptores em um mesmo local.

Já a mídia secundária “[...] indica que o corpo está utilizando ferramentas, no sentido de aparatos ou suportes, para amplificar a força de suas mensagens no tempo e no espaço” (MENEZES, 2007, p. 35). Assim, o indivíduo que deseja informar/comunicar necessita do aparato para a referida amplificação como, por exemplo, a escrita, uma vez que o receptor não precisa do suporte (em seu aspecto físico) para nada além de receber a mensagem, pois para compreendê-la o aparato não é o principal.

Também cabe retomar Flusser (2007) e Cassirer (1994) para evidenciar que, ainda que o suporte físico não seja necessário para a elaboração e o entendimento da mensagem, o compartilhamento de elementos do universo simbólico no qual o fenômeno comunicacional circunscreve-se é primordial e é, em si mesmo, uma espécie de mediação.

A mídia terciária, à exemplo do rádio, torna imperativo o uso de aparatos para a emissão e recepção: “[...] nela todos os corpos envolvidos no processo comunicativo precisam de ferramentas. Equipamentos de emissão e recepção de rádio, exemplos de mídia terciária,

³² A tipologia exposta em PROSS, Harry. **Medienforschung**. Darmstadt: Carl Habel, 1971 é aqui compreendida por meio dos esclarecimentos em Menezes (2007).

mantêm uma paisagem sonora, na qual se movem os moradores das grandes cidades” (MENEZES, 2007, p. 40).

Considerando a articulação entre mídia primária, secundária e terciária, identifica-se o caráter cumulativo da comunicação enquanto parte da cultura e alicerçada por algum tipo de aparato mediador, seja simbólico ou tecnológico, também porque a existência ou desenvolvimento de um tipo de meio não oblitera o outro.

Na perspectiva de Pross (1971 apud MENEZES, 2007), a importância do corpo é sua presença no início e no fim de qualquer processo comunicativo e no alicerce que fornece ao indivíduo para sua localização no mundo/realidade permitindo, a partir das capacidades sensoriais, a atividade simbólica.

Em sua teoria relacional, Pross (1980) aponta para uma relação entre objetos concretos e meio, mediada por uma consciência interpretante, cujo resultado é o signo, o modo de experimentação da realidade inerente ao homem (CASSIRER, 1994; PROSS, 1980). Afinal, “o que chamamos realidade e experimentamos como tal está carregada de coisas que estão no lugar de outras distintas do que elas são: o semáforo da esquina não é a ordenação do tráfego, mas está lá para representar esta função” (PROSS, 1980, p. 13, tradução nossa)³³.

Nessa relação é possível observar modificações nos objetos concretos, nos meios/signos e mesmo na consciência interpretante (inexoravelmente parte do corpo, abarcando as capacidades sensoriais), na medida em que esta última pode deslocar-se de um sistema de signos para outro e há dependência entre as três variáveis:

Esta definição tem a vantagem de deixar claro que existe uma relação entre o meio e a interpretação. Ambos os fatores apresentam uma dependência recíproca: a compreensão tem relação com os sistemas de signos disponíveis dos quais obtém a designação e a significação. Assume-se um catálogo histórico de signos e interpretações. O branco é em mais de uma cultura a cor do luto, como o preto na nossa. O luto não pode ser compreendido independente dos signos; mas os signos que representam o luto são limitados e, também por isso, a compreensão, enquanto as possibilidades de utilizar signos são ilimitadas [...] (PROSS, 1980, p. 15, tradução nossa)³⁴.

³³ Lo que llamamos realidad y experimentamos como tal está cargada de cosas que están en lugar de otras cosas distintas de lo que ellas son: el semáforo de la esquina no es la ordenación del tráfico, sino que está ahí para representar esa función (PROSS, 1980, p. 13).

³⁴ Esta definición tiene la ventaja de dejar claro el que exista una relación entre el medio y la interpretación. Ambos factores presentan una dependencia recíproca: el entender guarda relación con los sistemas de signos disponibles de los que obtiene la designación y significación. Se da por supuesto un catálogo histórico de signos e interpretaciones. Lo blanco es en más de una cultura el color del luto, como lo es lo negro en la nuestra. El luto no se puede dar a entender independientemente de los signos; pero los signos que representan al luto son limitados y también, por ello, la comprensibilidad, mientras que las posibilidades de utilizar signos son ilimitadas [...] (PROSS, 1980, p. 15).

Apesar das diversas possibilidades de influência nas variáveis da relação triádica proposta por Pross (1980), deve-se observar que o homem, ser complexo (PEREIRA, 2006), precisa ser compreendido em uma aproximação científica, a partir do contexto cultura que, no momento atual, está marcado pela tendência da Consciência Interpretativa a se ligar cada vez mais estreitamente aos aparatos artificiais e à construção simbólica.

Isso não significa que em algum tipo de comunicação (primária, secundária ou terciária) exista uma Consciência Interpretativa “realística” ou “natural”, já que esta é influenciada pela cultura. Quer dizer que há uma dupla mediação dos elementos culturais tecnológicos e simbólicos que reafirmam e moldam de modo cumulativo a artificialidade inerente à comunicação social.

4.2 Particularidades da rede simbólica

Aprofundando a problemática do item anterior em Pross (1980), chega-se à ideia de rede de signos, na qual:

A apropriação de signos é algo que está sempre fluindo. Objetos e signos são perecíveis, estando também a consciência interpretativa sujeita à mortalidade. De maneira que, por um lado, os signos dão a segurança de que há algo que está em lugar de outra coisa, mas, ao mesmo tempo, transmitem a insegurança de contínua mudança [...] tanto os signos como os objetos designados mudam, assim como a consciência que os interpreta [...] Mudam as relações. A posse de signos ou sistemas de signos – línguas, ciência, clássicos – é uma relação efêmera, que deve ser constantemente renovada (PROSS, 1980, p. 20-21, tradução nossa)³⁵.

Nesse sistema de signos incluem-se os símbolos, os quais correspondem aos “[...] signos que abrangem uma modalidade, uma classe de objetos com a consciência interpretante [...] Eles expressam algo conceitual, têm uma ‘função designadora’, ao contrário da ‘função operativa’ dos sinais [...]” (PROSS, 1980, p. 23, tradução nossa)³⁶.

³⁵ La apropiación de signos es algo que va fluyendo siempre. Objetos y signos son algo perecedero, estando también sujeta la conciencia interpretante a la mortalidad. De manera que, por un lado, los signos dan la seguridad de que hay algo que está en lugar de otro algo, pero, al mismo tiempo, transmiten también la inseguridad de un continuo cambio [...] tanto los signos como los objetos designados cambian, y también la conciencia que interpreta [...] Cambian las relaciones. La posesión de signos o sistemas de signos – lenguas, ciencia, clásicos – es una relación efímera, que debe ser renovada continuamente (PROSS, 1980, p. 20-21).

³⁶ [...] los signos que enlazan una modalidad, una clase de objetos con la conciencia interpretante [...] Éstos expresan algo conceptual, tienen una “función designadora”, al contrario de la “función operativa” de las señales [...] (PROSS, 1980, p. 23).

A relação com os símbolos alarga as compreensões necessárias à comunicação, visto que não se trata de apenas um objeto que não está disponível ao entendimento/percepção, mas de uma classe de objetos. Assim, os símbolos sintetizam um conjunto de informações que podem ser evidentes ou não, ou seja, entendidas como símbolo ou não (neste caso, percebidos como o próprio conjunto de objetos ou ideias que designa, isto é, como realidade). A diferença entre signo e símbolo pode ser apresentada da seguinte forma:

Primeiro, os signos não reconhecidos que envolvem claras denotações indicadoras, constituintes do campo de ação pragmática e que acompanham nossa prática diária: número de portas, sinalizações de trânsito, horários de trens, placas de carros, sinais de quente e frio no chuveiro [...] Sua obrigatoriedade geral é discutível, por ser pequeno seu alcance interpretativo; permitem *ou* um uso de acordo com os signos *ou* o uso que desconhecido, com consequências imediatas para o intérprete, independentemente de suas representações.

O segundo grupo é mais essencialmente diferenciado, uma vez que nele as ideias e *representações* provocadas por determinados símbolos em diferentes intérpretes são cruciais. Remetem ideias [...] são coisas externas com as quais se apresentam determinados grupos em seu comportamento simbólico [...] (PROSS, 1980, p. 37, grifo do autor, tradução nossa)³⁷.

Outro aspecto que demarca a diferença entre signo e símbolo em Pross (1980) é a organização da compreensão do mundo, dos outros e de si mesmo através dos eixos de articulação vertical e horizontal³⁸. Tendo em vista que o homem só alcança a realidade por meio dos signos, o eixo horizontal estaria mais próximo do real porque se baseia nas experiências primárias dos indivíduos e utiliza-se de designações que demandam sentido apenas à sua Consciência Interpretante. Por outro lado, o eixo vertical é orientado pelos símbolos convencionais e, por isso, estruturam a hierarquia de valores e preceitos compartilhados culturalmente, cuja função primária seria subsidiar a compreensão e o relacionamento/estrutura social que os indivíduos mantêm.

Por isso, os símbolos são para Pross (1980) coercitivos já que se apropriam de um campo, designam um conjunto de relações (mitos, sistemas políticos ou econômicos, dentre outros) e viabilizam o achatamento da relação triádica que os compõem:

³⁷ Por una parte, los signos no reconocidos que entrañan claras denotaciones indicadores, constituyentes del campo de actuación pragmática y que acompañan nuestra praxis cotidiana: números de puertas, señalizaciones de tráfico, horarios de trenes, matrículas de coches, los signos de caliente y frío en la ducha [...] Su obligatoriedad general es discutible, al ser pequeño su abanico interpretativo; permiten *o* un uso de acuerdo con los signos *o bien* un uso que los desconoce, con consecuencias inmediatas para el intérprete, independentemente de sus representaciones [...]

El segundo grupo está más esencialmente diferenciado, ya que en él las ideas y *representaciones* desencadenadas por determinados símbolos en distinto. Remitan a ideas [...] son cosas externas con las que de representan determinados grupos en su comportamiento simbólico [...] (PROSS, 1980, p. 37, grifo do autor).

³⁸ Há neste entendimento de Pross (1980) a possibilidade de diálogo direto com as vertentes que percebem a cultura como Sistema Estrutural e como Sistema Simbólico.

A sinalização vertical, “erguida” como objeto, transforma o espaço ao redor. E o espaço circundante sinalizado por completo, nós designamos como campo. A ocupação do campo já marcada com signos se revelou como sua apropriação simbólica. Por sua vez, o campo é assim apropriado como símbolo de espaços maiores; o que permite transferir para outras relações sociais (ver o campo de jogo, o campo de batalha) *decisiones* ali adotadas (PROSS, 1980, p. 58-59, grifo do autor, tradução nossa)³⁹.

Assim:

Neste escalonamento simbólico do domínio do campo, a rede, artificial e fixada para uma longa duração e que cobre com símbolos todo um campo, designará a presença de um mito, uma religião, um sistema político e econômico [...] A rede mantém o indivíduo na presença do poder que a constituiu (PROSS, 1980, p. 59, tradução nossa)⁴⁰.

4.3 Artificialidade das Redes Sociais Digitais

Neste capítulo desenvolveu-se a identificação de interlocução entre fundamentos antropológicos, especialmente relacionados ao conceito de Cultura, e a proposta de Teoria relacional (explicitada a partir de Menezes, 2007) e de simbólico oriunda de Pross (1980).

Assim como o técnico/tecnológico foi abarcado como parte do objeto, o mesmo se repete em relação ao simbólico. Porém, os conceitos são tratados por um viés particular, enquadrados no domínio da Comunicação Social.

O entendimento do simbólico como condição da atuação humana e, portanto, também dos processos comunicacionais, bem como a compreensão de que as tecnologias são parte da produção humana, pode implicar em um debate ainda maior, por exemplo, envolvendo os aspectos políticos e econômicos que se relacionam ao objeto aqui proposto.

³⁹ La señalización vertical, “erguida” como objeto, transforma el espacio en entorno. Y el espacio circundante señalizado por los cuatro costados, lo hemos designado como campo. La ocupación del campo ya marcado con signos se ha revelado como su apropiación simbólica. Y el campo así apropiado, a su vez, como símbolo de espacios mayores; cosa que permite transferir a otras relaciones sociales (véase el campo de juego, el campo de batalla) *decisiones* adoptadas allí (PROSS, 1980, p. 58-59, grifo do autor).

⁴⁰ En este escalonamiento simbólico del dominio del campo, la red, artificial y puesta con vistas a una larga duración y que cubre con símbolos todo un campo, designará la presencia de un mito, una religión, un sistema político y económico [...] La red mantiene al sujeto en la presencia del poder que ha realizado la red (PROSS, 1980, p. 59).

Nas obras e autores selecionados para a composição do referencial desta pesquisa, tais aspectos são frequentemente abordados (direta ou indiretamente). Ainda assim, essas questões não são o núcleo central da discussão proposta e por isso, só são destacadas na medida em que se fazem imprescindíveis.

Então, se faz necessário enfatizar que a parte do processo comunicacional em que é, no âmbito deste estudo, demandada a reflexão sobre o técnico/tecnológico em relação ao simbólico é aquela que acontece a partir da estrutura tecnológica descrita no capítulo anterior, não envolvendo as discussões, mesmo que de ordem comunicacionais, das escolhas tecnológicas particulares ou dos conflitos de estabelecimento simbólico anteriores a tal estrutura.

Tendo em vista todas essas condições do objeto e o que foi explicitado até aqui se tem que o conceito antropológico de Cultura previne a dissociação entre os elementos simbólico e tecnológico na medida em que abarca os produtos materiais e imateriais da atividade e da própria existência humana, já que não se trata de algo “natural”/biológico do homem, mas de uma estrutura por ele criada/inventada e complexada, ao ponto de, ciclicamente, moldar sua compreensão sobre si, outros indivíduos e o mundo.

Enquanto elementos culturais, comunicação, tecnologia e símbolos possuem qualidades conceituais dos primeiros, mas ainda assim, como objetos de estudo que se entrelaçam, demandam indagações, definições e pesquisas específicas.

No âmbito deste estudo, em função do privilégio da instância epistemológica, buscaram-se as noções pertinentes aos campos que se entrecruzam no objeto de pesquisa para, a partir da apropriação delas, paulatinamente avançar em uma elaboração que sintetize os argumentos diversos.

No que diz respeito à tecnologia, a reflexão conduzida por Filosofia da Tecnologia e uma perspectiva aderente ao fenômeno evidencia que conceitualmente, por essência, técnicas e tecnologias não se diferenciam. Mas mais importante que isso, chegou-se às proposições de que a tecnologia possui ordenações que delimitam suas utilizações e, também por isso, não é isenta de valores ou de controle humano. Entretanto, o controle humano não é superficial, porque a tecnologia serve, em alguma instância, a propósitos, mesmo que estes resultem de apropriações/empregos posteriores dos fenômenos intrínsecos à tecnologia.

Iniciando a reflexão sobre Redes Sociais a partir de tais proposições, admite-se que as estruturas técnicas e tecnológicas são organizadas e controladas em um sentido estrito que

não equivale ao controle como poder sobre algo ou alguém⁴¹ e, portanto, referem-se a limites e modificações das próprias estruturas e dos processos que se desenvolvem sob elas.

Assim, pode-se dizer que no contexto específico das Redes Sociais Digitais, o controle humano e o valor inerente às tecnologias podem ser expandidos de modo a considerar também apropriações sociais (e até simbólicas) das qualidades técnicas fundamentais das redes. Por conseguinte, apesar de o controle técnico não ser equivalente ao poder, é na relação entre ambos que a divisão entre tecnologia e simbólico torna-se difusa.

Reconhece-se que é na dimensão simbólica que o poder é capaz de se manifestar de maneira pronunciada, especialmente pela verticalização estrutural de preceitos culturais, cujo estabelecimento se dá, dentre outras coisas, pela comunicação social e, conseqüentemente, pelos meios.

Ao indivíduo absorto na artificialidade que o caracteriza como “homem”, falta o contato com a realidade, cuja experimentação depende do estabelecimento de uma relação denominada signo. Ainda que esta relação entre objeto, meio e consciência interpretante não seja evidente na dimensão empírica do processo comunicacional, ela precisa existir nesta instância, tanto quanto pertence à sua reflexão teórica.

Com a comunicação social e a relação triádica viabilizando processos dinâmicos, abre-se a possibilidade de diferentes arranjos relacionais que, quanto mais são submetidos às justaposições e sobreposições dos signos que se modificam, mais complexificam a rede simbólica.

Em função disso, o universo simbólico no qual o homem se insere é, tal como os processos comunicativos, caracterizado pela coexistência de diferentes meios, eixos de articulação e compreensão opostos. Frente à natureza dos símbolos, a tendência é que novos meios ou maneiras de comunicar e se relacionar sejam incorporadas, de modo que em pouco tempo tornem-se familiares e passíveis de ressignificação.

Esta é uma possibilidade mais consistente que o instrumentalismo, o determinismo e o substantivismo para explicar a transitoriedade e aparente confusão oriundas da transversalidade da tecnologia, já que sua essência acumulativa demanda a produção de

⁴¹ Esta noção de poder é explicada desta forma por não se tratar de conceito discutido no decorrer do trabalho, entendendo-se que sua inclusão ampliaria demasiadamente o objeto: minimamente implicaria em reforçar conceituações antropológicas, especialmente em relação à política ou, ainda, demandaria o debate entre os limites e interlocuções entre Antropologia, Sociologia e Comunicação. A limitação imposta pela abordagem científica, especialmente em seu nível técnico/operacional e de competência do pesquisador, bem como as razões epistemológicas da pesquisa levam a exclusão destas questões.

ordenações que, por força da cultura e do símbolo, são apreendidas e orientam o homem em relação às intermitências ou ao que lhe é estranho.

A reorganização que cada novo meio precipita resulta em diferenças nos moldes dos processos comunicativos. Com as Redes Sociais Digitais, pode-se dizer que as faces tecnológica e simbólica se entrelaçam fortemente por se tratar de acumulação das duas ordens e, dessa forma, podem transferir de uma instância para a outra as decisões de cada campo, isto é, conduzir apropriações simbólicas.

Entretanto, faz-se necessário pontuar que há um limite tecnológico para que mesmo tais apropriações se realizem, pois os princípios da tecnologia delimitam também suas utilizações.

Considerada no mínimo como mídia terciária, a Rede Social, ainda que pela complexidade tecnológica seja mais passível de ressignificação, somente amplia a capacidade do corpo humano, produzindo uma dupla mediação (já presente na mídia secundária) no processo comunicativo.

Insiste-se que a rede social digital é o meio, enquanto a Internet é a tecnologia porque, como abordado no capítulo anterior, esta última é a estrutura tecnológica da qual a primeira se serve. Se a Comunicação Social se dá a partir da relação que constitui o signo e que viabiliza a rede simbólica, bem como a conexão entre os indivíduos só é possível com o complemento da camada de aplicação⁴², então o meio com o qual a consciência interpretante se relaciona é a Rede Social Digital e não a Internet.

⁴²A fim de evitar confusões em relação à proposta deste trabalho, coloca-se em relevo que esta elaboração não pretende reduzir as relações sociais aos meios, mas dirige-se a uma parte fundamental do processo comunicativo recortado pelas redes sociais digitais entendidas como meio e não como explicação acerca de estruturas sociais, método para a compreensão das relações sociais ou, em resumo, não se trata de metáfora.

5 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS DA TEORIA DO MEIO

Como exposto por Martino (2000 e 2008a), em Teorias da Comunicação, pouco há escrito a respeito de meios e, além disso, há inúmeras divergências sobre o que se considera abordagem teórica de Comunicação em obras de tal disciplina.

Dentre os poucos elementos de concordância, destaca-se o surgimento do fenômeno comunicacional como objeto de estudo, admitindo-se o consenso do século XX como marco inicial.

França (2007, p. 41) indica que “[...] não apenas a palavra comunicação é recente, como é, sobretudo, a partir do século XX (mais particularmente na sua segunda metade), que a palavra começa a ser dita à exaustão”. Mattelart e Mattelart (2005, p. 13) ao pontuar que a noção de organismo social característica do século XIX fornece embasamento para a Ciência da Comunicação, sugerem que esta última surge a partir da Escola de Chicago e da *Mass Communication Research* em função especialmente da propaganda política.

Rüdiger (1998, p. 15) explica que o início da reflexão sobre comunicação apenas no século XX “[...] se deve em grande parte ao impacto causado pelo surgimento das novas tecnologias de comunicação” uma vez que “nos séculos XVIII-XIX, a expressão raramente era problematizada, referindo-se, sobretudo, aos meios de transporte e suas vias de circulação: caminhos, estradas, canais, embarcações, diligências, ferrovias, etc”. E, ainda, Santaella (2001, p. 23-24) explica que a preocupação com a comunicação “[...] data de meados do século XX, tendo coincidido com a explosão dos meios de comunicação de massa e a consequente emergência da cultura de massas”.

Essa demarcação histórica consensual é acompanhada pela frequência, direta ou indireta, da proposta realizada por Lasswell em *The structure and function of communication in society*, de 1948. Dessa forma, considerando um panorama macro, com exceção das abordagens que se afastam dos meios para abarcar especialmente questões políticas, as outras possibilidades configuram-se como aprimoramentos do esquema clássico de Lasswell (1971), uma vez que mesmo “[...] as críticas que lhe foram dirigidas tiveram um curioso resultado, pois, sem poder superá-lo, elas não tiveram outra consequência salvo uma progressiva sobriedade no julgamento de seu alcance e, portanto, não puderam senão aperfeiçoar este paradigma” (MARTINO, 2000, p. 104).

No que concerne à problemática dos meios, chega-se ao impasse simplificadamente colocado da seguinte forma:

[...] o estudo dos meios de comunicação torna-se um problema de equilíbrio delicado, sempre ameaçado pelo risco de submergir seu objeto na vida social, fazendo-os desaparecer sob as determinações de outras atividades mais significativas (economia, política, movimentos culturais, etc.); ou, ao contrário, de fazer da vida social uma determinação dos meios de comunicação [...] (MARTINO, 2000).

Considerando-se o que foi explicitado no capítulo *Características da tecnologia em redes sociais digitais* desta dissertação, evidencia-se o afastamento da noção de meio como ferramenta (ainda que as tecnologias, como se argumenta, não sejam objetos de fácil apreensão) e da supressão dos meios de comunicação em função de enviesamentos econômicos, políticos etc.

A partir da exposição das questões pertinentes à Teoria relacional e redes simbólicas, percebe-se que a abrangência dos meios de comunicação no âmbito deste trabalho extrapola a limitação do corpo, implicando em dois elementos de mediação artificial (construídos por atividade humana), inseparáveis no contexto do meio particular que se utiliza de aparatos tecnológicos singulares. Dito de outra forma, o estudo do meio de comunicação, até onde foi possível constatar, está colocado no estabelecimento de uma ligação entre a mídia primária e os aparatos técnicos/tecnológicos que, apesar de indícios materiais, é uma relação sobretudo simbólica.

A coincidência teórica mais evidente é com McLuhan (2005), no seu entendimento dos meios de comunicação como extensões do homem, uma vez que essa extensão não é concreta. Entretanto, é preciso considerar que as propostas de McLuhan estão circunscritas em uma tradição de estudos determinada: Teoria do Meio, iniciada com Innis e que segue após McLuhan.

Não se descarta a possibilidade de identificar outros estudiosos como parte dessa tradição, mas para os fins deste trabalho, considera-se a proposta de entendimento elaborada por Meyrowitz e objeto de atenção de Sousa (2009), dentro da qual Innis e McLuhan são parte da primeira enquanto Meyrowitz (dentre outros) está na segunda geração da Teoria do Meio.

Sendo assim, este capítulo possui como núcleo as explicações sobre a Teoria do Meio, indicando as principais interlocuções com os argumentos dos capítulos anteriores e retornando ou adicionando aspectos secundários na medida do necessário. Entretanto, antes de se chegar a tal ênfase, segue-se para pontuações sobre algumas perspectivas não aderidas neste trabalho.

5.1 A questão da mediação

Considerando especialmente o contexto nacional de pesquisa em Comunicação (LOPES, 2005), sabe-se da relevância dos Estudos de Recepção, os quais, grosso modo, são uma ênfase derivada dos estudos dos efeitos. Estes últimos são um “[...] desenvolvimento do esquema de Lasswell (quem diz o que a quem com quais efeitos), ou de um aperfeiçoamento da ideia central deste paradigma” (MARTINO, 2000, p. 104).

Argumenta-se que os Estudos de Recepção são o desdobramento da relação entre mensagem e receptor do modelo lasswelliano, com maior ênfase no último elemento:

Para esta linha de pesquisa as análises se concentram sobre a atividade de interpretação (decodificação) da mensagem. Trata-se então do estudo de uma atividade do sujeito, entendido aqui como Receptor de mensagens. Notemos, entretanto, que esta linha de pesquisa, não obstante a maior complexidade de sua elaboração teórica e as críticas que dirige à tradição do Estudo dos Efeitos pode ser considerada como um caso particular desta última. Basta considerar o fato que a decodificação das mensagens, por mais pessoais que possam ser, não deixa de ser uma reação à mensagem. Sua característica maior é a ênfase sobre a atividade do sujeito no processo de decodificação (MARTINO, 2000, p. 105).

Dentro desta perspectiva, autores considerados fundamentais à sua composição (BOAVENTURA, 2009) trabalham com a noção de mediação diretamente, mas de modo que, observando os níveis epistemológicos e teóricos da proposta e desta dissertação, o diálogo conceitual não é entendido como produtivo.

Em primeiro lugar, Martín-Barbero entende que a Comunicação não deve ser um problema centrado nos meios (chamado por ele de midiacentrismo, com o qual ele diz romper), dado que estariam contextualizados pelas “[...] mediações, isto é, num processo de transformação cultural que não se inicia nem surge através deles, mas no qual eles passarão a desempenhar um papel importante a partir de um certo momento – os anos 1920” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 197)⁴³. Por isso, “[...] o eixo do debate deve se deslocar dos meios para as mediações, isto é, para as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, para as diferentes temporalidades e para a pluralidade de matrizes culturais” (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 261).

Entretanto, coloca-se em relevo que a alegação sobre a existência de midiacentrismo é compreendida por Martín-Barbero (2006) como a redução da comunicação aos aspectos

⁴³ Publicado originalmente em 1987.

técnicos/tecnológicos e a sobreposição dos meios, tal como apontado por Martino (2000) como um fator que demanda atenção, de modo que determinem a vida social.

Ainda assim, “chamamos simplesmente a atenção sobre o fato que a pesquisa da comunicação de massa se constituiu historicamente sem privilegiar o estudo dos meios de comunicação” (MARTINO, 2000, p. 106).

Por isso, o problema em dialogar com os Estudos de Recepção está no fato de a opção pelas mediações se dar, necessariamente, com o desprivilegio de qualquer importância da conceituação de meio que pode, segundo a proposta de Martín-Barbero (2006) ser reduzida à mediação, uma vez que a própria mediação é comunicação.

Além disso, a proposta de recortar os estudos de Comunicação como uma articulação entre as práticas de comunicação e movimentos sociais implica na adesão também de uma camada política ao processo comunicacional. Não se trata de negar a existência ou relação da comunicação com aspectos políticos, mas de manter o equilíbrio do objeto deste trabalho.

Outro autor relevante dos Estudos de Recepção é Guillermo Orozco, o qual entende “mediação”(2001, p. 23, grifo do autor) “[...]não como um filtro, mas como um *proceso estructurante* que configura e orienta a interação das audiências e cujo resultado é conceder sentido por parte delas aos referentes mediáticos com os quais interagem”⁴⁴.

A proposta de Orozco seria um refinamento da mediação em Martín-Barbero para a viabilização de pesquisa empírica (BOAVENTURA, 2009). Por isso, explora tipos e/ou instâncias de mediação que, para Orozco (1997), podem ser observadas: as mediações institucionais, que se localizam em ambientes próximos e cotidianos dos indivíduos tais como a família, a escola e o trabalho; as massmediáticas, oriundas das tecnologias; as situacionais, considerando as condições do receptor no momento da recepção e as de referência, pautadas por características de identidade como, por exemplo, gênero, etnia e classe social.

Ainda que Orozco (1997) indique que há nos processos comunicacionais uma mediação tecnológica ele não se propõe a delinear a relação entre tecnologia e meio de comunicação, de modo que abre a possibilidade de entender tecnologia e meio como equivalentes.

Tal como Martín-Barbero (2006), Orozco (2001) posiciona a mediação como algo entre a comunicação (ou interação entre audiência e referentes mediáticos) e elementos culturais. Nesse sentido, Orozco (2001) entende que a comunicação está centrada nas

⁴⁴ [...]no como un filtro, sino como un *proceso estructurante* que configura y orienta la interacción de las audiencias y cuyo resultado es el otorgamiento de sentido por parte de éstas a los referentes mediáticos con los que interactúan (OROZCO, (2001, p. 23, grifo do autor).

mensagens e procura evidenciar os elementos que influenciam na negociação de sentido destas no momento de recepção (BOAVENTURA, 2009).

Frente à diferença do recorte de objetos desta dissertação e dos Estudos de Recepção, entende-se que a noção de mediação desta linha e sua vinculação aos aspectos políticos, bem como a supressão da conceituação dos meios de comunicação inviabiliza a aderência ao trabalho. Mediação, no âmbito desta pesquisa, não é a articulação entre práticas de comunicação e movimentos sociais, nem a relação entre as características técnicas/tecnológicas e simbólicas da comunicação.

Especialmente derivado do recorte filosófico e antropológico de Cassirer, o termo mediação demarca aqui as características estruturais da tecnologia e dos símbolos dentro da Comunicação Social, isto é, agenciada pelos meios de comunicação.

5.2 Mediologia

Como concorda Sousa (2009, p. 25), a aproximação entre Teoria do Meio e a Mediologia proposta por Régis Debray se dá em função da preocupação de Debray em relacionar os aspectos técnicos e simbólicos nos processos de comunicação que incluem meios: “Debray se importa diretamente com o meio de comunicação e com o conteúdo da mensagem que ele veicula. O autor se ocupa tanto das produções simbólicas quanto das tecnologias comunicacionais utilizadas”.

Pode-se dizer que:

A principal diferença que se coloca entre a Mediologia e a Teoria do Meio é, sem dúvida, que a primeira também vai buscar no conteúdo das mensagens explicações para as transformações sociais (a transição do signo para o ato) e, naturalmente, retira o meio de comunicação do foco central de atenção (SOUSA, 2009, p. 27).

A Mediologia aproxima-se da Teoria do Meio, da semiótica e da proposta de Pross, além das preocupações com as técnicas e tecnologias. Entretanto, o pensamento de Debray, especificamente voltado à Mediologia, subdivide-se em oito obras e foi influenciado pela sua trajetória acadêmica anterior (MARANHÃO, 2008).

Maranhão (2008) dedica-se exclusivamente ao estudo da obra de Debray porque entende que a profundidade da proposta do autor demanda uma pesquisa, ao menos inicialmente, única.

Considerando-se somente duas de suas obras voltadas à Mediologia, *Curso de midiologia geral* (1993) e *Introdução à mediologia* (2004), identifica-se que estudar sua proposta implica em uma reordenação dos níveis da pesquisa (LOPES, 2005), principalmente porque as implicações epistemológicas e, por conseguinte, teóricas e metodológicas são drásticas.

Como exemplo da reordenação do modelo de Lopes (2005) mencionada acima, indica-se um argumento em especial:

O termo comunicação conheceu na nossa época um enorme enriquecimento (por razões que examinaremos mais adiante). Temos de ultrapassar o horizonte do “comunicar” para chegar ao continente do “transmitir” que não é visível a olho nu e que, como todos os conceitos operativos, não podem ser recebidos em estado bruto da experiência imediata. Muito embora a sua familiaridade e os seus títulos de nobreza, ou melhor, por causa deles, encontra-se aí o nosso primeiro “obstáculo epistemológico” (DEBRAY, 2004, p.12).

Nesse caso, Debray (2004) situa-se no debate epistemológico do objeto da Comunicação e do fenômeno, voltando-se às questões tecnológicas de modo e com referenciais diferentes desta dissertação, cujo resultado é a sobreposição da comunicação pela transmissão. O autor também indica seu diálogo com os elementos culturais ao afirmar que:

A ideia de que é possível assegurar uma transmissão (cultural) com meios (técnicos) de comunicação constitui uma das ilusões mais típicas da “sociedade de comunicação”, característica de uma modernidade cada vez mais bem armada para a conquista do espaço e cada vez menos para o domínio do tempo (ficando por se saber se uma época pode simultaneamente domesticar um *e* outro ou se todas as culturas não estarão vocacionadas para preferir um *ou* outro) (DEBRAY, 2004, p. 14).

Nesse ponto, é inegável a relação de Debray (2004) com uma preocupação explícita em Innis sobre o viés dos meios de comunicação e sua tendência a envolver espaço e tempo. Por conseguinte, abre-se uma série de problemáticas, caso sua obra fosse incluída nesta pesquisa:

- Até que ponto a Mediologia não é o refinamento de propostas da Teoria do Meio?

- Em que medida sua crítica à semiótica (direta ou indireta em diversos momentos do conjunto da obra) se sustenta e, portanto, exclui o diálogo com Pross?
- A relação entre transmitir e comunicar, seguida da sobreposição da primeira, resulta na aderência total de modelos fora do domínio da Comunicação ou pode ser entendida como refinamento, ou ainda, de maneira autônoma?
- A maneira pela qual desenvolve sua ênfase na transmissão de mensagens por meio das técnicas/tecnologias de comunicação é suficiente para a reflexão sobre o processo comunicacional?

Quando Debray (2004) justifica a legitimidade da Mediologia, as inúmeras verificações que se fazem necessárias passam a inviabilizar a inclusão de sua obra neste trabalho, ainda que se admita convergência nas diversas instâncias que constituem a base desta pesquisa.

5.3 As redes são as mensagens

A expressão “redes sociais digitais” é também título na obra de Santaella e Lemos (2010). Entretanto, este texto não é utilizado como fundamento ou contraponto para as argumentações desta dissertação, pois o recorte de construção do objeto é drasticamente diferente.

O “digital”, como parte da expressão, não é explicado em detalhes pelas autoras (2010), as quais no decorrer da obra utilizam raramente a expressão “rede(s) social(is) digital(is)”, preferindo “Redes Sociais da Internet” (RSIs), com a qual introduzem o trabalho:

As RSIs são plataformas-rebentos da Web 2.0, que inaugurou a era das redes colaborativas, tais como wikipédias, *blogs*, *podcasts*, o YouTube, o Second Life, o uso de *tags* (etiquetas) para compartilhamento e intercâmbio de arquivos no Del.icio.us e de fotos como no Flickr e as RSIs, entre elas o Orkut, My Space, Goowy, Hi5, Facebook e Twitter com sua agilidade para *microblogging* (SANTAELLA e LEMOS, 2010, p. 8).

A preocupação com tais tipos de rede é derivada da problemática proposta por Santaella e Lemos (2010, p. 10): “[...] em que medida as RSIs estão trazendo contribuições para clarear um campo mais vasto, o das redes sociais?”. Complementarmente, indicam que:

[...] nossa hipótese é que as SMSs são filhas do *e-mail*, assim como as pílulas de 140 caracteres do Twitter são filhas das SMSs, com a diferença de que agora essas pílulas adquiriram o caráter populacional dos agenciamentos, de que fala DeLanda. Enquanto os *e-mails* e as SMSs se limitam a uns poucos agenciamentos e apenas fazem uso das redes, as mensagens do Twitter não apenas fazem uso das redes, mas criam redes e são também a própria rede [...] (SANTAELLA e LEMOS, 2010, p. 17).

Como base para suas argumentações, Santaella e Lemos (2010) utilizam-se da teoria-ator-rede (TAR) de Latour, complementada com algumas noções acerca de sistemas e pelos levantamentos empíricos que realizaram sobre o Twitter. Assim, a abordagem das redes é feita de maneira abrangente no que diz respeito às teorias dos diversos domínios científicos e não como meio (termo que, tal como mídia, não é explorado pelas autoras ainda que este último seja parte de subitens da obra).

Mesmo perpassando, brevemente, por debates específicos da Filosofia da Tecnologia e admitindo que a dimensão técnica/tecnológica possui qualidades delineadoras da interação⁴⁵ que se dá através do Twitter, a ênfase está, como indicado na hipótese das autoras (2010), nas mensagens entendidas como rede, no enquadramento teórico orientado pela TAR.

No caso desta dissertação, tal como se argumentou nos capítulos *Características da tecnologia em Redes Sociais Digitais* e *Teoria Relacional e Rede Simbólica*, a denominação rede social digital é derivada da reflexão sobre as características técnicas/tecnológicas das redes, sua essencialidade na pontuação filosófica e da sua dimensão simbólica.

Portanto, deve-se retomar que o digital é um complemento para a especificação do modo de expressão, cujo objetivo é reforçar todo o conceito que sustenta a terminologia utilizada, diferenciando-a da não utilização dos aparatos envolvidos (máquinas computacionais e Internet), apoiada especialmente em Arthur (2009), Feenberg (2003a; 2003b; 2009), Neumann (2005) e Pross (1980), além de discussões adjacentes acerca do conceito de Cultura.

E, finalmente, a principal diferença é o tratamento pretendido neste trabalho, cujo objetivo não é estudar as Redes Sociais Digitais a partir das teorias das redes (ainda que

⁴⁵ Conceito igualmente excluído deste trabalho pelas razões epistemológicas detalhadas no capítulo que explica sua estruturação.

Redes de Computadores tenham sido selecionadas para explicar qualidades técnicas/tecnológicas), mas sim sob o prisma da noção de meio de comunicação e as características que podem ser identificadas nele, aproveitando-se das contribuições da Teoria do Meio.

5.4 Meio de comunicação

Tal como indicado por Sousa (2009, p. 136) assume-se a denominação (Teoria do Meio) proposta por Meyrowitz, ainda que com ressalvas, “[...] por ser o único que se propõe a traduzir a ligação, a continuidade e a persistência do objeto de pesquisa na obra desses estudiosos”. E, além disso, “o autor tem o mérito de resgatar essa tradição e reconhecer a singularidade e convergência entre os seus estudos e os dos seus pesquisadores antecessores” (SOUSA, 2009, p. 136).

A maior parte das críticas bem estruturadas e direcionadas especialmente aos estudiosos apontados por Meyrowitz como da primeira geração, Harold Innis e Marshall McLuhan, relacionam-se às imprecisões e superficialidades de suas obras.

No caso de Innis não há um claro esquema de suas proposições como alertado no prefácio de Paul Heyer e David Crowley em *O viés da comunicação* (2011, p. 45): “O viés é uma obra tão difícil quanto rica. Lê-lo em sua totalidade, como um argumento coerente, convida à frustração”. Já McLuhan é um provocador que impõe à estrutura de sua obra suas próprias asserções e, por isso, parece impreciso e superficial na utilização de suas metáforas e argumentos radicais.

Entretanto, lidos a partir da perspectiva de Meyrowitz e Martino (2008b), possuem o mérito de iniciar uma tradição de pesquisa orientada pela perspectiva comunicacional e preocupada com uma questão fundamental: os meios de comunicação.

Assim, não há qualquer demérito em dar continuidade à crítica para o posterior desenvolvimento de uma tradição que, no conjunto das obras envolvidas, justifica-se em seu núcleo central de preocupações e não se desvia, ainda que não discuta inicialmente, de problemas epistemológicos e teóricos centrais ao pensamento comunicacional que se pretende científico:

Tal posicionamento epistemológico evita e resolve satisfatoriamente os inconvenientes de uma identificação dos processos comunicacionais com todo e qualquer processo social ou cultural, conforme são analisados com base na mediação tecnológica. O foco nos meios de comunicação nos permite ressignificar a abordagem interdisciplinar presente nesses autores, de modo a diferenciá-la de uma visão holística. As desmesuras da interdisciplinaridade são contornadas à medida que os meios de comunicação passam a ser tomados como eixo de análise. É isso que evita a dispersão temática e que, em última instância, caracteriza os estudos de comunicação como saber autônomo (MARTINO, 2008b, p. 126).

Meyrowitz (2001) dialoga com Martino (diversos) e França (2001) quando identifica no domínio da Comunicação a exclusão de debates conceituais sobre noções que são entendidas como evidentes. No caso de Meyrowitz (2001), é a noção de meio que demanda maior atenção.

Logo no resumo de seu texto, o autor (2001) apresenta três formas básicas de se compreender os meios:

A noção de que os mídia são condutores que transmitem mensagens aponta para a necessidade da alfabetização no conteúdo dos mídia. A ideia de que os mídia são diferentes linguagens sugere a necessidade de alfabetização numa gramática midiática, isto é, entender o significado das variáveis de produção dentro de cada meio. A concepção dos mídia como ambientes sugere a necessidade de se perceber a influência das características relativamente fixas de cada meio (alfabetização midiática), tanto nas comunicações individuais como nos processos sociais em geral (MEYROWITZ, 2001, p. 88).

Normalmente, no caso das análises de conteúdo, trata-se exatamente de ignorar os meios, na medida em que seu centro está nas intencionalidades das mensagens que possuem características ou variáveis estudadas, independentemente do meio ou suporte nos quais circulam. Dito de outra forma:

[...] as preocupações das abordagens que tratam do conteúdo midiático tendem a focar nos aspectos comunicacionais que não são específicos de uma mídia específica. Na verdade, a maioria dos seus elementos envolve comportamentos, temas e tópicos que passam facilmente de meio para meio e entre interações mediadas e não mediadas (MEYROWITZ, 2001, p. 90).

No segundo caso, em que se considera a linguagem/gramática o vetor de maior importância, tem-se que:

[...] envolve a compreensão e o reconhecimento do largo espectro de variáveis de produção existentes em cada veículo. Assim como envolve o reconhecimento das maneiras através das quais as variáveis são tipicamente utilizadas para tentar moldar a percepção e a resposta às comunicações mediadas. Uma alfabetização mais avançada da gramática envolve o conhecimento de um largo espectro de variáveis em cada veículo, sendo assim capaz de manipular de forma eficiente tais variáveis

nas produções de cada veículo, compreendendo as forças culturais e institucionais que tendem encorajar alguns usos gramaticais em vez de outros, e reconhecendo que as respostas às variáveis de produção podem variar individualmente e culturalmente (MEYROWITZ, 2001, p. 91).

É possível identificar sutis conexões entre as delineações mencionadas, entendendo que as diferenças estão nos acentos propostos por cada uma dentro do processo comunicacional envolvendo os elementos do modelo lasswelliano. Ainda que seja possível identificar a proposta de Lasswell⁴⁶, entende-se que a principal implicação epistemológica é a ideia de Comunicação como objeto e domínio e, teórica, o maior ou menor afastamento das preocupações com o conceito de meio e sua influência no processo comunicacional.

Meyrowitz (2001) não menciona relação entre a segunda concepção de meio abordada e a primeira geração da Teoria do Meio. O autor (2001) mesmo inclui preocupações da linguagem/gramática nas características dos meios que defende que devem ser avaliadas. Assim, é possível argumentar que essa segunda opção é, pelo menos parcialmente, absorvida pela Teoria do Meio, especialmente considerando-se a ligação, desde a segunda geração, com a escola de Palo Alto (SOUSA, 2009).

Além de Meyrowitz (2001), cabe mencionar diretamente Manovich (2001 e 2008), cujo objeto também é complementado pela atenção à linguagem, concentrando-se em larga medida nas variáveis pertinentes a mais de um meio, já que se dedica prioritariamente à distinção de tipos de meios⁴⁷. O argumento no qual aborda de forma mais direta sua acepção de meio é:

Se entendemos como meio um conjunto de recursos tecnológicos padronizados, seja ele um estúdio físico ou uma câmera de filme, luzes e película, podemos ver que cada meio normalmente suporta várias linguagens artísticas/estilos/gêneros. Por exemplo, um meio de cinema do século XX deu suporte à *Montage* russa da década de 1920, ao neorealismo italiano dos anos de 1940, ao *New Wave* francês dos anos 1960, aos filmes *Hong Kong fantasy kong-fu* dos anos 1980, chinês, a “quinta geração” de filmes dos anos 1980-1990 etc (MANOVICH, 2001, p. 138, tradução nossa)⁴⁸.

⁴⁶ Não se pretende dizer com isso que são estudos enquadrados diretamente pela pesquisa administrativa, mas que as exposições de Lasswell ainda são pertinentes para o entendimento dos acentos de cada proposta, apesar de a análise mais aprofundada destas resultar na identificação de melhoramentos do modelo lasswelliano.

⁴⁷ O próprio Manovich (2001 e 2008) sugere o entendimento de seu trabalho como continuidade da Teoria do Meio. Sua preocupação com a linguagem/gramática resulta em classificações dos meios que serão detalhadas neste capítulo.

⁴⁸ If by medium we mean a set of standard technological resources, be it a physical stage or a film camera, lights and film stock, we can see that each medium usually supports multiple artistic languages / styles / genres. For example, a medium of 20th century filmmaking supported Russian Montage of the 1920s, Italian Neorealism of the 1940s, French New Wave of the 1960s, Hong Kong fantasy kong-fu films of the 1980s, Chinese, “fifth-generation” films of the 1980s-1990s, etc (MANOVICH, 2001, p. 138).

Finalmente, a concepção que Meyrowitz (2001) considera como própria da primeira geração da Teoria do Meio é a que “[...] afirma que cada medium é um tipo de ambiente que possui características relativamente fixas que influenciam a comunicação numa maneira particular – apesar da escolha dos elementos de conteúdo e apesar da manipulação das variáveis de produção” (MEYROWITZ, 2001, p. 95). Nesse sentido, além de verificar os aspectos relativamente fixos de cada meio, busca-se diferenciá-los uns dos outros e, essencialmente, da interação face a face:

A alfabetização midiática envolve a compreensão de como a natureza do meio condiciona aspectos chaves da comunicação tanto ao nível micro como macro, como é o caso da sociedade.

A alfabetização midiática ao nível micro por exemplo, poderia nos levar a compreensão de porque um certo tipo de interação (por exemplo, contatar alguém para namorar; terminar uma relação de intimidade; inquirir sobre uma vaga de emprego; vender um certo produto; negociar um tratado de paz) pode funcionar diferentemente dependendo da forma de comunicação (face a face, telefone, carta, correio eletrônico, etc.) (MEYROWITZ, 2001, p. 95).

Voltando-se para Harold Innis (2011)⁴⁹, o *bias* é utilizado como perspectiva de análise na qual a comunicação possui ligação com as problemáticas do poder e da cultura e, portanto, não nega as instâncias política, econômica e histórica que incidem sobre a comunicação. Entretanto, não se trata de recorte político, econômico ou histórico da comunicação, mas da compreensão de articulações viabilizadas pela coexistência destes elementos:

A escrita com um alfabeto simplificado contrabalançou o poder dos costumes da tradição oral, mas implicou o declínio do poder de expressão e a criação de sendas que determinaram os canais de pensamento de leitores e futuros escritores. A incômoda forma do rolo de papiro e sua falta de durabilidade facilitaram a revisão de textos e restringiram a influência da escrita, pelo menos até que as bibliotecas fossem organizadas sob o sistema imperial. A Grécia tinha a vantagem de uma forte tradição oral e estar concentrada em uma única língua. Graças à forte estrutura patriarcal dos povos europeus, ela resistiu, por um lado, ao poder do clero babilônico e suas deusas e, de outro lado, ao poder da monarquia egípcia, tal como refletida nas pirâmides (INNIS, 2011, p. 78).

Tal como emoldurado na terceira concepção de meio indicada por Meyrowitz (2001), a análise macrossocial de Innis assim o é porque o autor (2011) busca compreender toda uma dinâmica entre vetores considerados fundamentais: o viés (*bias*) da comunicação, a dependência econômica de países periféricos (monopólio do conhecimento) e, finalmente, o poder e o controle que sustentam o império. Mas o viés também aparece como propensões dos

⁴⁹ Tradução de Luiz C. Martino da obra *The bias of communication*, originalmente publicada em 1951.

meios de comunicação em função de suas características a propósito do modo pelo qual as qualidades materiais vinculam-se com a atividade simbólica inerente à cultura:

Um meio de comunicação tem uma importante influência na disseminação do conhecimento através do espaço e do tempo e se torna necessário estudar suas características a fim de avaliar sua influência sobre o quadro cultural. De acordo com as suas características, um meio pode ser mais apropriado para a disseminação do conhecimento através do tempo em detrimento do espaço, particularmente se o meio for pesado, durável e não apropriado para o transporte ou, ao inverso, pode ser mais apropriado para a disseminação do conhecimento através do espaço em detrimento do tempo, se o meio for leve e facilmente transportável. A relativa ênfase no tempo ou no espaço irá implicar um viés [*bias*] de significação para a cultura na qual está inserido (INNIS, 2011, p. 103).

Em McLuhan (2005) o início da aceitação de meio se dá, também como enquadrado por Meyrowitz (2001) na terceira abordagem indicada, tendo em vista um de seus argumentos centrais – o meio é a mensagem:

[...] o exemplo da luz elétrica pode mostrar-se esclarecedor. A luz elétrica é informação pura. É algo assim como um meio sem mensagem, a menos que seja usada para explicitar algum anúncio verbal ou algum nome. Este fato, característico de todos os veículos, significa que o “conteúdo” de qualquer meio ou veículo é sempre um outro meio ou veículo. O conteúdo da escrita é a fala, assim como a palavra escrita é o conteúdo da imprensa e a palavra impressa é o conteúdo do telégrafo [...] Uma pintura abstrata representa uma manifestação direta dos processos do pensamento criativo, tais como poderiam comparecer nos desenhos de um computador. Estamos aqui nos referindo, contudo, às consequências psicológicas e sociais dos desenhos e padrões, na medida em que ampliam ou aceleram os processos já existentes. Pois a “mensagem” de qualquer meio ou tecnologia é a mudança de escala, cadência ou padrão que esse meio ou tecnologia introduz nas coisas humanas [...] (MCLUHAN, 2005, p. 22).

Na apreensão presente nesta dissertação, o estilo de McLuhan (2005) e mesmo o título do primeiro capítulo não facilitam o entendimento do seu argumento no que diz respeito a duas questões. A primeira é a consonância com o elemento gramatical, uma vez que ele viabiliza as preocupações de Manovich (2001 e 2008) sobre a adesão de variáveis de um meio por outro. A segunda e mais importante trata-se de entender a afirmação “o meio é a mensagem” justamente de maneira oposta: o meio não só se difere da mensagem/conteúdo, como demanda atenção porque suas implicações e/ou sua própria existência são invisíveis:

[...] “o meio é a mensagem”, porque é o meio que configura e controla a proporção e a forma das ações e associações humanas. O conteúdo ou usos desses meios são tão diversos quão ineficazes na estruturação da forma das associações humanas. Na verdade não deixa de ser bastante típico que o “conteúdo” de qualquer meio nos cegue para a natureza desse mesmo meio [...] (MCLUHAN, 2005, p. 23).

De fato, tal como Innis (2011), McLuhan (2005) exemplifica de maneira demasiadamente diversa o que compreende como meio. Na citação abaixo, por exemplo, o autor (2005) usa como elucidação da “invisibilidade” e corroboração da defesa da primazia dos meios a luz elétrica:

Não percebemos a luz elétrica como meio de comunicação simplesmente porque ela não possui “conteúdo”. É o quanto basta para exemplificar como se falha no estudo dos meios e veículos. Somente compreendemos que a luz elétrica é um meio de comunicação quando utilizada no registro do nome de um produto. O que aqui notamos, porém, não é a luz, mas o “conteúdo” (ou seja, aquilo que na verdade é um outro meio). A mensagem da luz elétrica é como a mensagem da energia elétrica na indústria: totalmente radical, difusa e descentralizada. Embora desligadas de seus usos, tanto a luz como a energia elétrica eliminam os fatores de tempo e espaço da associação humana, exatamente como fazem o rádio, o telégrafo, o telefone e a televisão, criando a participação em profundidade (MCLUHAN, 2005, p. 23).

Transpassando essa imprecisão e fornecendo mais atenção ao núcleo duro de sua proposta, sua diferenciação entre meio e mensagem e o argumento da invisibilidade dos meios são complementados pela afirmação de que “os meios são extensões do homem”. Na transição para essa outra questão principal, ele relembra Innis (2011) na preocupação sobre o tempo e o espaço.

Entretanto, diferencia-se de seu antecessor por duas razões básicas interdependentes: não está interessado pela tendência de determinado meio privilegiar o tempo ou o espaço porque se importa mais com as alterações da percepção destes dois elementos ocasionadas pelo efeito narcotizante dos meios/extensões, cuja origem é menos a materialidade (caso de Innis) e mais a relação simbólica mantida com a extensão.

Neste caso, o homem possui competências perceptivas constituídas pelas habilidades sensoriais e pela sua capacidade simbólica e o ponto máximo é a extensão da consciência por meio de sua simulação, viabilizada por tecnologias (MCLUHAN, 2005).

Cabe aqui fazer uma ressalva a propósito da interpretação do argumento de McLuhan (2005) como necessariamente otimista, uma vez que a extensão é narcótica e, por conseguinte, minimamente um achatamento e, em última instância, extração que acelera o processo no qual se circunscreve. Importa mais ao autor (2005) demarcar mudanças no fenômeno comunicacional acelerado por tecnologias que estendem o tempo e/ou o espaço:

[...] não há qualquer princípio de causalidade, numa mera sequência. O fato de uma coisa seguir-se a outra não significa nada. A simples sucessão não conduz a nada, a não ser à mudança. Assim a eletricidade viria a causar a maior das revoluções, ao liquidar a sequência e tornar as coisas simultâneas. Com a “velocidade instantânea”, as causas das coisas vieram novamente à tona da consciência, o que não ocorria com as coisas em sequência e em consequente concatenação [...] (MCLUHAN, 2005, p. 26).

Retomando as considerações do capítulo anterior desta dissertação, os elementos culturais tecnológicos e simbólicos são análogos no que se refere ao caráter artificial da comunicação. Isso é corroborado por Arthur (2009), somado à Filosofia da Tecnologia (FEENBERG, 2003a, 2003b e 2009), uma vez que técnica e tecnologia (como expressão e apropriação física de determinado fenômeno) se misturam.

Tal entrelaçamento entre técnica e tecnologia ou entre os elementos simbólicos e tecnológicos não justificou equivalência no entendimento das diversas camadas que constituem a Rede Social Digital (GALLOWAY, 2004; 2010), mas sim a atenção ao imbricamento como qualidade fundamental para sua caracterização.

Com a observação das exposições dos teóricos do Meio, identifica-se o encaminhamento para uma abordagem que privilegie as duas dimensões como parte da estrutura dos meios e não para além dela, como é o caso do privilégio dos conteúdos. Concorde-se com tal prerrogativa, na medida em que se busca evitar a supressão pelas questões econômicas, políticas e históricas.

A partir daí, já é possível perceber que a diferenciação entre um meio e outro tem como ponto de dificuldade a essencial transposição de estruturas (MANOVICH, 2001; MCLUHAN, 2005), forçando a identificação da diferença no modo pelo qual cada meio viabiliza a apropriação do que é possível em outro.

Somando-se Pross (1980), mas também tendo em vista que o simbólico e o tecnológico não são meios em si, pode-se dizer que meio é um elemento artificial que se utiliza de suportes tecnológicos⁵⁰ e é capaz de apropriar-se dos elementos simbólicos, reorganizando a relação triádica.

Evitando-se o deslocamento da discussão para a suficiência, legitimidade e/ou demanda de refinamento de modelos do processo comunicacional que não estão situados na Teoria do Meio e/ou privilegiam perspectivas que a suprimam, é suficiente enfatizar que neste enquadramento a reorganização triádica implica na existência de uma Consciência Interpretante na comunicação, possibilitando a distinção entre meio e tecnologia.

Admitindo-se que tanto os meios quanto as tecnologias podem ser extensões do homem (MCLUHAN, 2005), a diferença é que o suporte tecnológico não inclui necessariamente a Consciência Interpretante (à exemplo das camadas das redes de Internet e de módulos das máquinas computacionais), enquanto o meio sim.

⁵⁰ No plural porque uma tecnologia particular resulta de um conjunto de outras tecnologias (ARTHUR, 2009). No caso dos meios é preciso considerar que há, no mínimo, suportes tecnológicos e procedimentos técnicos em emissão/produção, circulação e recepção que não necessariamente se repetem.

5.5 Elementos para análise do meio de comunicação

Em Innis (2011), as dimensões tempo e espaço são variáveis que viabilizam a distinção de um meio em relação ao outro no que concernem os suportes tecnológicos dos quais se utilizam, bem como elementos nos quais os impérios se sustentam, sempre com a proeminência de um em detrimento do outro:

[...] a civilização ocidental, enquanto uma sociedade estável, depende de uma apreciação do apropriado equilíbrio entre os conceitos de espaço e de tempo. Não somente estamos interessados no controle sobre vastas áreas de espaço, mas também sobre vastos períodos de tempo. Devemos avaliar a civilização em relação ao seu território e no tocante à sua duração. O caráter de um meio de comunicação tende a criar um viés na civilização, favorável a uma ênfase maior no conceito de tempo ou no conceito de espaço e apenas em raros intervalos esse viés é contrabalançado pela influência de outro meio, restabelecendo o equilíbrio [...] O poder da tradição oral na Grécia, o qual contrabalançou o viés de um meio escrito, sustentou um breve período de atividade cultural jamais igualado [...] (INNIS, 2011, p. 138).

O tempo aparece como uma dimensão de estabilidade, demandando métricas para orientação de ações dos mais diversos tipos (ações econômicas, sociais, políticas e, por conseguinte, comunicativas), porque “períodos de expansão e de consolidação implicam um interesse que se alterna entre o tempo e o lugar” (INNIS, 2011, p. 150).

Note-se que não se trata de esferas individuais de ações, mas de ordem, especialmente, estatal e comercial. É nesse contexto que as dualidades passado-presente e tradição-atualidade⁵¹ são elementos que coexistem em comunicação na relação oralidade-meios de comunicação (principalmente a imprensa, com ênfase “no olho”), sobre a qual Innis (2011) se posiciona a favor da oralidade⁵² e enfatiza:

[...] a mudança nas atitudes em relação ao tempo que precedeu a moderna obsessão pelo tempo presente (*present mindedness*), a qual sugere que o equilíbrio entre tempo e espaço tem sido seriamente perturbado com consequências desastrosas para a civilização ocidental. A falta de interesse com os problemas de duração na civilização ocidental sugere que o viés do papel e da impressão tem persistido na preocupação com o espaço [...] (INNIS, 2011, p. 152).

⁵¹ Considerando-se que tradição se relaciona com a capacidade de manutenção de determinada civilização/império em dado período, mesmo com a influência do “presente”.

⁵² “Talvez possamos concluir fazendo um apelo para que seja levado em consideração o papel da tradição oral como base para o renascimento do debate, efetivo e vital [...]” (INNIS, 2011, p. 101).

O espaço se refere ao tensionamento entre local e global, identificado, por exemplo, em invasões e consequente aderência cultural, inclusive porque meios com ênfase nessa dimensão suportam relações do centro com a periferia, isto é, de integração. Nesse sentido, as condições dos suportes abrangem as possibilidades técnicas propiciadas por ele, bem como da produção e distribuição.

Em McLuhan (2005) as extensões alteram as noções de tempo e espaço. Isso explica sua dedicação em relação à eletricidade como subestrutura tecnológica de maior impacto e abrangência, justificada na apreensão realizada nesta dissertação em função da sua inclusão nas estruturas dos meios de comunicação.

Adjacentemente às proposições primárias de extensão e prevalência da invisibilidade dos meios, McLuhan (2005) preocupa-se também em dividi-los entre quentes e frios:

Um meio quente é aquele que prolonga um único de nossos sentidos e em “alta definição”. Alta definição se refere a um estado de alta saturação de dados. Visualmente, uma fotografia se distingue pela “alta definição”. Já uma caricatura ou um desenho animado são de “baixa definição”, pois fornecem pouca informação visual. O telefone é um meio frio, ou de baixa definição, porque ao ouvido é fornecida uma magra quantidade de informação. A fala é um meio frio de baixa definição, porque muito pouco é fornecido e muita coisa deve ser preenchida pelo ouvinte. De outro lado, os meios quentes não deixam muita coisa a ser preenchida ou completada pela audiência. Segue-se naturalmente que um meio quente, como o rádio, e um meio frio, como o telefone, têm efeitos bem diferentes sobre seus usuários (MCLUHAN, 2005, p. 38).

Cumprindo com os delineamentos de abrangência deste trabalho, entende-se tal distinção como fator de influência de níveis de participação dos indivíduos envolvidos no processo comunicativo e de maior ou menor achatamento da relação triádica, já que elementos técnicos e tecnológicos, por exemplo, podem resultar em representações mais ou menos completas de determinado objeto. Meyrowitz (2001) indica essa influência ao explicar a análise centrada na gramática dos meios:

[...] precisa incluir a consciência do fato de que os espectadores podem reagir diferentemente a atos violentos dependendo da forma de como os criminosos e as vítimas são fotografados. Da mesma forma, a consciência do espectador da gramática do veículo lhe permitirá mais do que a outros observar como as sequências de não ficção (por exemplo notícias e documentários) são cuidadosamente realizadas para parecerem não artesanais, mas simplesmente reais [...] (MEYROWITZ, 2001, p. 92)

Recuperando e ampliando a noção de meio proposta frente às preocupações adicionadas neste subitem, a estrutura simbólica e tecnológica inerente ao meio é passível de

alterações e, dada sua essência, transfere para ele essa capacidade de mutação, cujo resultado é a reorganização da relação triádica.

O sentido de uma determinada mensagem, ainda que erguido pela fragilidade do algo que está no lugar de outra coisa (PROSS, 1980), não pode ser qualquer coisa. Nesse raciocínio, buscar a identificação de elementos que distinguem um meio de outro abarca pontuar os limites que as formas simbólicas e tecnológicas podem impor às mensagens.

Grosso modo, pode-se dizer que as formas simbólicas estão mais para a gramática, enquanto as tecnológicas mais para o suporte, ainda que, como já argumentado, em uma reflexão mais complexa e na perspectiva do fenômeno comunicacional elas sejam inextricáveis.

Alguns fatores analíticos mais evidentes podem ser extraídos da ligação entre as proposições de Innis (2011) e McLuhan (2005) acerca dos elementos tempo e espaço. Inicialmente, cabe considerar o **nível de exigência e/ou possibilidade de participação** dos meios, isto é, as condições por eles fornecidas para que a Consciência Interpretante seja adicionada.

Trata-se de considerar, pelo menos, se os indivíduos pertinentes ao processo comunicacional que se dá a partir de determinado meio precisam ou não ser equivalentes no que se refere ao tempo e ao espaço. Essa equivalência ou não é um dos itens que influencia a possibilidade de participação que pode ser entendida como o potencial do meio de sustentar comunicações uni, bi ou multidirecionais, bem como sequenciais ou simultâneas (MEYROWITZ, 2001).

Também ligada à possibilidade de participação está a distinção de McLuhan (2005) entre meios quentes e frios e as preocupações de Pross (1980), pois, como mencionado anteriormente, o modo pelo qual os elementos compõem dada mensagem abrem mais ou menos espaço para diferentes entendimentos (MEYROWITZ, 2001).

Além disso, dependendo do **nível de aproximação entre signo e objeto** que o suporte tecnológico e a forma simbólica de um meio suportam, a relação triádica pode ser mais ou menos achatada (MCLUHAN, 2005; PROSS, 1980).

Outro fator a ser considerado é a **amplitude** proporcionada por determinado meio, isto é, quantos indivíduos podem ser envolvidos nesse processo e em quais níveis de exigência e/ou possibilidade de participação. Dessa maneira, não se trata apenas da abrangência espacial e do número de indivíduos que participam de um processo comunicacional, mas também da qualidade dessa participação (uni, bi ou multidirecional e sequencial ou simultânea).

Relacionado à possibilidade de participação, deve-se também considerar o **nível de manipulação técnica** admitida, isto é, até que ponto o processo comunicacional é realizado por um indivíduo e em que medida a estrutura tecnológica determina a atividade desse indivíduo (MEYROWITZ, 2001). Por conseguinte, faz-se igualmente necessário compreender as limitações dos aparatos que são parte do meio (INNIS, 2011).

Por fim, retorna-se ao já indicado fator do **nível de apropriação da estrutura tecnológica e da forma simbólica** de um meio pelo outro (MANOVICH, 2001; MACLUHAN, 2005). Este item refere-se à diferenciação dos aparatos tecnológicos que fazem parte do meio, ao entendimento da composição que formam e quanto da estrutura o meio absorve, tendo-se como resultado a mudança da relação triádica.

6 REDE SOCIAL DIGITAL COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO

Uma vez que os esforços deste trabalho se dirigem ao caráter conceitual, cujo sentido depende, principalmente, das instâncias epistemológica e teórica da pesquisa, faz-se necessário reafirmar que tanto a noção de meio de comunicação delineada, quanto os fatores analíticos propostos são entendidos como uma possibilidade de apreensão de aspectos do processo comunicacional que incluem Redes Sociais Digitais e dela própria.

Frente ao quadro teórico de referência adotado, principalmente a Teoria do Meio, admite-se que qualquer análise baseada nesta perspectiva parte da premissa de que um meio possui semelhanças e diferenças em relação a outro.

Dentre as propostas mais atuais que se aproximam da noção de Rede Social Digital aqui elaborada, identificou-se maior tangência com Manovich (2008) em sua proposta de Software Cultural como um novo tipo de meio.

Isso porque se considerou principalmente coincidências nas premissas sob as quais o autor formula suas asserções, proporcionando facilidade em ajustes conceituais. Dito de outra forma, não é preciso dedicar maiores esforços (que não os já empreendidos na elaboração dos outros capítulos) para deixar claro o que está em debate e em quais condições.

Dessa forma, a avaliação da proposta de Manovich (2008) antecede a reflexão sobre o que se formulou até aqui sobre meio de comunicação estritamente direcionado às Redes Sociais Digitais.

A intenção do diálogo direto com tal autor (2008) é avançar com o problema conceitual proposto e, por conseguinte, mais do que averiguar hipóteses, resulta na verificação da elasticidade das articulações conceituais elaboradas.

6.1 Entre velhos e novos meios

Manovich (2001, p. 44, tradução nossa) argumenta que “[...] nova mídia representa uma convergência de duas trajetórias históricas distintas: computação e tecnologias de

mídia”⁵³, isto é, trata-se do resultado da adequação de todos os meios à representação numérica característica das máquinas computacionais. Para o autor (2001) além de se tratar da apropriação de todos os outros meios, a qualidade “novo” também deriva da relevância do efeito:

[...] De fato, a introdução da imprensa afetou apenas um estágio da comunicação cultural - a distribuição de mídia. No caso da fotografia, sua introdução afetou apenas um tipo de comunicação cultural - imagens estáticas. Em contraste, a revolução da mídia computacional afeta todas as etapas da comunicação, incluindo a aquisição, manipulação, armazenamento e distribuição; também afeta todos os tipos de mídia - texto, imagens fixas, imagens em movimento, som e construções espaciais (MANOVICH, 2001, p. 43, tradução nossa)⁵⁴.

Para a distinção entre velhos e novos meios, Manovich (2001) propõe cinco princípios/tendências que demarcariam as especificidades dos últimos, considerando que os dois primeiros princípios são uma espécie de pré-requisito para os outros três.

O primeiro princípio é a Representação Numérica, entendida como adequação às linguagens demandadas pelas máquinas computacionais. Assim, se não é o caso de a produção, manipulação, armazenamento e distribuição se darem a partir dos novos meios, trata-se, minimamente, da transição da representação analógica para a digital.

Já a Modularidade corresponde à independência que um módulo de determinado meio possui do outro e, portanto é, segundo o autor (2001), alterar os módulos sem alterar o meio como um todo:

Outro exemplo de modularidade é o conceito de “objeto” usado nas aplicações do Microsoft Office. Quando um objeto é inserido em um documento (por exemplo, uma ilustração em um documento Word), ele mantém sua independência e continua podendo ser editado com o programa usado originalmente para criá-lo (MANOVICH, 2001, p. 51, tradução nossa)⁵⁵.

O terceiro princípio é Automação, que diz respeito à supressão da intencionalidade humana em função da execução automática de partes dos processos de manipulação do meio

⁵³ [...] new media represents a convergence of two separate historical trajectories: computing and media technologies (MANOVICH, 2001, p. 44).

⁵⁴ [...] Indeed, the introduction of printing press affected only one stage of cultural communication – the distribution of media. In the case of photography, its introduction affected only one type of cultural communication -- still images. In contrast, computer media revolution affects all stages of communication, including acquisition, manipulating, storage and distribution; it also affects all types of media -- text, still images, moving images, sound, and spatial constructions (MANOVICH, 2001, p. 43).

⁵⁵ Another example of modularity is the concept of “object” used in Microsoft Office applications. When an object is inserted into a document (for instance, a media clip inserted into a Word document), it continues to maintain its independence and can always be edited with the program used originally to create it (MANOVICH, 2001, p. 51).

(criação ou acesso, por exemplo). Dentre outros, o autor (2001) apresenta como exemplos de Automação os diversos modelos pré-concebidos (*templates*), os quais denomina baixo-nível de automação, e as respostas de um jogo à ação do jogador (alto-nível).

Por Variabilidade, Manovich (2001) entende a possibilidade de modificação ou variação de um mesmo item, seja pela ação de indivíduos ou derivados da Automação (à exemplo das atualizações de versões de aplicativos), o que não seria possível em relação aos velhos meios:

A velha mídia envolvia um criador humano que manualmente reunia elementos textuais, visuais e/ou de áudio em uma composição particular ou sequência. Esta sequência era armazenada em algum material, com ordem determinada de uma vez por todas. Numerosas cópias poderiam ser executadas a partir da original e, em perfeita correspondência com a lógica de uma sociedade industrial, eram todas idênticas. A nova mídia, em contraste, é caracterizada por variabilidade. Em vez de cópias idênticas, um objeto de nova mídia normalmente dá origem a muitas versões diferentes. E, ao invés de serem criadas completamente por um autor humano, estas versões são muitas vezes, em parte, automaticamente montadas por um computador (MANOVICH, 2001, p. 56, tradução nossa)⁵⁶.

O último princípio é Transcodificação, ou seja, a capacidade de transformar formatos tecnológicos (tais como tamanho, extensão etc) ou não. Chamando os formatos distintos de camada (de computador e de mídia/cultura) argumenta ainda que:

Em resumo, a camada de computador e a camada de mídia/cultura influenciam-se mutuamente. Para usar outro conceito de nova mídia, podemos dizer que eles estão sendo compostos juntos. O resultado dessa composição é a nova cultura de computador: uma mistura de sentidos humanos e informáticos, de formas tradicionais da cultura humana que modelou o mundo e formas próprias de computador para representá-la (MANOVICH, 2001, p. 64, tradução nossa)⁵⁷.

Em uma apreensão geral, entende-se que Manovich (2001) preocupa-se com o “novo”, tanto com um novo fenômeno quanto com um modelo de análise que, segundo o autor (2001), deve em larga medida recorrer também às abordagens

⁵⁶ Old media involved a human creator who manually assembled textual, visual and/or audio elements into a particular composition or a sequence. This sequence was stored in some material, its order determined once and for all. Numerous copies could be run off from the master, and, in perfect correspondence with the logic of an industrial society, they were all identical. New media, in contrast, is characterized by variability. Instead of identical copies a new media object typically gives rise to many different versions. And rather being created completely by a human author, these versions are often in part automatically assembled by a computer (MANOVICH, 2001, p. 56).

⁵⁷ In summary, the computer layer and media/culture layer influence each other. To use another concept from new media, we can say that they are being composited together. The result of this composite is the new computer culture: a blend of human and computer meanings, of traditional ways human culture modeled the world and computer's own ways to represent it (MANOVICH, 2001, p. 64).

computacionais/informacionais, dada a convergência destas áreas com as tecnologias dos meios.

Nesse sentido, é a partir do desenvolvimento das máquinas computacionais e tecnologias correlatas a elas que há uma reconfiguração dos meios, ao menos do ponto de vista tecnológico, mais ampla (no sentido de apropriação) do que no caso de outros meios (MANOVICH, 2001). Considerando-se as exposições de Arthur (2009) esta amplitude é evidente, na medida em que uma posterior tecnologia é uma composição das anteriores, isto é, necessariamente se apropria da estrutura destas, adequando-as para tal arranjo específico que, por isso, pode ser classificado como novo.

Entretanto, assim como a apropriação de uma tecnologia por outra não faz com que a primeira necessariamente desapareça, do ponto de vista dos meios, a apropriação e adequação das estruturas de um meio para o outro não significa que o primeiro, em sua forma original, deixará de existir.

Dito de outra forma, do ponto de vista estritamente tecnológico (ARTHUR, 2009), o fato de ser possível assistir aos capítulos das novelas no *Youtube* não resulta (em uma relação de causalidade) na impossibilidade de realizar a mesma atividade utilizando-se da televisão e/ou na modificação da televisão que, como meio, manterá sua especificidade (INNIS, 2011; MEYROWITZ, 2011)⁵⁸.

Com base em Neumann (2005), bem como Kurose e Ross (2006), entende-se que a Representação Numérica é inerente à tecnologia máquina computacional, especialmente se pensadas em conjunto com o aparato rede, uma vez que há o imbricamento entre hardware e software.

Em relação à Modularidade e à Variabilidade há uma complementação fundamentada em Arthur (2009) sobre os limites dessa manipulação dos itens que constituem determinada tecnologia ou meio. Nesse caso, seria necessário deixar claro o que é o meio ou uma tecnologia e o que é um produto deste meio ou tecnologia.

Admitindo-se que os módulos de uma tecnologia singular podem ser alterados sem que ela seja descaracterizada, também se faz necessário ponderar que as estruturas tecnológicas possuem uma hierarquia/organização endógena em suas arquiteturas, de modo

⁵⁸ Da perspectiva do efeito, como sugerido por Manovich (2001), as delineações desta pesquisa exigem a supressão de discussão direta, pois avaliar tal argumento envolveria, no mínimo, realizar um estudo comparativo entre diferentes meios. Também uma avaliação do ponto de vista da absorção prática de um meio interferindo em outros demandaria levantamentos que estão fora do escopo deste trabalho.

que, alterações nos níveis mais altos podem demandar alterações nos níveis mais baixos. Caso estas modificações sejam drásticas, será constituída outra tecnologia⁵⁹.

Finalmente, o princípio de Transcodificação pode ser pensado a partir das exposições inseridas nos capítulos *Características da tecnologia em Redes Sociais Digitais* e *Teoria Relacional e Rede Simbólica*, visto que se sabe da influência humana nos desenvolvimentos tecnológicos em função da questão da cultura.

Assim, é possível perceber que os fundamentos de um novo meio a partir de Manovich (2001) e nas condições possíveis a esta pesquisa são, essencialmente, de caráter tecnológico, já que as argumentações do autor (2001) que estão além desta dimensão não são equivalentes às propostas neste estudo.

Dessa maneira, os princípios de nova mídia, atrelados à falta de maiores esclarecimentos conceituais acerca de meio em Manovich (2001), não são suficientes para indicar se há um novo meio. Tendo em vista também os esclarecimentos dos capítulos anteriores, o limite é corroborar com o argumento de que as possibilidades comunicativas são emolduradas/possuem limites dados pela estrutura técnica/tecnológica de um determinado meio, uma vez que os aparatos que dele fazem parte são regidos por princípios que, em alguma medida, são transferidos para ele.

Como argumentado, o próprio autor (2001) se situa na Teoria do Meio:

A nova mídia clama por uma nova etapa na Teoria da Mídia, cujo início pode ser remontado às obras revolucionárias de Robert Innis e Marshall McLuhan da década de 1950. Para entender a lógica da nova mídia, precisamos nos voltar para a ciência da computação. É lá que esperamos encontrar os novos termos, categorias e operações que caracterizam a mídia que se tornou programável. Dos estudos de mídia, passamos para algo que pode ser chamado de estudos de software; da teoria da mídia - a teoria do software. O princípio de transcodificação é uma forma de começar a pensar sobre a teoria do software. Outra forma que este livro experimenta é utilizando conceitos de ciência da computação como categorias da teoria de nova mídia [...] (MANOVICH, 2001, p. 65, grifo do autor, tradução nossa)⁶⁰.

⁵⁹ Atualmente, por exemplo, é possível realizar por meio do que usualmente denomina-se telefone celular atividades que antes só eram possíveis através de computadores. Isto se dá porque os novos telefones celulares comportam em sua estrutura essas demandas de nível mais alto pela modificação dos níveis mais baixos. Comparando-se estruturalmente os dois níveis de uma máquina computacional aos de um telefone celular seria pertinente questionar em que medida é possível considerá-los, do ponto de vista estritamente tecnológico, aparatos distintos ou semelhantes. Novamente, o quanto isso se estende aos meios não pode, pelas limitações desta pesquisa, ser abordado sem prejudicar o cumprimento do que se propõe.

⁶⁰ New media calls for a new stage in media theory whose beginnings can be traced back to the revolutionary works of Robert Innis and Marshall McLuhan of the 1950s. To understand the logic of new media we need to turn to computer science. It is there that we may expect to find the new terms, categories and operations which characterize media which became programmable. From media studies, we move to something which can be called software studies; from media theory — to software theory. The principle of transcoding is one way to start thinking about software theory. Another way which this book experiments with is using concepts from computer science as categories of new media theory [...] (MANOVICH, 2001, p.65, grifo do autor).

Segue-se então para o diálogo direto com a proposta centrada no Software Cultural de Manovich (2008), buscando-se avançar nas verificações para as quais o trabalho se dirige.

6.2 Software Cultural e Estudos de Software

Em sua obra posterior, Manovich (2008) ajusta a argumentação anteriormente mencionada, esclarecendo que os desenvolvimentos tecnológicos não são elementos alheios à cultura, levando os Estudos de Software a centralizar-se na forma como os softwares afetam os elementos macro (indicando, especificamente, o social, o econômico, a cultura) e também como tais elementos influenciam os softwares.

Outro importante ponto é a ideia de que tanto nos estudos de mídia, quanto nos de redes, o elemento invisível é o software, inclusive no que concerne à teorização. Na visão de Manovich (2008), o software permeia toda a sociedade contemporânea e:

Portanto, se quisermos entender as técnicas contemporâneas de controle, comunicação, representação, simulação, análise, tomada de decisão, memória, visão, escrita e interação, nossas análises seriam incompletas se desconsiderássemos a camada de software. O que significa que todas as disciplinas que tratam com a sociedade contemporânea e a cultura - arquitetura, design, crítica de arte, sociologia, ciência política, humanidades, ciência e estudos de tecnologia, e assim por diante - precisam levar em conta o papel do software e seus efeitos em quaisquer assuntos eles investigam (MANOVICH, 2008, p. 8, tradução nossa)⁶¹.

O autor (2008) admite que diferentes aplicativos enquadram-se na noção de Software Cultural:

Este "algo mais" é o *software*. Os mecanismos de busca, sistemas de recomendação, aplicações de mapeamento, ferramentas de blog, ferramentas de leilão, clientes de mensagens instantâneas e, claro, plataformas que permitem outros escreverem um novo software - Facebook, Windows, Unix, Android - estão no centro da economia global, cultura, vida social e, cada vez mais, política. E este "software cultural" - cultural no sentido de que é usado diretamente por centenas de milhões de pessoas e

⁶¹ Therefore, if we want to understand contemporary techniques of control, communication, representation, simulation, analysis, decision-making, memory, vision, writing, and interaction, our analysis can't be complete until we consider this software layer. Which means that all disciplines which deal with contemporary society and culture – architecture, design, art criticism, sociology, political science, humanities, science and technology studies, and so on – need to account for the role of software and its effects in whatever subjects they investigate (MANOVICH, 2008, p. 8).

que carrega "átomos" da cultura (mídia e informação, bem como as interações humanas em torno dessa mídia e informação) - é apenas a parte visível de um universo de software muito maior (MANOVICH, 2008, p. 3, grifo do autor, tradução nossa)⁶².

Mantendo o estilo dos autores da primeira geração da Teoria do Meio, ainda que a ideia de Software Cultural perpassasse toda a obra, não é conceitualmente pontual. Isso fica mais explícito no afastamento do software, tal como Manovich (2008) indica, de aspectos tão somente técnicos e, mais profundamente, em momentos que parece distinguir o Software Cultural de outros meios, dentre outras coisas no nível da reflexão:

[...] se limitarmos as discussões críticas às noções de "ciber", "digital", "Internet", "Redes", "nova mídia", ou "mídia social", nunca seremos capazes de saber o que está por trás da nova representação e mídia de comunicação e de compreender o que isto é realmente e o que faz. Se não nos dirigirmos ao software em si, corremos o risco de sempre lidar somente com seus efeitos ao invés das causas: a saída que aparece na tela do computador, em vez dos programas e das culturas sociais que produzem essas saídas. "Sociedade da Informação", "sociedade do conhecimento", "sociedade em rede", "mídia social" - independente de qual novo recurso da existência contemporânea seja o foco de uma teoria social particular, todos esses novos recursos são habilitados por software. É tempo de se concentrar no software em si (MANOVICH, 2008, p. 5, tradução nossa)⁶³.

Considerando-se a noção de meio exposta em subitem anterior, apreende-se que Manovich (2008) caracteriza Software Cultural como um novo tipo de meio que, dadas suas especificidades e abrangência, pode ser analisado em uma perspectiva macrosocial que o relacione com aspectos econômicos, políticos e assim por diante.

Os recursos e delineamentos reflexivos desta dissertação não são suficientes para avaliar se a relação causal proposta pode ser mantida, especialmente tendo em vista a questão

⁶² This "something else" is *software*. Search engines, recommendation systems, mapping applications, blog tools, auction tools, instant messaging clients, and, of course, platforms which allow others to write new software – Facebook, Windows, Unix, Android – are in the center of the global economy, culture, social life, and, increasingly, politics. And this "cultural software" – cultural in a sense that it is directly used by hundreds of millions of people and that it carries "atoms" of culture (media and information, as well as human interactions around these media and information) – is only the visible part of a much larger software universe (MANOVICH, 2008, p. 3, grifo do autor).

⁶³ [...] if we limit critical discussions to the notions of "cyber", "digital", "Internet," "networks," "new media", or "social media," we will never be able to get to what is behind new representational and communication media and to understand what it really is and what it does. If we don't address software itself, we are in danger of always dealing only with its effects rather than the causes: the output that appears on a computer screen rather than the programs and social cultures that produce these outputs. "Information society," "knowledge society," "network society," "social media" – regardless of which new feature of contemporary existence a particular social theory has focused on, all these new features are enabled by software. It is time we focus on software itself (MANOVICH, 2008, p. 5).

de amplitude ou não. Novamente, resta o limite de verificar o entendimento de Software Cultural como meio.

Ao exemplificar software como diferentes aparatos (plataformas, aplicativos de diferentes tipos como, por exemplo, de aplicativos de texto a mecanismos de busca), além de passagens do texto anterior (2001), Manovich (2008) viabiliza a identificação de outro limite difuso: se na primeira geração da Teoria do Meio, o problema era diferenciar o meio do suporte tecnológico, em Manovich (2008) é também diferenciar o meio de seus produtos ou conteúdos.

Tal como no caso do que foi disposto sobre a diferença entre meio e tecnologia, o argumento é de que muito do que Manovich (2008) caracteriza como meio, já que denomina como Software Cultural, não o é porque não se constitui plenamente como elemento artificial que se utiliza de suportes tecnológicos e é capaz de apropriar-se dos elementos simbólicos, reorganizando a relação triádica. Isso porque tanto as tecnologias em si, quanto os produtos dos meios e os conteúdos demandam complementação, seja de ordem tecnológica ou simbólica, para alcançar a Consciência Interpretante.

Quando o autor (2008, p. 5) defende que “[...] se limitarmos as discussões críticas às noções de “ciber”, “digital”, “Internet”, “Redes”, “nova mídia”, ou “mídia social”, nunca seremos capazes de saber ao que está por trás da nova representação e mídia de comunicação e de compreender o que isto é realmente e o que faz”, entende-se que há uma série de pontuações implicadas, observando-se a noção de meio desenvolvida neste estudo⁶⁴. Os motivos pelos quais se concorda, parcialmente, com o autor precisam ser esclarecidos.

Frente aos fundamentos utilizados (ARTHUR, 2009; NEUMANN, 2005; KUROSE e ROSS, 2006), “digital” e “Internet” não são o bastante para agenciar a noção de meio porque o digital é uma qualidade da máquina computacional e das redes que a inclui, dentre elas, a Internet. Assim, em rigor, a Internet é um suporte tecnológico do qual o meio pode utilizar-se e o digital é uma característica desta tecnologia (GALLOWAY, 2004; NEUMANN, 2005).

Visto a ambiguidade no tratamento de Software Cultural, a mencionada limitação de “nova mídia” e “mídia social” é entendida neste trabalho como o argumento de Manovich (2008, p. 5) de que “‘Sociedade da Informação’, ‘sociedade do conhecimento’, ‘sociedade em rede’, ‘mídia social’ - independentemente novo recurso da existência contemporânea seja foco

⁶⁴ Sobre isso, a suficiência do “ciber” não é debatida porque se entende que mais que uma análise em relação ao objeto, trata-se de uma análise sobre todo um pensamento para o qual esta pesquisa, dados seus limites diversos, não pode se dirigir. O limite aqui é indicar o trabalho de Salgado (2011) como um possível direcionamento do argumento de Manovich (2008).

de um teoria social particular, todos esses novos recursos são habilitados por software [...]”. Neste caso, o autor (2008) dá sinais de que tais propostas suprimem a materialização do aspecto social dos objetos, ou seja, a dimensão técnica/tecnológica.

Assim, frente à carência de distinções mais objetivas no decorrer do texto (2008), e evidentemente à perspectiva considerada até aqui, a possível apreensão leva ao entendimento de que o autor (2008) reforça o entrelaçamento de dimensões, em outros objetos/domínios/referenciais, distintas.

Sobre a limitação de “rede”, é preciso recuperar que o termo pode se referir ao domínio, aos objetos e, ainda, aos métodos. Por outro lado, elementos artificiais, que esta pesquisa tende a compreender objetivamente como Rede Social Digital, são admitidos por Manovich (2008) como Software Cultural (à exemplo do Facebook). Além disso, a proposta de Rede Social Digital não se aplica a qualquer enquadramento de rede (não se entrou no mérito, por exemplo, das redes neurais).

Se, dada a abrangência dos aplicativos incluídos pelo autor (2008) na categoria proposta, ele entende a rede como uma das diversas possibilidades de Software Cultural, é preciso sinalizar que é um tipo diferente: o Facebook não é em seu nível mais alto ou mais baixo um editor de texto, mesmo que em alguma medida utilize-se de uma mesma tecnologia singular (a máquina computacional)⁶⁵. Coloca-se ainda que:

Teoricamente, penso que devemos pensar sobre o assunto de software da forma mais ampliada possível. Ou seja, é preciso considerar não apenas o software "visível" utilizado pelos consumidores, mas também o software "cinza", que executa todos os sistemas e processos na sociedade contemporânea (MANOVICH, 2008, p.13-14, tradução nossa)⁶⁶.

Neste ponto do desenvolvimento de suas ideias, o autor (2008) expandiu a noção de Software Cultural para os Estudos de Software. Dentre os autores situados por Manovich (2008) nesta linha está Galloway.

Entretanto, tal autor (2004 e 2010) é, em mais de uma oportunidade, muito específico em limitar suas discussões às redes e, mais significativamente, aos protocolos. Entretanto,

⁶⁵ O indício de que Manovich (2008) preocupa-se com este mesmo caráter da discussão perpassa toda a sua obra nos inúmeros momentos em que realiza distinções de diversos tipos de aplicativos que pontua em exemplos como Software Cultural, envolvendo as duas dimensões dos meios. Além disso, precisa ser observado que o entendimento e questionamentos dos argumentos do autor (2001 e 2008) são os passíveis nas delimitações desta dissertação e, portanto, não são inequívocos.

⁶⁶ Theoretically, I think we should think of the subject of software in the most expanded way possible. That is, we need to consider not only “visible” software used by consumers but also “grey” software, which runs all systems and processes in contemporary society (MANOVICH, 2008, p. 13-14).

mesmo no âmbito tratado por Galloway (2004 e 2010), a rigor, os protocolos de um artefato independem da característica digital do software como, por exemplo, no caso do telégrafo (STANDAGE, 2007) e não precisam, necessariamente, estar no nível do software (diferente camada), embora este seja o caso da Internet (GALLOWAY, 2004; MORAES, 2010).

A dificuldade deste impasse é diretamente abordada por Manovich (2008) quando reflete sobre a influência dos módulos da tecnologia que constitui o meio. Frente à dificuldade argumenta que:

Não existe uma forma simples de resolver esta questão. Em última análise, é uma questão de perspectiva. Se olharmos para o visual contemporâneo e estética visual, na visão, a simulação da mídia existente no software e o período subsequente de hibridização da mídia até o momento teve muito mais efeitos substanciais nessa estética do que na web. Da mesma forma, se pensarmos sobre históricos de representação, semiose humana e comunicação visual, realmente acredito que a adoção universal de *software* por toda a indústria cultural global é ao menos tão importante quanto as invenções da impressão, da fotografia ou do cinema. Mas se focarmos nos aspectos sociais e políticos da cultura da mídia contemporânea e ignorarmos as questões de como a mídia é e o que ela pode representar - perguntando sobre quem consegue criar e distribuir a mídia, como as pessoas entendem a si mesmas e o mundo através da mídia etc. - poderíamos preferir colocar as *redes* (seja a web da década de 1990, a mídia social da década de 2000, ou o que virá no futuro) no centro das discussões.

E ainda, é importante lembrar que sem software as redes contemporâneas não existiriam. Logicamente e praticamente, o software está por trás de tudo que veio depois. Se eu desconectar o meu laptop da Wi-Fi agora, ainda posso continuar usando todos os aplicativos do meu laptop, incluindo o Word para escrever esta frase. Eu também posso editar imagens e vídeos, criar uma animação por computador, criar um site totalmente funcional, e compor artigos de blog. Mas se alguém desabilitar os softwares executando na rede, eles estariam mortos (MANOVICH, 2008, p. 98-99, grifo do autor, tradução nossa)⁶⁷.

Concordando-se com tal dificuldade, a possibilidade de solução difere-se do autor (2008), mas recorre ao mesmo teor de fundamento, ou seja, tecnológico, e adiciona a

⁶⁷ There is no easy way to resolve this question. Ultimately, it is a matter of perspective. If we look at contemporary visual and spatial aesthetics, in my view simulation of existing media in software and the subsequent period of media hybridization so far had much more substantial effects on these aesthetics than the web. Similarly, if we think about the histories of representation, human semiosis, and visual communication, I do think that the universal adoption of *software* throughout global culture industries is at least as importance as the invention of print, photography or cinema. But if we are to focus on social and political aspects of contemporary media culture and ignore the questions of how media looks and what it can represent – asking instead about who gets to create and distribute media, how people understand themselves and the world through media, etc. – we may want to put *networks* (be it web of the 1990s, social media of the 2000s, or whatever will come in the future) in the center of discussions.

And yet, it is important to remember that without software contemporary networks would not exist. Logically and practically, software lies underneath everything that comes later. If I disconnect my laptop from Wi-Fi right now, I can still continue using all applications on my laptop, including Word to write this sentence. I can also edit images and video, create a computer animation, design a fully functional web site, and compose blog posts. But if somebody disables software running the network, it will go dead (MANOVICH, 2008, p. 98-99, grifo do autor).

perspectiva comunicacional delineada pelo trabalho: ainda que o software possa viabilizar materialmente a criação de um conteúdo ou produto, demanda-se outro dispositivo (seja ele uma rede ou não), para que este objeto seja colocado à disposição da Consciência Interpretante.

Nesse sentido, a Rede Social Digital, mais do que puramente o software, possui essa característica tecnológica, visto que para ser classificada tecnologicamente desta maneira precisa incluir todas as camadas propostas (GALLOWAY, 2004; KUROSE e ROSS, 2006; MORAES, 2010) e, uma vez que o conjunto é pleno, disponibiliza-se à Consciência Interpretante.

6.3 O meio rede social digital

Recuperando a tipologia de Pross (1971 apud MENEZES, 2007), um meio é caracterizado como secundário quando um suporte tecnológico auxilia a materialização do processo comunicativo, especificamente no âmbito da emissão, de modo que não é necessário que os indivíduos envolvidos estejam em condições equivalentes no que se refere ao momento e ao local de produção da mensagem.

A diferença entre um meio secundário e um terciário é que, no caso do último, tanto a emissão quanto a recepção da mensagem demandam suportes tecnológicos, demarcando a diferença, por exemplo, entre o jornal impresso e o rádio (MENEZES, 2007).

Além de não ser necessário compartilhar de um mesmo tempo e espaço de produção e recepção da mensagem, meios secundários não exigem que a recepção utilize dispositivos tecnológicos independentes para receber/sustentar o que foi elaborado.

Já nos meios terciários, a recepção só se realiza se fizer uso de um conjunto de dispositivos independente, que não é compartilhado, em sua totalidade, com o que é utilizado para a emissão.

Em meios secundários e terciários, a posição de receptor é, grosso modo, fixa. Porque, mesmo no último caso, para que sua possibilidade de participação se aproxime da do emissor, ele carece, no mínimo, de outro suporte (diferente do usado para a recepção como, por exemplo, o telefone ou a carta) ou outro meio (recepção pelo meio televisão, ampliação da participação pela rede social digital).

Nesse sentido, a tipologia de Pross não é suficiente para abordar a Rede Social Digital, porque se trata de meio cujos suportes tecnológicos demandados para a emissão e para a recepção são basicamente os mesmos, ou seja, fundamentam-se em uma mesma estrutura tecnológica geral: a Internet e as máquinas computacionais.

Nesse meio, a possibilidade de participação é multidirecional (MEYROWITZ, 2001), não há exigência de uma mesma localização dos corpos (MENEZES, 2007) e o tempo entre emissão e recepção (sequencialidade ou simultaneidade) não é relevante para a dimensão tecnológica, pois as duas opções são suportadas pelos aparatos.

Em consequência disso, a amplitude do processo comunicacional que se dá alicerçado pelo meio rede social digital é mais um problema da dimensão simbólica e de aspectos macro (econômicos, políticos etc.) do que de condição técnica/tecnológica.

O mesmo se repete a propósito do nível de aproximação entre signo e objeto, considerando que a possibilidade de achatamento da relação triádica independe de aparatos técnicos, já que sua viabilidade é de caráter simbólico (PROSS, 1980).

Isso porque uma afirmação sobre maior ou menor achatamento carece, minimamente, de um parâmetro anterior (uma comparação) e da análise dos produtos que podem ser objeto de produção, emissão, circulação e recepção, para que se considere conjuntamente o quanto a gramática influencia a aproximação entre signo e objeto e, sequencialmente, em que medida os diversos dispositivos tecnológicos envolvidos materializam esta gramática, isto é, qual é o grau de transferência da estrutura simbólica realizável pela dimensão tecnológica.

Então, mesmo situando a reflexão somente no âmbito da Rede Social Digital, depende também do nível de apropriação da estrutura tecnológica e da forma simbólica dos outros meios, atrelado às alterações das relações triádicas do(s) meio(s) absorvido(s) e das derivadas da apropriação.

São os elementos analíticos, no contexto dos delineamentos deste trabalho, de maior dificuldade, pois dependem, minimamente, de comparação entre diferentes meios para compreensão plena. Assim, o limite dos argumentos aqui expostos está mais na apropriação de produtos derivados de outros meios e o nível de manipulação técnica admitida, do que nos elementos relativos à apropriação de outros meios e ao achatamento da relação triádica.

Ainda assim, uma breve questão precisa ser colocada: um produto do meio, seja ele oriundo da rede social digital, de um dos suportes que podem ser agregados ou produzidos em outro meio, tecnologicamente é passível de manipulação técnica.

Entretanto a manipulação é limitada porque, além de o produto se localizar prioritariamente em uma camada da Internet (a de aplicação) e ser disponibilizado por completo para a Consciência Interpretante com o uso de máquinas computacionais, a circulação depende da estrutura total do meio Rede Social Digital e, em função dos princípios da tecnologia (ARTHUR, 2009), uma alteração drástica só pode ser materializada com o uso de outro(s) aparato(s).

6.4 Limites e possibilidades conceituais da Rede Social Digital

Pensar a rede social digital como meio só é possível considerando-se o debate no qual se insere e, por conseguinte, as propostas que se aproximam epistemológica e teoricamente dos delineamentos desta pesquisa.

Tendo isso em vista, a inviabilidade de enquadrar a Internet como meio, explicitada em capítulo anterior, levou ao detalhamento da proposta de Software Cultural de Manovich (2001 e 2008).

Frente ao mesmo impasse, observando-se os esclarecimentos relativos às características da tecnologia, uma vez que é o mesmo recurso do autor (2008), considerou-se o software aquém da noção de meio derivada do agrupamento de preocupações pertinentes à Teoria do Meio e, por conseguinte, enquadrado como dispositivo tecnológico.

A rede social digital, tal como argumentado, inclui o aparato software, mas só é completa se em sua dimensão tecnológica incluir as máquinas computacionais e a Internet como um todo, uma vez que é a partir deste conjunto que se viabiliza tecnicamente o processo comunicacional pleno (emissão, circulação e recepção) e, portanto, a própria relação triádica, que por sua vez, implica a dimensão simbólica.

Nesse raciocínio, o entrelaçamento das dimensões é evidente na rede social digital porque é qualidade dos meios. Para aprofundar objetivamente a condição da conceituação, estudos específicos que incluam levantamento empírico são necessários, inclusive para diferenciar pontualmente estruturas que possam ser confundidas com rede social digital (FRANCO, 2009a).

As considerações de Pross (1971 apud MENEZES, 2007) são complementadas pela Teoria do Meio, o que não representa qualquer tipo de demérito para ambas. Assim, o

argumento de insuficiência da tipologia de Pross para a especificidade da Rede Social Digital não obscurece a importância da mesma.

É inclusive em função de tal tipologia que se admite que, mesmo com o privilégio da Rede Social Digital em relação ao Software e à Internet, não é possível tratá-la como único meio deste enquadramento. Isso significa que, assim como há mais de um meio terciário (rádio, televisão e assim por diante), é possível e provavelmente há outras elaborações que possam ser incluídas nesta quarta categoria, mesmo no delineamento desta pesquisa.

Em Meyrowitz (2001), tem-se a corroboração de que o desenvolvimento da Teoria do Meio resultou no afastamento do determinismo tecnológico. Ainda que os elementos para a análise de meios sejam parcialmente resolvidos com base nas características tecnológicas, a observação da dimensão simbólica é igualmente relevante.

Entende-se que os níveis metódico e técnico desta pesquisa limitam, ao mesmo tempo em que a viabilizam, a satisfação plena da equivalência das dimensões, especialmente pela não condição de abarcar levantamento empírico.

Mesmo assim, considera-se efetiva a distinção entre meio e aparato tecnológico (ou suporte), situando o primeiro para além dos dispositivos materiais, no processo contínuo de entrecruzamento das dimensões e, igualmente, no enquadramento do processo comunicacional (em oposição, por exemplo, ao informacional).

Sobre a Rede Social Digital, inclui-se a sinalização de que a peculiaridade que a situa em uma categoria para além da terciária previne imprecisões de caráter conceitual em sua qualificação como meio. E, inclusive, possibilita a estabilização do objeto, mediante os ajustes demandados pela atenção ao simbólico.

Assim, apesar das mais diversas limitações derivadas do recorte dado à pesquisa, chega-se à verificação de que, mesmo que não seja o único meio possível de ser considerado e, ainda, não seja inteiramente analisado em função do não levantamento empírico, a Rede Social Digital pode ser percebida como um novo tipo de meio, no qual as possibilidades comunicativas são emolduradas (possuem limites dados) pela estrutura técnica/tecnológica que se entrecruza com a dimensão simbólica da comunicação que se utiliza deste meio.

Ajusta-se que, até por seu caráter, em alguma instância, técnico (MEYROWITZ, 2001), a dimensão simbólica também emoldura as possibilidades comunicativas em elementos que, no nível da reflexão, podem ser distintos e priorizados em itens de análise do meio.

Portanto, somente a partir dessa abrangência um estudo do meio Rede Social Digital pode se desenvolver para problemáticas mais pontuais, de perspectiva micro, ou abrangentes (macro)⁶⁸.

⁶⁸ Não se insiste vigorosamente nessa distinção porque já nas elaborações sobre as instâncias da pesquisa argumentou-se sobre a tendência do recorte para a primazia da instância epistemológica. Então, é suficiente colocar, nas palavras de Meyrowitz (2001, p. 96, grifo do autor) que “*no nível micro, que trata de uma situação específica, a análise do meio vê as implicações entre escolher um meio versus outro meio por uma comunicação determinada. No nível macro, a análise do meio no nível social explora como o amplo uso de um novo meio leva a amplas mudanças sociais*”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito antropológico de Cultura evita a dissociação dos elementos simbólico e tecnológico, na medida em que abarca tanto os produtos materiais quanto os imateriais da atividade e da própria existência humana. Trata-se então de algo que não é “natural/biológico” do homem, mas uma composição por ele inventada e complexada, já que continuamente molda sua compreensão sobre si, outros indivíduos e o mundo.

Entretanto, essa acepção antropológica, vista como parte do objeto de estudo desta pesquisa, não suprime a necessidade de avaliar a tecnologia e, principalmente, a comunicação em seus próprios domínios, inclusive porque é a Comunicação Social que agencia este estudo.

Da Filosofia da Tecnologia foi possível apreender que técnica e tecnologia não se diferenciam essencialmente quando materializadas em um aparato específico. Para além disso, uma tecnologia singular é organizada de maneira que as utilizações e os propósitos que com ela se relacionam após seu estabelecimento são limitadas, ou seja, em função do valor e/ou do controle humano inerentes ao desenvolvimento do dispositivo, para abarcar outros usos é preciso reorganizar o aparato ou utilizar outro artefato.

Por conseguinte, as Redes de Computadores formam a estrutura tecnológica da composição que sustenta o processo comunicacional ao qual se dirige esta investigação, sendo organizadas e controladas em um sentido específico de limites para as modificações e para os processos que se desenvolvem sobre elas.

Enquanto no âmbito tecnológico o controle está em relevo, no simbólico o poder pode se manifestar de maneira pronunciada pela verticalização estrutural de preceitos culturais cujo estabelecimento se dá, dentre outras coisas, pela comunicação social e, conseqüentemente, pelos meios. Por isso, nos meios e nos próprios aparatos tecnológicos, a distinção entre tecnologia e símbolo é difusa.

A reflexão sobre a dimensão simbólica também inclui a artificialidade cultural que caracteriza o homem, pois através dela possibilita-se a experimentação do mundo no decurso do estabelecimento de uma relação triádica entre objeto concreto, Signo e Consciência Interpretante. Esta relação é sensível e transitória porque os elementos envolvidos se modificam constantemente em função de sua interdependência e, quanto mais o arranjo relacional é submetido às justaposições e sobreposições dos signos que se alteram, mais complexa a rede simbólica se torna.

Frente à natureza da rede simbólica, a tendência é que as alterações da composição relacional e/ou a ligação entre campos distintos resulte na incorporação das modificações e/ou das redes simbólicas que, paulatinamente, tornam-se passíveis de ressignificação e percebidas como familiares.

A familiaridade e a ressignificação aparecem nos meios e nas próprias tecnologias na sua caracterização como extensão, além de convergir com os fundamentos da Teoria Crítica da Filosofia da Tecnologia, em alternativa às outras perspectivas indicadas por Feenberg (2003a) para a compreensão da transitoriedade e aparente confusão oriundas da transversalidade da tecnologia.

O exame das questões tecnológicas orientou a necessária distinção entre meio e tecnologia, cuja primeira ponderação colocou a Internet como parte de um conjunto de suportes e/ou novos fenômenos, insuficiente para sustentar a identificação de reconfigurações nos processos comunicacionais e, por conseguinte, no domínio da Comunicação Social.

Em continuidade, refutar a Internet como meio corrobora com o avanço das argumentações, especificamente no ponto em que, mesmo admitindo a Internet e as máquinas computacionais separadamente como extensão, faz-se necessário, para a inclusão da Consciência Interpretativa, formar um conjunto que demandará outro(s) dispositivo(s).

Isso porque, admitiu-se que o imbricamento das duas dimensões abarcadas é condição necessária para a constituição do meio. Conceitualmente, o Meio foi proposto como elemento artificial que se utiliza de suportes tecnológicos e é capaz de apropriar-se dos elementos simbólicos, reorganizando a relação triádica e, portanto, diferentemente das tecnologias, implica necessariamente na existência de uma Consciência Interpretativa e em comunicação. Centralizando-se os interesses particulares deste estudo, a totalidade está nas Redes Sociais Digitais que, tecnologicamente, são o arranjo composto pelos dois conjuntos de aparatos destacados e incluem o elemento demandado pela composição relacional.

Superada a questão da Internet como aparato tecnológico, voltou-se para a proposta de Software Cultural (MANOVICH, 2008), cujo impasse e a opção de solução do autor (2008) levaram ao retorno do debate técnico/tecnológico. Apesar da base conceitual aproximada, chegou-se ao estabelecimento de que o Software Cultural não corresponde ao Meio, pois nesta proposta estão incluídos artefatos que, por si só, não abrangem a Consciência Interpretante, bem como não são passíveis de distinção de outros elementos (as mensagens e os produtos de determinado meio).

Refletir sobre a Rede Social tal como proposta neste trabalho certamente inclui as preocupações de Manovich em larga medida, até porque se sabe da existência do software em

sua composição tecnológica. Contudo, não é possível negar que as exigências da utilização do software precisam se realizar materialmente, sendo necessário um conjunto ao qual ele não equivale.

A hipótese estabelecida no início da investigação era de que **(1)** As Redes Sociais Digitais são um novo tipo de meio no qual **(2)** as possibilidades comunicativas são emolduradas (possuem limites dados) pela estrutura técnica/tecnológica **(3)** que se entrecruza com a dimensão simbólica da comunicação nas redes sociais digitais. Entretanto, no decorrer do estudo, identificou-se a necessidade de averiguar pormenores, construindo-se outras possibilidades, especificamente relativas à condição de “novo meio”.

Com base no que foi levantado sobre as características da tecnologia, uma vez que os aparatos que constituem um meio são regidos por princípios materializados em seu suporte, há uma transferência dos fundamentos destes para o meio.

Nesse sentido, discorda-se de Manovich (2001) a propósito do argumento de que a nova mídia, por estruturar-se modularmente, pode ter os módulos alterados de forma independente: a Modularidade é também um princípio da tecnologia que, em função de sua interdependência com os outros, não é ilimitada, ou seja, uma ação no nível mais alto só será realizada se puder ser suportada pelo mais baixo (ARTHUR, 2009).

Quanto mais drástica é a modificação demandada, maior é a tendência de se desenvolver um novo dispositivo que, por sua vez, deverá absorver a composição anterior e reorganizá-la de modo que o propósito buscado se realize.

Dessa forma, um novo meio é subsequente porque os artefatos que o compõem também o são. Mas cabe nesse raciocínio questionar se um meio iminente abarca alterações nas condições simbólicas mais significativas do que a transitoriedade característica da relação triádica e, por conseguinte, relevantes para o processo comunicativo.

Novamente, se fez necessário para os fins da reflexão distinguir o simbólico do tecnológico que, quando do levantamento dos possíveis elementos analíticos de Meio a partir da adição das noções da Teoria do Meio, foram percebidos como gramática e possibilidade técnica.

Identificou-se que os elementos gramaticais, mais próximos da dimensão simbólica, careciam de discussão mais detalhada sobre a diferenciação entre conteúdo, produtos de um determinado meio e o próprio meio, bem como de técnicas de produção/emissão, circulação e recepção.

Nesse ponto, foi necessária a opção pela viabilidade técnica e manutenção da delimitação da pesquisa, pois o esclarecimento pleno deste debate (especialmente o

aprofundamento acerca do conteúdo e dos produtos dos meios) poderia conduzir aos arranjos macro para os quais o estudo não se dirige como, por exemplo, política e economia, além de comparação entre meios e/ou pesquisa empírica.

Entretanto, refuta-se o entendimento de que por isso há o desprivilegio da questão simbólica, uma vez que foram justamente as proposições sobre ela que colaboraram para que a Comunicação não fosse reduzida à Tecnologia, viabilizando inclusive a distinção entre ambas. Além disso, sustentou o recuo teórico sobre sua própria existência, sendo possível trazer à superfície a relação triádica que, do ponto de vista fenomenal, tende a ser invisível (e, ainda, compartilha essa característica com o meio).

Refletindo sobre a tipologia proposta por Pross, sob o prisma dos parâmetros estabelecidos, argumentou-se que a Rede Social Digital não pode ser enquadrada na categoria de mídia terciária.

A diferença entre um meio secundário e um terciário está no fato de o último incluir suportes tecnológicos não somente para a emissão, mas também para a recepção da mensagem. Assim, enquanto no meio secundário não se exige igualdade de tempo e espaço de produção e recepção, nem dispositivos tecnológicos independentes para receber (diferindo de circular) o que foi elaborado, no meio terciário a recepção só se realiza com o uso de um conjunto independente de dispositivos, que não é compartilhado em sua totalidade com o que é utilizado para a emissão.

Em ambos os casos admite-se um modelo de Comunicação no qual emissor e receptor são elementos diferentes e fixos porque, mesmo extrapolando-se as condições técnicas, no caso de mídia terciária, para que a possibilidade de participação do receptor se aproxime da do emissor, ele precisará, pelo menos, de outro suporte diferente do usado para a recepção ou outro meio.

No caso da Rede Social Digital, as possibilidades comunicativas são diferentes porque se trata de meio cujos suportes tecnológicos demandados para a emissão e para a recepção são basicamente os mesmos ou semelhantes, ou seja, fundamentam-se em uma mesma estrutura tecnológica geral: a Internet e as máquinas computacionais. Isso permite que o processo seja multidirecional, bem como suprime a importância da variável tempo, do ponto de vista tecnológico, no sentido de possibilitar tanto sequencialidade como simultaneidade.

Observa-se que além de alterações nos dispositivos que constituem a Rede Social Digital enquanto Meio, propriedades do processo comunicativo, ao menos do ponto de vista da condição dada, também são modificadas.

Por conseguinte, compreendeu-se que o entendimento de que a Rede Social Digital necessita, como Meio, corresponde a um enquadramento que não está previsto em Pross, isto é, demanda-se uma quarta categoria.

Cabe ressaltar que em nenhum momento houve empenho em destacar aparatos específicos como Rede Social Digital, uma vez que é um tipo de estudo posterior aos esforços aqui realizados. Além disso, não é da alçada deste trabalho indicar detalhadamente quais conjuntos tecnológicos se enquadram ou não, além da Rede Social Digital, nesta quarta categoria de mídia. O limite imposto pelos parâmetros epistemológicos, teóricos, metódicos e técnicos foi o enfrentamento de Rede Social Digital com Internet e Software Cultural.

Na apreensão desta dissertação, o mérito do eixo sustentado pela Teoria do Meio é insistir em um posicionamento que, não sendo o único possível, reconhece suas limitações (MEYROWITZ, 2001; SOUSA, 2009) e destoa da dicotomia demérito-exaltação da tecnologia. Também pela manutenção deste eixo, viabilizou-se a identificação da Rede Social Digital para além da mídia primária, secundária e terciária e, portanto, enquadrada em uma nova categoria de reflexão.

Confrontar esta quarta categoria demanda investigações posteriores em relação aos outros meios nela incluídos (ou não); a verificação dos limites de apropriação da categoria como um todo; distinções de meios pormenorizadas; diferenciações especialmente em relação aos produtos de meio(s) desta categoria e à noção de circulação (entrelaçada ao parâmetro dos níveis de exigência e/ou participação). Mas a questão suscitada de maior importância refere-se às alterações na própria comunicação e ao redirecionamento da perspectiva analítica que sustenta este tipo de averiguação.

A propósito de mudanças no processo comunicacional em função do novo meio Rede Social Digital, defende-se que, nas premissas dos autores utilizados para a elaboração deste trabalho, há alterações inerentes ao desenvolvimento de uma nova tecnologia ou de um novo meio que variam desde as capacidades perceptivas até as condições do próprio processo comunicativo.

Dentre os diversos deslocamentos ou modificações, as que estão dentro da competência deste estudo relacionam-se especialmente com a amplitude, o nível de exigência e/ou possibilidade de participação no que diz respeito ao processo comunicacional (e, por conseguinte, a possibilidade de manipulação da face técnica do meio), viabilizadas pela Rede Social Digital. Com isso, não se pretende afirmar categoricamente que o processo comunicacional se modificou e em que sentido, mas fornecer sustentação sobre as possibilidades de alteração, uma vez que a tecnologia precisa realizá-la.

A discussão que a pesquisa provoca, uma vez que está circunscrita pelos Meios, não os situa como causa de um novo tipo de processo comunicativo, mas sim como condição ou não para realizá-lo. A compreensão é de que, no âmbito de Comunicação Social, as limitações estão tanto na reflexão, quanto na sua realização, delineadas em medida significativa pelas questões técnicas/tecnológicas.

Do ponto de vista do redirecionamento de perspectiva do processo, cabe reflexão posterior sobre os posicionamentos dos elementos que o constituem e até mesmo sobre a manutenção das terminologias e respectivos conceitos. Por conseguinte, demandam-se discussões acerca das condições metodológicas para este objeto particular, observando-se que ainda que seja necessário delimitar partes do processo, há a possibilidade de que se trate, nesta quarta categoria ou ainda no novo meio, de ampliação do processo e de divergência dos seus elementos, bem como dos fatores que os envolvem (fundamentalmente o tempo do processo, a efetiva participação e a circulação possibilitada pelo meio).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, A.; AQUINO, M. C.; MONTARDO, S. P. **Intercom Sul 2010: Perspectivas da Pesquisa em Comunicação Digital**. São Paulo: Intercom, 2010.

ARTHUR, W. B. **The nature of technology: what it is and how it evolves**. New York: Free Press, 2009.

BARABÁSI, A.-L. **LINKED (Conectado) A nova ciência dos networks: como tudo está conectado a tudo e o que isso significa para os negócios, relações sociais e ciências**. São Paulo: Leopardo, 2009.

BARBOSA, R. M. **A Internet como meio de comunicação a partir dos estudos da Teoria do Meio**. Dissertação de mestrado - Universidade de Brasília. Brasília. 2010.

BOAVENTURA, K. T. **Recepção e Estudos Culturais: uma relação pouco discutida**. Dissertação de mestrado - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social network sites: definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210-230, dez. 2007. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2010.

BRAGA, J. L. Comunicação, disciplina indiciária. **GT Epistemologia da Comunicação da Compós**, Curitiba, 2007.

BRAGA, J. L. Análise performativa: cem casos de pesquisa empírica. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V.; MARTINO, L. C. **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 403-423.

BUNGE, M. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CAZELOTO, E. A virtualização das comunidades: apontamentos para uma crítica dos vínculos sociais no capitalismo contemporâneo. **III SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER - REDES SOCIAIS, IDENTIDADE E SOCIABILIDADE**, São Paulo, nov. 2009.

CORNU, L. Introdução. In: _____ **Neurocomunicação**: para compreender mecanismos de comunicação e aumentar as competências. Caxias do Sul: Educs, 2004.

COSTA-FERREIRA, G. Redes sociais de informação: uma história e um estudo de caso. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 3, p. 208-231, jul-set. 2011.

COSTELLA, A. F. A. F. **Comunicação**: do grito ao satélite. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2002.

DUSEK, V. **Filosofia da tecnologia**. São Paulo: Loyola, 2009.

FAUSTO NETO, A. A pesquisa vista de "dentro de casa" (Ou reflexão sobre algumas práticas de construção de objetos de pesquisa em comunicação). In: WEBER, M. H.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 21-34.

FEENBERG, A. O que é a filosofia da tecnologia?, 2003a. Disponível em: <<http://www.sfu.ca/~andrewf/oquee.htm>>. Acesso em: 8 mar. 2010.

FEENBERG, A. Modernity Theory and Technology Studies: reflections on Bridging the Gap. **Modernity and Technology**, MIT Press, p. 73-104, 2003b.

FEENBERG, A. Critical Theory of Communication Technology: introduction to Special Secion. **Information Society Journal**, v. 25, n. 2, p. 77-83, mar-abr 2009.

FLUSSER, V. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naif, 2007.

FRANÇA, V. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? **GT de Epistemologia da Comunicação - Compós**, Brasília, 2001.

FRANÇA, V. V. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 39-60.

FRANCO, A. Para fazer netweaving. **Escola de redes**, 2008. Disponível em: <<http://escoladeredes.ning.com/profiles/blogs/para-fazer-netweaving>>. Acesso em: 20 set. 2010.

FRANCO, A. Netweaving. **Escola de redes**, 2009a. Disponível em: <<http://escoladeredes.ning.com/profiles/blogs/netweaving-1>>. Acesso em: 20 set. 2010.

FRANCO, A. O poder nas redes sociais. **Escola de redes**, 2009b. Disponível em: <<http://escoladeredes.ning.com/profiles/blog/show?id=2384710:BlogPost:30853&xgs=1>>. Acesso em: 28 ago. 2010.

GALLOWAY, A. R. **Protocol: how control exists after decentralization**. Cambridge, Massachusetts; London, England: MIT Press, 2004.

GALLOWAY, A. R. Qual o potencial de uma rede? In: SILVEIRA, S. A. **Cidadania e redes digitais**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil; Maracá – Educação e Tecnologias, 2010. p. 87-99.

GUERRIERO, S. As origens do antropos. In: _____ **Antropos e Psique: o outro e sua subjetividade**. São Paulo: Olho d'água, 2006.

INNIS, H. A. **O viés da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

KUHN, T. S. A natureza e a necessidade das revoluções científicas. In: _____ **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectivas, 2006. p. 125-145.

KUROSE, J. F.; ROSS, K. W. **Redes de computadores e a Internet: uma abordagem top-down**. 3. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2006.

LARAIA, R. D. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LASSWELL, H. D. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, G. **Comunicação e Indústria Cultural**. São Paulo: Edusp, 1971. p. 105-117.

LEE, W. C.-L. **Clash of the titans: impact of convergence and divergence on digital media**. Dissertação de mestrado - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2003.

LIMA JUNIOR, W. T. Avanço qualitativo na pesquisa sobre tecnologias aplicadas ao jornalismo. **Líbero**, São Paulo, v. X, p. 123-130, dez 2007.

LIMA JUNIOR, W. T. Mídia Social Conectada: produção colaborativa de informação de relevância social em ambiente tecnológico digital. **Líbero**, São Paulo, v. XII, p. 95-106, 2009.

LIMA, J. E. R. **Considerações sobre filosofia da tecnologia**. I CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA UESP, São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2007.

LOPES, M. I. V. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

LOPES, M. I. V. **Pesquisa em comunicação**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MANOVICH, L. **The language of New Media**. Cambridge: MIT Press, 2001.

MANOVICH, L. **Software takes command**. [S.l.]: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://softwarestudies.com/softbook/manovich_softbook_11_20_2008.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2009.

MARANHÃO, A. C. K. **Mediologia: a epistemologia da comunicação em Régis Debray**. Dissertação de mestrado - Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MARTINO, L. C. Contribuições para o estudo dos meios de comunicação. **Famecos**, Porto Alegre, n. 13, p. 103-114, dez. 2000.

MARTINO, L. C. As epistemologias contemporâneas e o lugar da comunicação. In: LOPES, M. I. V. **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p. 69-101.

MARTINO, L. C. Interdisciplinaridade e objeto de estudo da comunicação. In: HOHLFELDT, A.; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 27-38.

MARTINO, L. C. O campo da comunicação e suas teorias. In: KÜNSCH, D. A.; BARROS, L. M. **Comunicação: saber, arte ou ciência?** São Paulo: Plêiade, 2008a. p. 13-33.

MARTINO, L. C. Pensamento comunicacional canadense: as contribuições de Innis e McLuhan. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 123-148, nov. 2008b.

MARTINO, L. C. Panorama da pesquisa empírica em comunicação. In: BRAGA, J. L.; LOPES, M. I. V.; MARTINO, L. C. **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010. p. 135-160.

MARTINO, L. M. S. A ilusão teórica no campo da comunicação. In: COELHO, C. N. P.; LIMA JUNIOR, W. T. **Comunicação: diálogos, processos e teorias**. São Paulo: Plêiade, 2010. p. 15-57.

MATTAR NETO, J. A. **Metodologia na era da informática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MATTELART, A.; MATTELART, M. **História das teorias da comunicação**. 8. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2005.

MENEZES, J. E. O. Ondas que vinculam corpos. In: _____. **Rádio e cidade: vínculos sonoros**. São Paulo: Annablume, 2007. p. 21-43.

MENEZES, J. E. O. Semiótica e cultura dos meios. In: GOTTLIEB, L. **Cenários comunicativos: A pesquisa na pós-graduação da Cásper Líbero**. São Paulo: Iglu, 2009. p. 53-68.

MEYROWITZ, J. As múltiplas alfabetizações midiáticas. **Famecos**, Porto Alegre, n. 15, p. 88-100, ago. 2001.

MORAES, A. F. **Redes de computadores: Fundamentos**. 7. ed. São Paulo: Érica, 2010.

NEUMANN, J. V. **O Computador e o Cérebro**. Lisboa: Relógio D'Água, 2005.

OROZCO, G. Tendencias generales en la investigación de los medios: un encuentro pendiente. **Comunicación y Sociedad**, DECS, Universidad de Guadalajara, n. 30, p. 101-125, mai/ago 1997.

OROZCO, G. **Televisión, Audiencias y Educación**. Colombia: Norma, 2001.
 PEREIRA, O. **o que é teoria**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos).

PROSS, H. **Estructura simbólica del poder**. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

RECUERO, R. **Redes sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RÜDIGER, F. R. **Introdução à Teoria da Comunicação**. São Paulo: Edicon, 1998.

SAGAN, C. **A coisa mais preciosa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SALGADO, M. M. **Sociabilidade em espaços digitais complexos de MMORPGs**.
 Dissertação de mestrado - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011.

SANGWAN, S. Virtual community success: A uses and gratifications perspective. **38 th Hawaii International Conference on System Sciences**, 2005. Disponível em:
<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.02.7615%rep=rep1&type=pdf>.
 Acesso em: 15 out. 2010.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa: projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SOKAL, A.; BRICMONT, J. Introdução. In: _____. **Imposturas intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos**. Rio de Janeiro: Record, 2006. p. 15-30.

SOUSA, J. **Teoria do Meio: contribuições, limites e desafios**. Brasília: Universa, 2009.

SPYER, J. **Para entender a Internet: noções, práticas e desafios da comunicação em rede**. Rio de Janeiro: Não Zero, 2009.

SPYER, J. Nem santa nem bruxa: a Internet é você. In: BRAMBILLA, A. **Para entender as mídias sociais**. [S.l.]: [s.n.], 2011. p. 18-23.

STANDAGE, T. **The Victorian Internet:** the remarkable story of the telegraph and the nineteenth century's on-line pioneers. New York: Walker Publishing Company, 2007.

WAGNER, R. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.